

LUCAS POSSEDENTE EMERIQUE

**O DESENVOLVIMENTO DO SETOR MACIEIRO
NO SUL DO BRASIL.**

Florianópolis

2008

**Universidade federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de pós-graduação em geografia**

Lucas Possedente Emerique

**O DESENVOLVIMENTO DO SETOR MACIÊIRO
NO SUL DO BRASIL.**

Orientador

Carlos José Espíndola

DEFESA DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, Setembro de 2008.

O DESENVOLVIMENTO DO SETOR MACIÊIRO NO SUL DO BRASIL.

Lucas Possedente Emerique

Coordenador _____

dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Orientador: _____
Prof. Dr. Carlos José Espíndola. (UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Armen Mamigoinian (USP/UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva (UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC)

Florianópolis-SC, 29 de Setembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Nestes anos de graduação e pós-graduação na UFSC pude contar com a ajuda de muitas pessoas.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, meus pais, Paulo Sergio Emerique e Vera Júlia Possedente Emerique, e minhas irmãs, Leise e Liege, que tanto me ajudaram ao longo desses anos, emocionalmente e financeiramente.

A minha namorada, Susana, pela companhia, compreensão, paciência e carinho durante tantos momentos inesquecíveis.

Aos meus amigos agradeço pelo companheirismo e pela paciência necessária ao longo desses anos, obrigado pelos bons momentos que passamos juntos. Em especial aos companheiros: Joel, Nathalia, Pedro, Jéferson, Tomás, Geisa e Michelle (graduação), Nadia, Solange, Mateus, Kleber, Leandro, Márcia, Fiorella, e toda a turma do IEGA nas terças feiras (mestrado).

Pela orientação e liberdade concedida ao longo desses anos, meu orientador, professor Carlos.

Pela amizade, pelas conversas e por terem aceitado participar dessa banca, os professores Messias, Clécio e Armen.

Aos professores e funcionários do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC.

Agradeço também a Roger Biau (Pomifrai) Guilherme (Cooperserra), aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo e de São Joaquim, funcionários da Fischer, Agrícola Fraiburgo, Agapomi, Pomifrai, ABPM, AMAP, Epagri, Instituto CEPA, especial destaque aos trabalhadores rurais de São Joaquim, entre outros, pelas entrevistas e matérias disponibilizados.

A CAPES, pelo apoio financeiro durante parte dessa pesquisa.

(...) Se eu te amo e tu me amas
Um amor a dois profana
O amor de todos os mortais
Porque quem gosta de maçã
Irá gostar de todas
Porque todas são iguais (...)

RAUL SEIXAS

RESUMO

A produção de maçãs em escala comercial é um fenômeno bastante recente no Brasil e está localizada principalmente na região sul desse país, em especial nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O rápido desenvolvimento do setor macieiro nacional já foi alvo de diversas pesquisas e trabalhos acadêmicos, contudo, esses não consideram em suas análises a relação entre as diferentes formações sócio-espaciais das áreas produtoras, com as distinções entre as mesmas no desenvolvimento da produção e suas atuais organizações produtivas. Partindo dessa justificativa, essa pesquisa apresenta uma proposta de estudo do desenvolvimento da produção brasileira de maçãs, considerando a categoria de formação sócio-espacial articulada com a idéia de combinações geográficas e o caráter dinâmico do desenvolvimento do capitalismo, materializado nos chamados ciclos econômicos. Nossa pesquisa pretende ainda: compreender a gênese e a evolução das principais empresas da maçã, avaliar a importância do apoio do poder público para o desenvolvimento econômico do setor e caracterizar as diferentes regiões produtoras e suas organizações produtivas. Nossas considerações indicam a importância das distintas formações sócio-espaciais e suas diferentes combinações geográficas regionais ao longo do processo de desenvolvimento da produção brasileira de maçãs.

SUMMARY

The apple production in commercial scale is a sufficiently recent phenomenon in Brazil and it is located mainly in the South Region of this country, particularly in the States of Santa Catarina and Rio Grande Do Sul. The fast development of the national apple producing sector has already been the main focus of various research and academic studies, however, these are not considering as part of their analysis the different socio-spatial formations of the producing areas, with the distinction between them in the development of the production and the actual producing organizations. Taking this into consideration, the proposal of this research project is to study the Brazilian production of apples, considering the category of socio-spatial formation, articulated with the idea of geographic combinations and the dynamic character of the development of capitalism, materialized in economic cycles. Our project still intends: to understand the birth and evolution of the main apple companies, to evaluate the importance of the public power support for the economic development of the sector and to characterize the different producing regions and its organizations. Our considerations indicate the importance of the distinct socio-spatial formation and its different geographic combinations throughout the development process of the Brazilian apple production.

RESUMÉN

La producción de manzanas en escala comercial es un fenómeno muy reciente em Brazil y está ubicada principalmente em la región sur de ese país, em especial em los estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. El rápido desarrollo del sector manzanero nacional ya ha sido meta de diversas encuestas y trabajos académicos, sin embargo, no fueron considerados em sus análisis la relación entre las diferentes formaciones sócio-espaciales de las áreas productoras, com las distinciones entre las mismas em el desarrollo de la producción e sus actuales organizaciones productivas. Partiendo de esa justificación, esa encuesta presenta una propuesta de estudios del desarrollo de la producción brasileña de manzanas, considerando la categoría de formación sócio-espacial articulada com la idea de combinaciones geográficas y el carácter dinámico del desarrollo del capitalismo, presente em los llamados ciclos económicos. Nuestro trabajo pretende aún: comprender el inicio y la evolución de las principales empresas de la manzana y evaluar la importancia del apoyo del poder público para el desarrollo económico del sector y caracterizar las distintas regiones productoras y sus organizaciones productivas. Nuestras consideraciones indican la importancia de las distintas formaciones sócio-espaciales y sus diferentes combinaciones geográficas regionales a lo cargo del proceso de desarrollo de la producción brasileña de manzanas.

LISTA DE MAPAS

- MAPA 1 – Produção de maçãs em Santa Catarina: as regiões de Fraiburgo e São Joaquim.....pg.114
 MAPA 2 – Produção de maçãs no Rio Grande do Sul: a região de Vacaria..pg.116
 MAPA 3 – Pomares da região de Fraiburgo segundo empresas.....pg.119

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1 – Alojamento para trabalhadores temporários ao lado de pomares cobertos com tela anti-granizo. São Joaquim/SC.....pg.104
 IMAGEM 2 - Ônibus da empresa Melro Brasil, desembarcando trabalhadores no bairro Nossa Senhora Aparecida- São Joaquim/SC.....pg. 106
 IMAGEM 3 - Transporte dos trabalhadores da maçã para suas residências no bairro Madre Paulina – São Joaquim/SC.....pg.106

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 – Produção de maçãs em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasil, 1978 – 1990.....pg. 65
 GRÁFICO 2 –Evolução na área plantada com macieiras (em 1.000 hectares)pg.74
 GRÁFICO 3 – Crescimento da produção de maçãs em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasil. 1981-2001.....pg.75
 GRÁFICO 4 – Exportação, importação e saldo comercial da maçã no Brasil pós Plano Real. 1994 - 2003.....pg.77
 GRÁFICO 5 – Saldo comercial da maçã no Brasil 2000 – 2008.....pg.128
 GRÁFICO 6 - Crescimento da produção de maçãs por país selecionado 1990 – 2005.....pg.129

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produção nacional e importação de maçãs no Brasil -1960-69...	pg. 54
TABELA 2 – Produção e comercialização de mudas de macieiras pela Safra S/A 1969-71.....	pg. 56
TABELA 3 – Valor dos Financiamentos para a fruticultura no período 1970 – 78, em 1.000 Cr\$.....	pg.59
TABELA 4 - Comparação das áreas plantadas com macieiras – ano a ano e acumulada – com incentivos fiscais e totais, em Santa Catarina, no período 1970/1984.....	pg. 62
TABELA 5 – Situação dos pomares catarinense em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo. 1981.....	pg.66
TABELA 6 – Participação dos pequenos e grandes fruticultores na expansão da área cultivada com maçã em Santa Catarina, período de 1979/1982.....	pg.71
TABELA 7- Área acumulada e variação anual da área plantada com Maçãs em Santa Catarina.....	pg.72
TABELA 8 – Área Plantada e Produtividade Média da Cultura da maçã em Santa Catarina.....	pg. 73
TABELA 9 - Área plantada, produção e produtividade da maçã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul:.....	pg. 74
TABELA 10 - Produção Nacional, Importação, Exportação e Consumo Aparente de maçãs no Brasil –.....	pg. 76
TABELA 11 - Produtores e produção obtida (t) por grupos de área da colheita de maçã no estado de Santa Catarina, nos anos de 1985 e 1995/96.....	pg. 78
TABELA 12 - Estratégias historicamente adotadas na prevenção do prejuízos causados por granizo nos principais municípios produtores.....	pg. 86
TABELA 13: Recursos destinados pela ABPM a Estação Experimental de Caçador.....	pg. 87
TABELA 14 - Volume Comercializado e preços médios da maçã nacional no atacado e varejo da CEASA/SC no ano de 1981.....	pg.91
TABELA 15 – Capacidade estática disponível para armazenagem a frio de frutas, safra 78/79 – Santa Catarina.....	pg.92
TABELA 16 – Estrutura de classificação e armazenagem a frio por cooperativa, ano de 1982 – Santa Catarina.....	pg. 92
TABELA 17 - Capacidade de armazenagem de maçã na Região Sul – 2003..	pg.93
TABELA 18 – Capacidade de armazenagem de maçã nas maiores empresas do setor – 2003.....	pg.94
TABELA 19 - Área colhida (ha), Produção e Produtividade, por grupos de área de colheita em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, na safra 1995/96.....	pg.99
TABELA 20 - Principais empresas e volume de maçã processado no Brasil em 2004.....	pg.101
TABELA 21 - Produção catarinense de maçãs por município, 2006.....	pg.112
TABELA 22 - Produção gaúcha de maçãs por município, safra 2006.....	pg.115
TABELA 23 - Importação e consumo brasileiro de maçãs 1994 – 2004.....	pg.124
TABELA 24- Exportação de maçãs brasileiras, 2003 – 2007.....	pg.125
TABELA 25 - Os principais destinos da maçã exportada, em 2007.....	pg.127

TABELA 26: Evolução das exportações, importações e saldo comercial da maçã brasileira pós plano Real.....pg.128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

ABPM – Associação Brasileira dos Produtores de Maçã
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACFCT – Associação Catarinense de Fruticultores de Clima Temperado
AFF - Associação dos Fruticultores de Fraiburgo
AFRF – Associação de Fruticultores da Região de Fraiburgo
AGAPOMI – Associação Gaúcha dos Produtores de maçã
AGF – Anti Granizo Fraiburgo
AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense
ARS – Agricultural Research Service, da USDA
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CACEX - Carteira do Comercio Exterior
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina - ONU
COOPERSERRA - Cooperativa Regional Agropecuária Serrana
COOPERVIL – Cooperativa Agropecuária Videirense
EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) Sociedade Alemã para Cooperação Técnica, ligada ao Ministério da Cooperação Econômica.
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICF – Industria Catarinense de Frutas
IF – Incentivos Fiscais
IPEAS – Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola
NPK – Nitrogênio, Fósforo e potássio.
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PGPM – Política de garantia de preços mínimos
PIF – Produção Integrada de Frutas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROFIT - Programa de Fruticultura de Clima Temperado

PRONAMA - Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Família

PSD – Partido Social Democrático.

REFLOR – Reflorestamento Fraiburgo

SAFRA – Sociedade Agrícola Fraiburgo.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNC – Universidade do Contestado.

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

USDA – United States Department of Agriculture

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO	pg. 17
1 OS ANTECEDENTES E A DIFERENÇA ENTRE AS FORMAÇÕES SÓCIO – ESPACIAIS REGIONAIS.....	pg. 30
1.1 Os antecedentes.....	pg. 30
1.2 As diferentes formações sócio - espaciais.....	pg. 33
1.2.1 A formação sócio-espacial do Planalto latifundiário.....	pg.34
1.2.2 O Meio-Oeste Catarinense, a pequena produção mercantil e a acumulação financeira dos irmãos Frey.....	pg.39
2 A FORMAÇÃO DO COMPLEXO MACIEIRO.....	pg. 44
2.1 1ª Fase: Os primeiros investimentos.....	pg. 44
2.1.1 São Joaquim e o pomar de Rogério Campos.....	pg.45
2.1.2 Fraiburgo: a gênese da moderna produção de maçãs no Brasil.....	pg.47
2.1.2.1 O empresariado catarinense e o Estado.....	pg.49
2.1.3 Os pequenos pomares gaúchos e o interesse governamental de modernizar a produção no estado.....	pg.52
2.2 2ª Fase - Anos 70: O Estado como promotor do desenvolvimento.....	pg. 54
2.2.1 Os incentivos Fiscais para Reflorestamento.....	pg. 57
2.2.2 O PROFIT em Santa Catarina.....	pg. 58
2.2.3 O surgimento das Agroindústrias.....	pg. 60
2.2.4 A Evolução dos Plantios.....	pg. 61
2.3 3ª Fase: Da Reserva de Mercado ao Livre Comércio: O amadurecimento do setor macieiro.....	pg. 66
2.3.1 O declínio da intervenção do Estado.....	pg.66
2.3.2 A evolução da Produção e a busca pelo aumento da produtividade....	pg.70
2.3.3 Os produtores começam a se organizar.....	pg. 79
3 A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS.....	pg. 81
3.1 A pesquisa.....	pg. 81
3.1.1 A organização dos produtores e o desenvolvimento tecnológico.....	pg. 84

3.2 Os problemas na Comercialização: Infra-estrutura de Armazenagem e Pós-colheita.....	pg.89
3.3 Os principais atores: As grandes empresas e cooperativas.....	pg. 94
3.4 A Industrialização.....	pg. 100
3.5 A mão de obra.....	pg. 102

4 A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO.....pg. 111

4.1 Delimitação das áreas produtoras de maçãs no Sul do Brasil.....	pg. 111
4.2 As diferentes formações sociais das principais regiões produtoras e as estratégias locacionais das empresas.....	pg. 117
4.3 Comercialização e mercados.....	pg.121
4.3.1 Produção e comercialização de maçãs no mundo.....	pg.129

5 CONCLUSÃO.....pg. 131

REFERÊNCIAS.....pg. 136

ANEXO 1: Relatório do Trabalho em Grupo do 1º Seminário Regional Sobre os Desafios da Agricultura Familiar na Cultura da Maçã.....pg.141

INTRODUÇÃO

Existe o consenso entre analistas da agropecuária brasileira que o modelo de modernização, adotado pós 1960, baseou-se na elevação dos índices de tratorização e consumo de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), na ampliação da política de crédito agrícola e na integração de diferentes capitais (agrário, comercial, industrial e financeiro), com objetivo de ampliar a produtividade dos fatores de produção (DELGADO, 1985).

Esse processo foi geograficamente generalizado, porém em diferentes intensidades nas regiões e estados brasileiros. Ao analisar o “novo padrão agrícola brasileiro”, Hoffman *et al.* (1985) observam que todas essas transformações apresentam uma característica comum, que é a de terem se processado de forma desigual em dois sentidos: regionalmente, beneficiando os estados do Centro-Sul e, dentro de cada estados, modificando principalmente os grandes e médios estabelecimentos agrícolas.

Nos estados da Região Sul, por exemplo, os ritmos diferem do restante do país e, no interior desses estados, em função de suas características territoriais, naturais e de desenvolvimento anterior, relacionado à sua história econômica e formações sociais. Esse processo representou para a região a introdução de novos produtos, novos tipos de organização da produção e novos processos tecnológicos (PARRÉ & GUILHOTO, s.d.). Como resultado, a região passa a liderar, ou possuir grande participação, na produção nacional de aves, suínos, arroz irrigado, maçã, bovinos, cebola, batata, fumo, soja, entre outros produtos.

Na cultura da maçã, a Região Sul representa 99,5% da produção nacional, com Santa Catarina e Rio Grande do Sul como maiores produtores, responsáveis, respectivamente, por 57,5% e 38% do total em 2006. (IBGE). Nesses dois estados localizam-se as três principais regiões produtoras do país, polarizadas pelos municípios de Fraiburgo (SC), Vacaria (RS) e São Joaquim (SC). Essas regiões possuem organizações produtivas diferentes, relacionadas às diferentes formações sociais e combinações geográficas presentes no processo de desenvolvimento da produção em cada região.

Além da divisão regional, a produção de maçãs também possui grande disparidade entre os produtores; em Santa Catarina, por exemplo, a cultura da macieira é desenvolvida por cerca de 1.410 unidades produtoras (ABPM, 1996), que se caracterizam pela presença de grandes empresas, médios e pequenos produtores, divididos conforme a seguinte classificação:

Caracterização dos produtores.	Total dos Produtores de SC	Total da Produção de SC
Grandes	2 %	65 %
Médios	20 %	24 %
Pequenos	78 %	11 %

Fonte: HENTSCHEKE, 1994.

A produção brasileira de maçãs em escala comercial é recente em relação à sua maior competidora, a Argentina. Em cerca de quatro décadas, o Brasil substituiu a maior parte da maçã importada do país vizinho e, gradativamente, conquistou espaço no mercado mundial de exportação da fruta, apesar das dificuldades, devidas ao excesso de oferta mundial e das condições climáticas irregulares.

Esse processo pode ser dividido em três momentos principais¹: O primeiro, entre os anos 1963 e 1969, marcado pelas experiências pioneiras da Sociedade Agrícola Fraiburgo (SAFRA) e as reivindicações dos empresários por apoio governamental no desenvolvimento da cultura; o segundo, entre 1970 e o início dos anos 80, quando o poder Estatal desempenhou papel decisivo nos setores de pesquisa e de extensão rural realizados pelas extintas: Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARESC) e Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), disponibilizando crédito rural e mantendo incentivos fiscais para reflorestamento, o que impulsionou o surgimento de grandes pomares

¹ "Periodizar é definir a duração de uma estrutura e de suas conjunturas. Implica também a verificação das rupturas estruturais, ou seja, a substituição de uma estrutura por outra; são os fatos-datas (ou conjunturas) em que se observam mudanças qualitativas de profundidade" (SOUTO, 1980, p. 32).

e atraiu os empresários para o setor; e o terceiro momento, desde o início da “década perdida” até a atualidade, marcado pela rápida diminuição do apoio estatal, o surgimento dos grandes pomares em Vacaria (RS), a abertura econômica (MERCOSUL), a consolidação das Associações de produtores como órgãos promotores do desenvolvimento do setor e o processo de especialização e concentração da produção causado pelas dificuldades enfrentadas.

Entre os trabalhos acadêmicos, destacamos a dissertação de Wilson Schimidt: “O setor macieiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um Complexo Agroindustrial.” (SCHIMIDT, 1990), não apenas pela qualidade do trabalho como um todo mas, principalmente, por possibilitar o acesso de outros pesquisadores à grande quantidade de documentos, dados e entrevistas obtidas pelo autor. Para a compreensão da gênese do processo e análise das iniciativas da família Frey, na região de Fraiburgo, torna-se imprescindível a leitura da monografia de Marlon Brandt: “Frey”burgo: acumulação de capital no setor macieiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960” (BRANDT, 2004), trabalho este que analisa a influência política da família Frey e o surgimento do Grupo SAFRA – Sociedade Agrícola Fraiburgo nos anos 60. Por sua vez, a dissertação de Maria Lurdes Sezerino: “As condições climáticas e o cultivo da maçã em São Joaquim – Santa Catarina” (SEZERINO, 1982) constata as boas condições climáticas da região de São Joaquim, onde a quebra da dormência² da macieira ocorre de modo natural, sem o uso de produtos químicos.

Além desses, destacamos: “ O Relacionamento Instituto de Pesquisa – setor produtivo: um caso de mudança organizacional na pesquisa agrícola em Santa Catarina” Tese de Elisa Y. Ichikawa, cujo trabalho busca compreender o processo de mudança organizacional ocorrido a partir da parceria entre a pesquisa pública (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A -EPAGRI) e o setor produtivo privado (Associação Brasileira dos Produtores de maçã - ABPM) na condução de pesquisas em maçã (ICHIKAWA,

² Condições climáticas favoráveis são essenciais para a pomicultura, calcula-se como ideal a ocorrência de 700 horas frio/ano (até 7º C). Frio insuficiente ou inconstante provoca o despertar desigual da dormência da macieira, período no qual a planta perde suas folhas e cessa seu crescimento vegetativo. A quebra da dormência da macieira provoca uma floração irregular, diminuindo a produtividade dos pomares.

2001); “Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)”, tese de Jó Klanovicz (2007) que analisa as práticas e perspectivas ligadas a diferentes ou novas relações entre grupos humanos e não-humanos envolvidos com a produção moderna de maçãs no sul do Brasil, entre as décadas de 1960 e 1990; e “Gestão do risco de granizo pelo seguro e outras alternativas: estudo de caso em pomares de maçã em Santa Catarina”, dissertação de Henrique M. Yuri (YURI, 2003); assim como outras fontes importantes de informação sobre as estratégias produtivas adotadas pelos produtores em relação a pesquisa e a diminuição dos prejuízos causados com a chuva de granizo.

Os livros de Frey (2002) e Lopes (1984) merecem uma leitura cuidadosa, pois tendem a um relato quase “heróico” dos feitos da família Frey na colonização e no desenvolvimento da região de Fraiburgo.

Antigas publicações da ACARESC, da EMPASC e mais recentemente da EPAGRI, por meio de livros, revistas ou documentos técnicos, são de grande importância para análise do desenvolvimento técnico da cultura; entre as principais, citamos “Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Maçã” (EPAGRI,1999) e “Maçã: estudo da situação catarinense frente ao MERCOSUL” (HENTSCHEKE, 1994). Na mesma linha dos documentos oficiais de pesquisa, Oliveira, em: “O Empresariado e a incorporação de progresso técnico ao processo produtivo do agronegócio – Estudo de caso da Maçã no Brasil” (OLIVEIRA, 1996), traz informações sobre as iniciativas do setor produtivo após a redução do apoio estatal no início dos anos 80.

Recentemente, com o objetivo de subsidiar sua atuação no apoio a cadeia produtiva da maçã, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) realizou o estudo “Cadeia produtiva da maçã: produção, armazenagem, comercialização, industrialização e financiamentos do BRDE na Região Sul do Brasil” (BRDE,2005).

Em nosso último trabalho (EMERIQUE, 2006), além da revisão bibliográfica de algumas obras citadas, buscamos: tecer considerações sobre as condições que proporcionaram o desenvolvimento do setor macieiro em Santa

Catarina, relacionando esse processo às respectivas formações sócio-espaciais; dimensionar a importância do papel exercido pelo Estado como Instituição promotora do desenvolvimento; e compreender a gênese das principais agroindústrias do setor, identificando a origem dos capitais investidos. Essa análise ficou limitada ao período compreendido entre os anos 1963 e meados dos anos 80, excluindo, portanto, as recentes transformações na economia e no setor, causadas principalmente pela abertura econômica e o desenvolvimento da produção no Rio Grande do Sul.

Assim, o presente trabalho de pesquisa pretende aprofundar as questões relativas ao processo de gênese e desenvolvimento da produção de maçãs na Região Sul, acrescentando à análise o período histórico mais recente, com o seguinte **Objetivo Geral**:

Analisar o processo de desenvolvimento do setor produtivo da maçã brasileira, de sua origem comercial até as mais recentes transformações implantadas pelas agroindústrias.

E como **objetivos específicos** e condutores da pesquisa:

1 - Identificar, localizar e caracterizar as principais áreas produtoras de maçã, considerando as diferentes formações sócio espaciais regionais, as distintas realidades na organização da produção e os agentes produtivos.

2 - Delimitar a importância do apoio estatal como agente promotor do desenvolvimento da cultura da maçã.

3 - Analisar a gênese e a evolução das principais agroindústrias do setor, buscando identificar a origem dos capitais, as etapas de crescimento e as estratégias Técnico-Produtivas (desenvolvimento tecnológico, comercialização, força de trabalho e relações trabalhistas).

Tendo como base teórica e epistemológica uma Geografia de orientação marxista, fortalecida no Brasil principalmente após o 3º Encontro Nacional de

Geógrafos de 1978, partimos, pois, de uma concepção alternativa às estáticas análises neoclássicas, representadas no Brasil pela chamada Geografia quantitativa. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2002, pg 21):

(...) Entre os avanços realizados pela Geografia crítica estão aqueles associados à questão da organização espacial, herdada basicamente da Nova Geografia. Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais (...).

Nossa análise do processo histórico (e dialético) que deu origem ao setor madeirense terá como base o conceito de Formação Econômica Social (ou do ponto de vista geográfico: Formação Sócio Espacial, tanto na escala Nacional (Milton Santos) como na escala Regional (Armen Mamigonian). Entre as categorias do materialismo histórico, a noção de formação econômica e social ocupa uma posição central, segundo E.Sereni: (1975 apud SILVA, 1997 p.12)

(...) a noção...se coloca inequivocamente no plano da história, que é...o da totalidade e a unidade de todas as esferas (estruturais, supra-estruturais e outras) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico.

Para Milton Santos: (2002 pg.242)

“Uma sociedade só pode ser analisada sem ambigüidades se definida em função de suas determinações históricas sucessivas. Somente assim poderemos alcançar o conhecimento de suas especificidades e distinguir as suas qualidades essenciais das de outras sociedades. Uma sociedade cuja definição promana de suas determinações históricas sucessivas estará em condições de permitir um estudo teórico levando a resultados utilizáveis”

Milton Santos percebeu que a formação econômica e social era a categoria de análise que mais dava conta de explicar o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas, com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria agrupa uma multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico. Entretanto, o autor observou a ausência da categoria de espaço nas

análises orientadas pela noção supra citada, “Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 10). Surge então uma nova forma de utilizar essa categoria, a formação econômica, social e também espacial.

Apesar de já utilizada por alguns geógrafos³, havia a necessidade de incentivar a utilização nos estudos geográficos e de realizar um esforço epistemológico em relação ao conceito “espaço”. Santos percebeu que as relações que tratam a formação social acontecem em um determinado espaço geográfico; assim, “a formação social está inextricavelmente ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, ela não pode ser tratada sem que se tenha em conta a noção de espaço geográfico; afinal, este aparece tanto como produto quanto como uma condição de (re)produção das sociedades” (SILVA, 1997, p. 13).

Segundo Milton Santos (2002, p. 243):

“A categoria de formação Econômica e Social é assim extremamente útil ao estudo de uma realidade nacional pelo fato de que não se aplica à sociedade considerada em um sentido geral, mas a uma sociedade precisa, cuja especificidade e particularismo devem ser realçados para que o estudo concreto de suas realidades autorize depois uma ação igualmente concreta.”

Considera-se, ainda, como importante categoria de análise, a Formação Sócio-Espacial Regional que, articulada com a visão de “combinações” demonstrada por Cholley⁴, é trabalhada por Armen Mamigonian no Brasil (vários estudos) nas áreas de Geografia Humana. Assim, acrescenta Pereira e Vieira (1996, p.454):

³ Vide MAMIGONIA, Armen. Em diversos estudos regionais sobre Blumenau, Brusque, São Paulo etc.

⁴“As combinações podem ser divididas em três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas; que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mais interessantes que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos. São estas últimas que estudamos de início. Elas sempre, por ocasião do exercício de uma atividade necessária à vida dos grupos humanos: atividade agrícola, de criação industrial etc... E é justamente, ao provocar essas convergências de elementos físicos, biológicos e humanos, que o grupo humano consegue resolver os duros e numerosos problemas que lhe são expostos pela vida” (CHOLLEY, 1964, p 141)

(...) Como cada região tem também uma parcela de seu desenvolvimento ligado às suas próprias forças, decorrentes de uma trama complexa de elementos, a análise das especificidades de cada formação social ajuda a compreender melhor as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção das especificidades regionais. Por isso, o método proposto por Milton Santos é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da combinação de processos distintos. (...)

Portanto, concordamos com Santos quando esse chama a atenção para que “é preciso definir a especificidade de cada formação, (...) a apreensão do particular como uma cisão do todo (...) assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 1977 p.84). A categoria de Formação Sócio-Espacial é utilizada para a compreensão dos processos históricos, sociais e geográficos, partindo da esfera de produção, pois se torna “prática absolutamente crucial na análise das sociedades onde o capitalismo é dominante” (ESPÍNDOLA & SILVA, 1997 p.62) ou como sintetizou Santos (2002, p. 203):

“Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço - temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção”

É, pois, no sentido acima, que estaremos trabalhando o desenvolvimento da produção de maçãs nas diferentes regiões produtoras da Região Sul do Brasil, em macro formações distintas.

Por se tratar de um estudo objetivando a compreensão de um processo de desenvolvimento econômico, consideramos, como lembrava Schumpeter, o capitalismo como um processo evolutivo, uma forma ou método de mudança econômica, que nunca pode estar estacionário. Dessa forma, nossa base teórica também está assentada na relação existente entre introdução, difusão de

inovações e crescimento diferenciado das firmas, entendida segundo a teoria dos ciclos econômicos. Para a “velha tradição do ciclo”⁵:

(...)não é possível pensar que no capitalismo os setores (indústrias e finanças, departamento produtor de bens de consumo e departamento produtor de meios de produção, atividades inovadoras e tradicionais) e as rendas (lucros, juros, salários) tenham trajetórias idênticas (não divergentes) e não conflitivas; a regra, antes, está nas assimetrias, defasagens e conflitos, responsáveis, no fundamental, tanto pela interrupção dos movimentos expansivos, quanto pela impulsão de novas expansões (...) (SILVA, 1997 p.9)

Na visão de Schumpeter (1985) essas flutuações originam-se da introdução de inovações revolucionárias no conjunto da economia por parte do empresariado. O lucro e a diminuição da incerteza – à medida que a inovação é bem sucedida – levariam um “enxame” de empreendedores a imitar as inovações, ou seja, novas combinações de processos, produtos, organização produtiva ou administrativa. É o agente primaz que alavanca o processo de desenvolvimento. A inovação é uma mudança revolucionária que emerge no seio do sistema capitalista, que revoluciona os processos de produção de forma descontínua e não paulatinamente (como pequenos ajustes ao longo de tempo). Produzir novos produtos exige “combinações de novos materiais e forças” e por isso, o empresariado⁶ é aquele que tem comando sobre os meios de produção necessários para a realização de novas combinações.

Ignora-se, o fato de que, antes de I. Rangel, alguém tenha estudado, com tal intensidade, a influência dos ciclos econômicos sobre as formações econômicas e sociais brasileiras. A obra se destaca pelo pioneirismo do autor no domínio das análises cíclicas da economia brasileira, interagindo os ciclos médios de abrangência nacional (juglarianos) com ciclos longos mundiais (Kondratiff),

⁵ Segundo Silva (1997) citando Castro (1983) A idéia de ciclos de acumulação tem origem em Marx e desenvolveu-se, entre outros, com Cassel, Aftalion, Kondratieff, Juglar, Schumpeter e Mitchell.

⁶ Em obra posterior, o pensamento do autor mudaria sensivelmente quanto ao agente promotor do desenvolvimento: “O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial **que a empresa capitalista cria**” (SCHUMPETER, p.112 grifo nosso)

diferenciando-se frente às leituras da CEPAL e da Teoria da dependência (MAMIGONIAN, 1995).

Os ciclos longos foram estudados pelo russo Nikolai Kondratieff na década de 20; baseado em estudos de estatísticas econômicas, este observou que a economia capitalista industrial do centro do sistema mundial sofria consecutivos períodos de expansões e depressões econômicas e que essas duravam mais ou menos vinte e cinco anos, formando os ciclos longos de cinquenta anos. Esses ciclos exercem influência sobre a periferia econômica, causando nessas uma reação passiva (Argentina) ou uma reação ativa, como vinha ocorrendo no Brasil⁷.

Já os ciclos médios, ou de Juglar, são de abrangência nacional e interagem com os ciclos longos da economia mundial; no Brasil, eles surgiram com a depressão de 1929. Nesse período, o país já possuía uma diversificada produção industrial que permitiu desencadear um processo de industrialização por substituição de importações e que assumiu uma forma cíclica de aproximadamente dez anos:

“Assim, cada ciclo médio significou uma etapa do processo de industrialização por substituição de importações, que através da modernização escalonada, isto é, setorial, ergueu todo o aparelho produtivo nacional no decurso deste século; o que se fez seguindo uma ordem inversa, determinada pela própria dinâmica do processo substitutivo: iniciando pelas indústrias leves ate alcançar as indústrias pesadas e a infra-estrutura” (SILVA, 1997, p.11)

Considerando as teorias aqui expostas, nosso levantamento preliminar de informações sobre o objeto de estudo e nossos objetivos de pesquisa, esse estudo parte da seguinte **Hipótese**:

As múltiplas determinações geográficas (solo, clima, topografia, inserção de novas tecnologias, capacidade empresarial, tendo na sua base a pequena produção mercantil etc) condicionaram o dinamismo da cultura da maçã na região

⁷ No Brasil, durante a fase expansiva da economia mundial, ocorre uma forte elevação da capacidade de importação e exportação, ou seja, aprofunda-se a Divisão internacional do Trabalho. Na fase depressiva, a economia brasileira reage à crise mundial, diminuindo o intercambio comercial e, conseqüentemente, substituindo importações. (RANGEL, 1985)

de Fraiburgo (SC), possibilitando que o arranjo produtivo desenvolvido na região se expandisse a outras áreas produtoras no Brasil. Ressalta-se esse aspecto, pois a cultura em Fraiburgo e Santa Catarina nasce tardiamente em relação à cultura nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, além da Argentina.

Essa expansão da tecnologia criada em Fraiburgo não levaria a região de São Joaquim a produzir maçãs da mesma forma que Fraiburgo. Devido às diferentes combinações presentes em São Joaquim, o desenvolvimento da cultura da macieira teria características distintas que tiveram como condicionantes: a formação sócio espacial regional baseada no latifúndio pastoril, os aspectos climáticos, de topografia e a imigração japonesa, entre outros.

Com o sucesso do desenvolvimento da cultura da maçã em Santa Catarina, diversos grupos econômicos decidiram investir no setor como estratégia de diversificação de suas atividades econômicas. A principal área afetada por essa decisão foi a atual região produtora de Vacaria (RS), a qual possuía formação social semelhante à de São Joaquim mas, devido a ter sido alvo de investimentos na maçã posteriormente, esses investimentos foram realizados por grandes empresas e não por pequenos produtores, em um momento onde já predominava a concentração e especialização do setor em Santa Catarina, devido à diminuição do apoio estatal e a abertura econômica.

Dado o até aqui exposto, seguimos os seguintes procedimentos metodológicos na realização desse estudo:

Inicialmente partimos do levantamento de dados: com o intuito de fundamentar o projeto sobre bases teórico-metodológicas já formuladas a respeito da temática, levantou-se o material a ser utilizado, como trabalhos científicos e não-científicos (jornais, revistas) sobre a produção de maçãs em Santa Catarina. O material bibliográfico foi levantado em bibliotecas universitárias (UFSC, UDESC, UNIPLAC, UNC), nos arquivos da EPAGRI, ICEPA, EMBRAPA, ABPM, Prefeituras, Cooperativas, Secretarias e nas grandes empresas.

Em um segundo momento, realizamos a pesquisa de campo; nesta etapa, utilizou-se o recurso de entrevistas nas empresas, selecionando as empresas que possuem destaque no seu ramo, em instituições governamentais que apóiam o setor, e associações de produtores, através de um questionário estabelecido previamente com a finalidade de coletar dados sobre o processo de desenvolvimento do setor e das empresas (origem da produção, benefícios, etapas de evolução e situação atual). Para a realização dessas entrevistas, o pesquisador utilizou contatos já estabelecidos com algumas empresas e associações, devido a trabalhos anteriores.

Posteriormente, iniciamos a redação preliminar da dissertação para identificarmos as informações e dados ausentes e / ou que poderiam ser reformulados.

Paralelamente, confeccionaremos os mapas temáticos, com a utilização dos recursos do laboratório de cartografia digital do Departamento de Geociências.

Por ultimo, concluímos com a redação final da dissertação.

Para melhor organização dos resultados obtidos por nosso trabalho, apresentamos o nosso trabalho com a seguinte organização:

O capítulo 1 está dividido em dois tópicos: o primeiro apresenta as experiências pioneiras com a cultura da maçã em território brasileiro; no segundo, abordamos as diferentes formações sócio espaciais regionais que viriam a sofrer transformações no processo de desenvolvimento da produção de maçãs. Buscamos sintetizar a base de uma das principais teses da pesquisa, a de que as formações sociais regionais exercem influencia na futura organização produtiva de cada região.

No capítulo 2, apresentamos o desenvolvimento histórico da produção de maçãs no Sul do Brasil, dividido em três etapas: os investimentos pioneiros na década de 60; os grandes investimentos e o apoio estatal na década de 70 e início dos anos 80; e o período iniciado em meados da década de 80 até a

atualidade, caracterizado pela abertura econômica e pela diminuição dos incentivos governamentais para o setor.

Já no capítulo 3, analisamos as estratégias técnico - produtivas desenvolvidas pelos agentes promotores do desenvolvimento da produção de maçãs, divididas em tópicos abordando: a pesquisa, a organização dos produtores, os principais atores (empresas e cooperativas), e a mão de obra utilizada.

Por último, no quarto capítulo, retomamos a diferenciação regional da produção, relacionando as diferentes formações sociais com a forma como essas regiões se organizam atualmente com relação ao setor macieiro.

1 –OS ANTECEDENTES E AS DIFERENÇAS ENTRE AS FORMAÇÕES SÓCIO – ESPACIAIS REGIONAIS

Antes de analisarmos a formação do complexo macieiro no Sul do Brasil, devemos considerar as experiências anteriores com a maçã, no país. Apesar de algumas não terem tido maiores conseqüências, pois não tiveram sucesso na produção de frutas de qualidade, essas iniciativas demonstram o interesse que já havia de se produzir frutas de clima temperado no Brasil, devido ao mercado potencial e os altos preços que as frutas importadas alcançavam na comercialização.

Além do início da presença de macieiras no Brasil, caracterizamos as diferentes formações sociais das futuras regiões produtoras, analisando seu povoamento e seus arranjos econômicos e sociais regionais.

Destacamos ainda a acumulação financeira dos irmãos René e Arnaldo Frey, imigrantes que se instalaram no meio oeste catarinense e seriam alguns dos responsáveis pelos grandes investimentos no setor macieiro nas décadas seguintes, como já demonstrado, entre outros, por Schmidt (1990) e Brandt (2004)

1.1 - OS ANTECEDENTES

A macieira chegou ao Brasil junto com os colonizadores europeus e sua produção foi, por muito tempo, realizada em pomares domésticos, sem expressão econômica. A primeira experiência comercial se deu, provavelmente, no município de Valinhos, Estado de São Paulo, onde o Fruticultor Batista Bigneti tinha plantas da cultivar Ohio Beauty em 1926. No ano seguinte, José Trombetta se tornou o primeiro propagador conhecido dessa cultivar, vendendo mudas enxertadas de Ohio Beauty.

A criação, em 1928, da Estação Experimental de São Roque pelo Instituto Agrônomo de Campinas, é considerado o marco inicial da pesquisa com

macieiras no Brasil. O chefe dessa unidade foi o pomicultor alemão João Hermann, que introduziu uma coleção de 72 cultivares, a maioria de procedência européia (EPAGRI, 1986).

Entre 1940 e 1960, o município de Valinhos possuía cerca de 500 mil a 1 milhão de pés de maçã, com predomínio da cultivar Ohio Beauty (conhecida também como Valinhense); porém, se tratava de frutas de baixa qualidade, pouco aceitas pelo mercado; o consumo nacional de maçãs era suprido pela maçã importada da Argentina, de qualidade bem superior à maçã de Valinhos. A maçã de Valinhos costumava ser comercializada em caixas de tomate, fato que acabou criando um certo preconceito de comerciantes e consumidores perante a maçã nacional, considerada fruta “podre”. (ABPM, 1985)

A região de Valinhos perdeu sua importância na produção de maçãs devido à susceptibilidade do porta-enxerto utilizado, o Doucin, ao ataque do pulgão lanígero (*Riosoma lanigerum Haumann*). Essa situação levou a erradicação de muitos pomares pelos próprios produtores.(EPAGRI,1986)

No Rio Grande do Sul, segundo a Associação Gaúcha dos Produtores de maçã (AGAPOMI,2006):

[...] na primeira metade do século XX, a maçã gaúcha mal se apresentava em árvores dispersas em fundo de quintal dos imigrantes italianos instalados na Encosta da Serra, tendo como atividade principal e comercial a uva [...]

Por volta das décadas de 50 e 60 nascia um pólo pioneiro no município de Veranópolis, logo se expandindo para outros municípios da Serra Gaúcha. Os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal na década de 70 levariam empresários a investir na região dos Campos de Cima da Serra, com topografia, altitude e clima adequado para a implantação de pomares. Assim nasce o pólo de Vacaria, onde já estavam presentes alguns pequenos produtores de maçã (AGAPOMI, 2006).

No estado de Santa Catarina, segundo Schmidt (1990), a bibliografia referente a produção macieira diverge sobre a existência de três grandes marcos para o seu início.

O primeiro marco, destacado por documentos oficiais do município de São Joaquim, indica o próprio município na década de 50, quando já se observavam pequenos pomares domésticos no local; além disso, a União, o Governo Estadual e a Prefeitura procuravam estimular o desenvolvimento da fruticultura naquela região⁸.

O segundo marco, reconhecido como o início da moderna produção de maçãs no Brasil por Frey (2002), Brandt (2004) e Oliveira (1996), destaca a criação do Grupo SAFRA – Sociedade Agrícola Fraiburgo em 1962 e as experiências realizadas por esse grupo no município de Fraiburgo. Segundo Frey (2002 p.17):

[...] No Brasil, deve-se considerar a história dos plantios de pomares de macieiras, e da produção comercial de maçãs, antes e depois dessas experiências, e dos empreendimentos realizados com fruticultura no município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, a partir do ano de 1963. [...]

Para Brandt (2004 p.111), existe uma relação direta entre a criação do Programa de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT) e as experiências em Fraiburgo:

[...]A influência política da família Frey será importante no desenrolar da introdução da pomicultura no município de Fraiburgo, principalmente com a criação do Programa de Fruticultura de Clima Temperado, o PROFIT e a inclusão da macieira na Lei de Incentivos Fiscais para o Reflorestamento, criados no final da década de 1960 [...].

⁸ Importante destacarmos que, na região de São Joaquim, temos as condições climáticas estaduais mais adequadas ao cultivo da macieira, conforme zoneamento agroecológico para esta cultura realizado pela Epagri - Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina. A delimitação destas áreas foi feita de acordo com a necessidade de baixas temperaturas da macieira durante a fase de repouso (Abril a Outubro) e a precipitação pluviométrica anual (EPAGRI, **Avaliação de cultivares para o Estado de Santa Catarina 2002/2003**. Florianópolis. 2002. 140p).

Já os trabalhos publicados pela EPAGRI e por outros órgãos de fomento estaduais preferem eleger a década de 70 como marco para início da cultura da macieira, para eles:

[...] No Brasil, a produção comercial de maçã começou no início de 1970, no Sul do País, onde há mais frio, aproveitando incentivos fiscais e o apoio do Programa de Fruticultura de Clima Temperado – PROFIT, criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina [...].(TAGLIARI, 2005 p. 36).

No presente estudo consideraremos o ano de 1963⁹ como marco do início da moderna cultura da maçã em Santa Catarina (e no Brasil). Conforme iremos demonstrar ao longo desse trabalho, a parceria entre as famílias Frey e Evrard/Mahler atuou de forma decisiva influenciando governantes, implantando pomares próprios e para terceiros, organizando e atraindo empresários para o setor e desenvolvendo tecnologia para o cultivo da macieira.

1.2 – AS DIFERENTES FORMAÇÕES SÓCIO – ESPACIAIS.

No período inicial de ocupação da Região Sul brasileira, os fatores fisiográficos se fizeram sentir de tal maneira que se distinguem duas zonas de ocupação distintas: o povoamento do litoral e do interior.

Paralelamente à vinda de açorianos e madeirenses para a borda litorânea de Santa Catarina no século XVIII, ocorreu a ocupação mais intensiva do Planalto Catarinense, particularmente na sua parte mais ao leste, tendo como base a criação de gado em grandes propriedades¹⁰.

⁹ Ano de Formação da SAFRA e data da primeira colheita de maçãs realizada em Fraiburgo, conforme marco localizado no Hotel Renar da mesma cidade.

¹⁰ “Embora favorecida pela presença de campos naturais e topografia mais aplainada, a atividade de criação de gado no planalto requer, no entanto, maior área de pasto por animal, devido a menor regeneração do capim, ocasionado pelo clima mais frio do local. Por exemplo: nos campos de São Joaquim verifica-se uma média de área de pastagem de 24ha / animal; no litoral a proporção é em geral de 3 ha / animal...” (ROCHA, 2004 p.62).

Frente de um processo de apropriação e colonização de terras, a disponibilidade de terras no planalto permitiria, a partir da segunda metade do século XIX, a instalação de pequenos e médios sítiantes, em regiões de campos e matas, às margens dos latifúndios. (MACHADO, 2004)

Conforme passagem esclarecedora do geógrafo L. Waibel (1979 apud SILVA, 2006 p.11), que estudou o Sul do Brasil nos anos 40:

[...] Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares do tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileiro, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos. Com frequência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele [...].

Reproduzimos esse trecho, pois consideramos notável a distinção feita pelo autor; no entanto, conforme já considerado por Silva (2006), o desenvolvimento regional desigual deve ser explicado considerando o tipo de sociedade que se organizou (a formação sócio espacial regional) e não apenas a estrutura das propriedades ou a origem étnica dos colonizadores, evitando conclusões precipitadas ou preconceituosas.

1.2.1 – A FORMAÇÃO SÓCIO - ESPACIAL DO PLANALTO LATIFUNDIÁRIO.

Foram os jesuítas espanhóis os precursores da ocupação do Planalto Ocidental e os responsáveis pela introdução e difusão do gado no sertão sulino. Partindo de Assunção, no Paraguai, fundaram em 1609 a Província de Guairá no atual Oeste Paranaense. Tendo a catequese como objetivo declarado, os padres trataram de disciplinar os nativos no desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da extração madeireira (IBGE, 1977). Atraídos pelo apresamento de índios agrupados e disciplinados ao trabalho, os bandeirantes paulistas seguem as rotas

das manchas campestres do planalto e atacam as reduções jesuíticas espanholas. Os jesuítas e índios restantes dirigem-se à área missioneira do Rio Grande do Sul, fundando missões na parte central e no noroeste do Estado. “O ataque a estas missões não tardou e antes de se retirarem das de Tape, os missionários soltaram o gado, que se dispersou pelos campos ao sul da Bacia do rio Camaquã, área que se tornou conhecida como Vacaria do Mar” (ROCHA, 2004 p.60-61).

O gado abandonado viria a dar origem ao rebanho da Campanha Gaúcha. Devido à vinda do sul dos espanhóis, os padres (que retornaram à região) reuniram o gado restante em outra vacaria, em local mais seguro, a nordeste do Rio Grande do Sul, dando origem à Vacaria dos Pinhais, assim denominada por ser cercada de Mata de Araucárias.

Os campos de Lages passaram ao domínio dos paulistas que ali chegaram através da bandeira de colonização para a fundação de Lages em 1766, objetivando resguardar o caminho de Viamão (RS) a São Paulo, fixando mais um ponto de defesa contra os espanhóis na colônia meridional.

A criação de gado na Região Sul ganhou muito em importância após o deslocamento do eixo econômico da colônia brasileira do nordeste açucareiro para o ciclo do ouro na região das minas gerais (inclusive com a mudança da capital para o Rio de Janeiro).

No início, a falta de animais de carga, de tração e mesmo de sela era quase absoluta em Minas Gerais e São Paulo. Segundo Vieira: “A formação pastoril, que então se gesta, tem como objetivo inicial abastecer de gado a formação mineradora” (PEREIRA & VIEIRA, 2001 p.3) Dessa forma, os paulistas, que antes incursionavam pelo sul para prear índios, resolveram alcançar os campos gaúchos a fim de obter animais lá encontrados em abundância, que venderiam por alto preço nas áreas de mineração. Surgiu assim o famoso “Caminho do Sul”, entre Sorocaba (SP) e Viamão (RS), promovendo a ocupação das vastas áreas dos campos meridionais (ROCHA, 2004). Este caminho seguia o traçado das áreas campestres de Itapetininga e Itapeva (SP), Campos Gerais (PR), Campos Novos, Curitiba e Lages (SC) e campos de Vacaria (RS), onde

surgiram os primeiros estabelecimentos para o trânsito e repouso das tropas ou, como esclarece Vieira, a pecuária “ainda impregnada de espírito nômade, aos poucos passa a se sedentarizar, formando vilas, povoados e estâncias coloniais, transformando o “meio de produção fundamental” de móvel (homens e depois gado) em fixo – a terra.” (PEREIRA & VIEIRA, 2001, p.3)

Quanto a diferenciação regional que surgia no Rio Grande do Sul, segundo Vieira:

“A economia charqueadora-pecuarista era dominante na depressão sul-riograndense (o pampa), enquanto nos campos do planalto meridional, de ocupação mais tardia, de difícil acesso e obstaculizados pela presença da mata, a economia charqueadora não se desenvolve da mesma forma, fazendo com que os pecuaristas destas áreas planaltinas sejam, no dizer de Jean Roche, os “parentes pobres da campanha” “ (PEREIRA & VIEIRA, 2001 P.5)

No Planalto catarinense, pertencente a São Paulo até 1820, a colinização foi caracterizada pelo surgimento de grandes fazendas pastoris (criação de gado extensiva), as quais utilizavam pouca mão-de-obra, que acabaram caracterizando a região como de baixa densidade populacional, onde ainda predominavam relações não capitalistas de produção.

Ao analisarmos o estudo de Peluso Junior (1949) sobre o planalto de São Joaquim (SC), mais especificamente sobre uma grande propriedade da região denominada de Fazenda do Cedro¹¹, podemos compreender as condições de pecuária existentes na região ainda na década de 40 do século XX. Segundo o autor:

[...] O operariado, ligado diretamente a exploração pastoril, não percebe salário. O chão da casa em que mora, a terra em que planta e o campo em que mantém algumas reses de sua propriedade, constituem remuneração do fazendeiro ao trabalhador que o ajuda a cuidar do gado. Somente quando há serviço estranho à lida com o rebanho é que o empregado percebe salário [...]. (PELUSO JUNIOR, 1949 p.1387)

¹¹ “No Planalto de São Joaquim, é a Fazenda do Cedro a maior propriedade pastoril. – Em 1942, entre 1.859 fazendas de criação, somente 67 mediam mais de 1.000 hectares, ressaltando entre essas a Fazenda do Cedro, com sua área superior a 7.000 hectares” (PELUSO JUNIOR, 1949 p.1382)

Ainda segundo Peluso Junior (1949 p.1387):

[...] A exigüidade da renda torna-se mais impressionante quando se tem em vista que da fazenda vivem o fazendeiro e a família, e cerca de 15 agregados igualmente com famílias, alcançando aproximadamente 100 pessoas. A fazenda pastoril, em seu tipo primitivo com a Fazenda do Cedro é uma empresa Capitalista, porém a razão de sua prosperidade se encontra na coexistência de outras formas econômicas e da organização social correspondente a elas [...].

As fazendas, que outrora eram caracterizadas pelas grandes extensões, foram tendo seu perfil alterado devido ao processo de sucessão de terras; “Modernamente a situação tem se alterado. As grandes fazendas desapareceram, e poucas delas são reconstituídas...” (PELUSO JUNIOR, 1949 p.1389), obrigando os descendentes de agregados a procurarem terra em outras regiões.

Essa massa de excedentes dos caboclos ocupou, então, as terras mais ao oeste do Vale do Rio do Peixe¹², garantindo, inclusive, a posse brasileira de limites com a Argentina (1987) e que foram expropriados da terra, no início do século XX com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, engrossando o contingente dos redutos da Guerra do Contestado (1912-1916).

A formação pastoril do Planalto Catarinense impede o desenvolvimento dos elementos de uma pequena produção mercantil¹³, ocasionando a fraqueza da industrialização das áreas de pecuária extensiva até recentemente (ROCHA, 2004). Novamente em relação à Fazenda do Cedro, Peluso Junior constatou que, apesar dos incentivos para o comércio com o desenvolvimento das estradas e do trabalho irregular com o gado, que permitiria aos agregados tempo para desenvolver suas atividade agrícola, “os agregados encontram-se dominados pela

¹² O povoamento do Oeste Catarinense também foi efetivado por filhos de pequenos produtores gaúchos que não conseguiam sobreviver na propriedade paterna em virtude do excedente populacional e do superaproveitamento dos solos.

¹³ “O trabalho com o gado é irregular e pouca atividade exige, deixando-lhes margem para prosperar com o trabalho agrícola. Apesar dessa possibilidade, e do incentivo que toma o comércio de produtos agrícolas com o desenvolvimento das estradas, os agregados encontram-se dominados pela tradição cultural de seu grupo que ainda mantém a mentalidade pré-capitalista das antigas fazendas” (PELUSO JUNIOR, Op. cit. p. 1390)

tradição cultural de seu grupo que ainda mantém a mentalidade pré-capitalista das antigas fazendas” (PELUSO JUNIOR, 1949 p.1390)

A área pastoril catarinense viria a sofrer mudanças econômicas após a década de 60, com a implantação de extensas áreas de reflorestamento e o surgimento da fruticultura de clima temperado nas regiões de Fraiburgo e São Joaquim. Os primeiros grandes investimentos nessas novas atividades econômicas seriam realizados por agentes econômicos originários de outras áreas, zonas que tiveram em sua formação a presença da pequena produção mercantil, ou investimentos externos¹⁴.

O Nordeste Rio-Grandense, onde se localiza Vacaria, não parece possuir características de uma formação social distinta do planalto catarinense; pelo contrário, compartilha a gênese de sua ocupação com a pecuária extensiva e, posteriormente, a extração madeireira, juntamente com as áreas do planalto catarinense.

Até o início dos anos 1970, a cidade de Vacaria ainda não havia passado por um processo de modernização no campo¹⁵, o que viria a mudar com a chegada da fruticultura, conforme Mujica:

“ Os fruticultores, que chegaram à região há aproximadamente 20 anos, (...) foram os pioneiros na introdução de novas tecnologias nos pomares de maçã, e estabelecendo novas relações sócio-econômicas na região. É importante destacar que a presença de pessoas oriundas de outros países e culturas diferentes (...) estabeleceram uma nova relação de trabalho, entre patrão-empregado” (MUJICA, 2001 pg.22 grifos nossos)

¹⁴ Considerando a indústria de papel-papelão que viria a se instalar, Vieira e Pereira destacam “ A região latifundiária catarinense tem revelado um processo de desenvolvimento capitalista, dependente de estímulos externos de capital, com demonstram o caso das indústrias de papel e papelão. Sua classe dominante, composta de forma dual por fazendeiros-comerciantes ligados ao mercado interno, exercerá papel marcante na política catarinense” (VIEIRA e PEREIRA, 1996 p.460)

¹⁵ Ao estudar o desenvolvimento da agricultura americana no início do século XX, Lênin já nos chamava atenção de que “(...) seria imprudente confundir os latifúndios com a agricultura capitalista em grande escala, pois, com muita frequência, os latifúndios constituem uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais.” (LENIN, 1980 pg.42)

Consideramos, assim, as atuais regiões produtoras de São Joaquim-SC e Vacaria-RS como integrantes de uma mesma grande formação sócio-espacial, ligada a pecuária.

Entretanto, a região de Fraiburgo, apesar de estar geograficamente localizada no planalto catarinense, não possui, em sua gênese, grande atividade pecuária e nem uma longa história de ocupação baseada em relações sociais diferentes daquelas que veríamos surgir nas modernas áreas produtoras de maçã. Localizada nos limites entre o planalto latifundiário e o dinâmico meio oeste catarinense, os empresários pioneiros de Fraiburgo viriam a se aproveitar dessa situação e se transformariam em grandes empresários, não pecuaristas, mas senhores de grandes áreas e com influência política junto a grandes grupos econômicos e fazendeiros.

1.2.2 - O MEIO – OESTE CATARINENSE, A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E A ACUMULAÇÃO FINANCEIRA DOS IRMÃOS FREY.

Após o término da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, já no início do século XX, completou-se a ocupação do interior catarinense, a partir da comercialização de glebas – na porção Oeste do Planalto – para imigrantes originários dos núcleos coloniais alemães e italianos do Rio Grande do Sul. (VIEIRA E PEREIRA, 1996). Os colonos que migravam para o Oeste Catarinense eram filhos de pequenos produtores gaúchos que não conseguiam sobreviver na propriedade paterna, em virtude do excedente populacional e do superaproveitamento do solo¹⁶ (ESPÍNDOLA, 1999).

Os pequenos produtores desenvolviam a colheita da erva-mate, o plantio da alfafa e a extração da madeira, voltados ao mercado local e nacional, tendo seus produtos distribuídos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e, inclusive, na Argentina (CAMPOS, 1987). Como nos lembra Mamigonian, essa

¹⁶ Acrescentamos a esses fatores as transformações da economia fumageira em Santa Cruz nos anos 1940 e 1950. (GOULARTI FILHO, 2007).

pequena produção mercantil nasce “numa época em que o crescimento urbano no Brasil incentivou a produção agrícola, elevando a demanda de gêneros alimentícios no mercado interno. Assim, a agricultura destas áreas nasceu ligada ao mercado...” (MAMIGONIAN, 1966 p. 36).

Quanto à presença de posseiros nas áreas comercializadas do meio-oeste catarinense, “a atuação das empresas colonizadoras (...) introduziu valores externos em toda região, deixando à população local duas alternativas: adaptar-se ou ficar excluída” (BRANDT, 2007 p.193). No entanto, como nos lembra o autor:

“A criação dos porcos por parte da população chamada de “cabocla” pelos colonos que passaram a ocupar as terras da região, pouco diferia da que vinha sendo praticada há anos na região. Soltavam-se os porcos, que percorriam pinheirais, campos e butiazais, em busca de alimento (...) (BRANDT, 2007 p. 197)

e conclui:

“(...) eram criados, à solta, porcos, bois, cabras e ovelhas, percorrendo (...) terras que poderiam ser tanto devolutas quanto particulares. Criação esta exercida tanto por proprietários legais das terras quanto por posseiros” (BRANDT, 2007 p.198)

Conforme Espíndola (1999 p.20-21):

“Manifestavam-se, desse modo, duas maneiras de existência da pequena produção: de um lado, as famílias especializavam-se num determinado bem que seria entregue ao comércio local e fornecido às cidades (...); de outro lado, os pequenos produtores fabricavam seus instrumentos de trabalho, praticavam uma agricultura de subsistência e utilizavam certos instrumentos e equipamentos de forma comunitária.

Entretanto, à medida que aumentava a comercialização dos produtos agrícolas desta região catarinense com as cidades (...) numa industrialização substitutiva de importações, a unidade familiar obtinha

estímulos mercantis e meios necessários para a melhoria e ampliação de sua produção (...)"

A possibilidade de reprodução social atraía a vinda de colonos gaúchos para o Meio Oeste catarinense; entre tantos exemplos, encontramos a família Frey que antes de realizar os primeiros grandes investimentos na cultura da maçã, acumulou recursos financeiros e influência política que dariam a possibilidade de investir em novos empreendimentos.

Quando a 1ª Grande Guerra se encerra na Europa, a região da Alsacia, que já havia pertencido a França e a Alemanha, passa a ser controlada em definitivo pelos Franceses. Nessa região vivia a família Frey. O "Pai", Guilherme Frey, era um professor alemão que, após a guerra, perdera seu emprego (todos os professores alemães foram substituídos por professores franceses); sua esposa havia falecido durante a Grande Guerra e sem muitas alternativas, migra ao Brasil junto a seus quatro filhos. A família chega ao Brasil em 1919 e, após algum tempo morando no Rio Grande do Sul, instala-se na cidade de Castro – PR. (LOPES,1984) Os dois filhos homens, René Frey(17) e Arnaldo Frey (13), adquirem seus primeiros empregos na região, em um açougue local. René logo se especializa na produção de salames, banhas, lingüiças e outras variedades; Arnaldo se muda para Jaguaraíva para trabalhar nas Indústrias Matarazzo em 1927. (LOPES,1984)

No ano de 1930, influenciado por colonizadores, René e Arnaldo decidem pesquisar a região do Vale do Rio do Peixe, no Estado de Santa Catarina. O propósito inicial era de instalar um açougue na região. René desembarca na Estação Perdizes (atual cidade de Videira - SC) e termina por adquirir uma casa recém construída e de privilegiada localização. René e Arnaldo se mudam para Perdizes no mesmo ano e logo improvisam um matadouro no terreno para, em seguida, comercializarem a carne. (LOPES,1984)

Podemos nesse momento histórico relatado notar as semelhanças com as colocações de Marx em O Capital (cap. XXV, "Teoria Moderna da Colonização") quanto ao fato de que nas colônias de povoamento, o produtor que possui

condições próprias de trabalho e meios de produção enriquece a si próprio com seu trabalho e não ao capitalista, podendo ele mesmo se tornar um pequeno capitalista.

Com o sucesso do empreendimento, passam a fabricar derivados de carne bovina e suína, como salame, lingüiça, salsicha etc. Três anos depois, o abate de suínos variava entre 20 e 30 cabeças/dia e a produção de banha e outros derivados aumentava, os produtos do açougue passam a ser enviados para a venda em Curitiba e Ponta Grossa(PR) . A carne salgada era remetida inclusive para o Rio de Janeiro.(LOPES, 1984). Segundo Espíndola (1999 p.21):

[...] À medida que aumentava a comercialização dos produtos agrícolas dessa região (...), a unidade familiar obtinha estímulos mercantis e meios necessários para a melhoria e ampliação de sua produção. Esse processo impulsionava a diferenciação social no seio do complexo rural e resultava no aumento da pequena produção mercantil (...) e na possibilidade de ascensão social.”

O comércio da região crescia e se expandia¹⁷, a produção de madeira de boa qualidade era facilmente colocada no mercado, mas a de má qualidade, considerada refugo, não tinha aceitação e diminuía a margem de lucro das madeireiras. Tentando solucionar esse problema e aproveitar o sucesso da uva na região, René e Arnoldo montam uma fábrica de caixas, que permitiam o acondicionamento adequado das uvas que eram embarcadas para São Paulo e garantiam uma utilidade para a madeira de baixa qualidade.

A produção acelerada de madeira esgota os recursos de matéria-prima nas proximidades e surge então a necessidade de buscar reservas mais distantes (LOPES, 1984). Nesse período era comum o proprietário de terras, em dificuldades financeiras, se associar a comerciantes para a instalação de serrarias, num processo conhecido como “serrar às meias”. A cerca de 30

¹⁷ A possibilidade dos descendentes europeus tornarem-se proprietários dos meios de produção e de talvez, ascensão social, motivou a vinda para o quadro urbano do Oeste e Meio Oeste catarinense de pequenos artesãos, padeiros, sapateiros, comerciantes etc. Nas áreas urbanas desenvolveram-se também serrarias, pequenas oficinas mecânicas e os artesanatos agrícolas. (ESPÍNDOLA, 1999)

quilômetros de Perdizes, a família Ramos, de notória projeção política, possuía uma vasta área coberta de pinheiros; embora tivessem interesse na exploração, a família desconhecia a região. Arnoldo e René Frey firmaram acordo na base do “serrar as meias” para a exploração da localidade. Após superar os obstáculos da falta de estradas para a região e da presença dos posseiros, é iniciada a instalação da serraria.

Os ganhos com a serraria permitiram a instalação de um açougue, um armazém e, em seguida, uma escola no local. Em 1958, a firma dos Irmãos Frey atingia a maioria, passando à categoria de sociedade anônima, amplamente diversificada. A região passa a ser chamada de Fraiburgo, de modo a permitir uma melhor divulgação dos produtos da firma.(LOPES,1984)

No início da década de 60, a escassez de matéria prima levaria os irmãos Frey a promoverem a diversificação econômica no município, entre as estratégias adotadas, estão o reflorestamento, o loteamento de terrenos buscando a urbanização, a produção de vinhos e a fruticultura de clima temperado, no caso, a maçã.

2 - A FORMAÇÃO DO COMPLEXO MACIEIRO

O Planalto Meridional brasileiro passaria por uma grande transformação a partir dos anos 60 com os grandes investimentos de capitais externos à região. Muitas paisagem de Araucárias e dos campos da pecuária extensiva foram substituídas por áreas de reflorestamento de pinheiros exóticos, inseridos pela indústria madeireira, e nas regiões mais altas, a fruticultura de clima temperado, predominantemente a da maçã, surgia como uma grande oportunidade de lucros para os novos empresários e investidores nacionais e estrangeiros.

O processo de formação do setor macieiro no sul do Brasil não pode ser caracterizado ou explicado por um ou dois fatores, pois foi marcado por uma combinação formada por: empreendedorismo; apoio estatal; condições naturais; terras disponíveis; características já existentes nas regiões produtoras; e condições positivas ou não nas diferentes escalas de influencia econômica, local, regional, estadual, nacional e mundial.

Para melhor analisarmos esse processo, dividimos a formação do complexo macieiro em três períodos, a 1ª fase, marcada pelos primeiros investimentos; a 2ª fase, quando o poder publico atuou de forma agressiva para o desenvolvimento da produção; e a 3ª fase, marcada pela gradual redução da atuação do poder publico e pela chamada globalização dos mercados.

2.1 - 1ª FASE – OS PRIMEIROS INVESTIMENTOS.

Quando a possibilidade de se produzir maçãs de boa qualidade no Brasil ainda gerava mais duvidas do que certezas, alguns pequenos proprietários e poucos empresários se arriscaram a investir em pomares de macieiras na Região Sul. No entanto, esses investimentos seriam decisivos no período subsequente, devido à experiência obtida e as primeiras técnicas desenvolvidas nesses pomares.

De fato, já se imaginava a possibilidade das atuais regiões estudadas para a produção de maçãs; faltavam, porém, alguns empreendimentos concretos e bem sucedidos, que provocariam, na década seguinte, outros empresários a investirem, e o Estado apoiar o surgimento de grandes pomares e a grande produção macieira.

2.1.1 SÃO JOQUIM E O POMAR DE ROGERIO CAMPOS

Em 1950 foi firmado, entre a União e a Prefeitura de São Joaquim, um convenio para o fomento da fruticultura naquele município. (o município de São Joaquim foi criado após desmembramento do município de Lages, ambos localizados no Planalto Catarinense).

“No ano 1951, (...) O Dr. Affonso (Chefe da Seção Do Fomento Agrícola em Santa Catarina e executor do acordo) (...) designou o Engenheiro Agrônomo João Palma Moreira para a chefia do Posto de Fruticultura. Com essa designação e com a liberação de recursos através do Ministério da Agricultura, iniciaram-se, em 1951, os trabalhos de Instalação do referido Posto, cujos trabalhos foram concluídos em 1953, ocasião em que foi inaugurado”.(MOREIRA, 1989 apud SCHIMIDT, 1990 p. 23)

Durante o início da década de 50, a Prefeitura municipal de São Joaquim, o Posto de Fruticultura e alguns produtores dão início a uma política de propaganda. São realizadas exposições de frutas em vitrines de casas comerciais em Curitiba e Florianópolis e enviadas embalagens para jornais e revistas nacionais, e acabam publicando reportagens sobre o assunto; além disso, é realizada a primeira festa da maçã no município. São essas iniciativas que garantem a São Joaquim o título de “Capital da Maçã”.

Na abertura da II Exposição Agropecuária de São Joaquim, em Fevereiro de 1952, o Governador Irineu Bornhausen deu destaque, em seu

discurso, às excelentes condições climáticas do município para a pomicultura, o qual poderia, se produzisse em grande escala, suprir “nossos mercados”.

Em outubro de 1952, é assinado um acordo, entre governos da União e Estado, para realização de trabalhos para o desenvolvimento da produção vitivinícola e de frutos de clima temperado, no território catarinense (SCHIMIDT,1990). Os trabalhos eram relacionados à orientação e assistência técnica; curiosamente, as atividades seriam desenvolvidas em Videira, na área da Estação Experimental de Vitivinicultura e Plantas Frutícolas de Clima Temperado.

Entretanto, segundo constatou Schimidt (1990), a instalação do Posto de Fruticultura em São Joaquim e a propaganda não foram suficientes para motivar o desenvolvimento da cultura na região, que na década de 50 tinha sua economia baseada na pecuária e na extração madeireira.

No ano de 1968, Rogério Campos plantou, em sua propriedade, 2.000 pés de macieiras das cultivares starkinson, goldem e blackjohn. Tratava-se de um pomar utilizando cultivares “novas”, diferentes das tradicionais existentes na região. No ano seguinte são plantados mais 10.000 pés, com mudas adquiridas nos municípios de Farroupilha e Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). As novas cultivares possibilitaram uma melhor aceitação no mercado, com reflexos positivos para os produtores e o município.

A iniciativa de Rogério Campos foi tomada com o objetivo de se obter uma alternativa econômica a região, onde a atividade madeireira esgotava sua matéria prima (araucária). Ela se tornaria importante para o desenvolvimento da cultura na região pelo peso que recebeu nas negociações que levaram a instalação, em 1970, do escritório da ACARESC (com uma equipe do PROFIT) no mesmo município.

2.1.2 - FRAIBURGO: A GÊNESE DA MODERNA PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO BRASIL

Nos trabalhos de Oliveira (1996) e Brandt (2004), a origem da cultura da maçã, como conhecemos hoje, está nas experiências promovidas pela Sociedade Agrícola Fraiburgo (SAFRA), a partir de 1963, no município de Fraiburgo - SC.

No início da década de 60, os irmãos Frey buscam alternativas para o desenvolvimento da região; dentre as iniciativas vislumbradas por eles, a que nos interessa diretamente, é a da fruticultura.

Willy Frey, filho mais velho de René, procurava atrair ao novo município comerciantes, prestadores de serviços, industriais e agricultores. Na busca por empresários interessados em investir na cidade, os Frey chegam a publicar anúncios em jornais como O Estado de São Paulo e o Correio da Manhã, do Rio de Janeiro.

Em viagens para a Alemanha e França, René Frey buscava produtores que tivessem interesse em plantar em Fraiburgo. Por meio de recomendação de amigos, fica sabendo dos agricultores franceses na Argélia, os empresários franco-argelinos Gabriel e Henri Evrard. Os Evrard eram proprietários de uma vinícola de 1.200ha, e após o processo de descolonização e guerra civil no país, procuravam um novo país para investir.

Na Argélia, os franco-argelinos tinham como sócios em sua propriedade o francês Albert Mahler e um grupo suíço chamado Shenk, que já tinha uma fábrica de vinhos em São Paulo. Foi através desse grupo e da possibilidade de formarem uma sociedade que os Evrard conheceram o Brasil. (BRANDT, 2004) Em uma viagem a Fraiburgo, são feitos os primeiros acordos.

Em março de 1962 surge a SAFRA, empresa formada com participação de um terço dos Frey no capital inicial, um terço dos Evrard e um terço dos Mahler. Seu objetivo era a exploração agropecuária, sua comercialização e atividades afins.

Vale ressaltar que, inicialmente, a sociedade era para produzir vinho; entretanto, “partiu-se para a experiência do plantio de outras variedades de árvores frutíferas européias. Assim se instalou em Fraiburgo em 1963 e 1964, um enorme campo experimental de fruticultura, com o objetivo de se pesquisar a adaptação e a produtividade de novas espécies frutíferas”(FREY, 1987 p. 31).

Essa experiência fora motivada por alguns fatos, tal como a constatação de que muitos colonos da região tinham macieiras em seus quintais onde, apesar dos maus tratos, as árvores se desenvolviam bem.

Para a coordenação do pomar experimental, fora contratado o agrônomo francês Roger Biau, que já havia trabalhado com os Evrard na Argélia. Foram importadas da França cem mil mudas de inúmeras variedades de macieiras, videiras, cerejeiras, pereiras etc. Segundo o agrônomo, a experiência buscava desde o início desenvolver uma agricultura moderna de clima temperado, criando uma cultura brasileira da maçã, com cultivares, porta-enxertos, condução de pomares e técnicas de pós colheita adaptadas a região¹⁸. Nos anos de 1968 e 69, já se constatava que algumas variedades de macieiras poderiam ser plantadas com nível comercial e concluiu-se que o plantio de macieiras representava o melhor resultado para investimentos na região de Fraiburgo (FREY, 1987).

Inicia-se, assim, a produção em escala comercial, de mudas de macieiras e são feitos os plantios dos primeiros pomares. A inclinação do grupo SAFRA (ou parte dele) pela atividade viveirista ocorre devido ao contato dos Evrard com George Delbard, viveirista francês que havia fornecido as mudas para o pomar experimental. Delbard visita Fraiburgo pela primeira vez em 1966. Segundo depoimento:

[...] Então, a avaliação que eles (Evrard/Mahler) fizeram foi de que era mais negócio plantar e vender mudas, conhecer a tendência de como é que ia se comportar esse ‘troço todo’ e depois que o negócio estivesse

¹⁸ BIAU, 2005. Segundo o mesmo agrônomo, o sucesso técnico da experiência ainda lhe rendeu vários convites para assistência técnica e consultoria na região sul do Brasil.

feito, bem encaminhado, daí sim, fazer o seu pomar [...] (entrevista direta in SCHIMIDT, 1990).

Ao contrário dos franco-argelinos, os irmãos Frey, baseados nas primeiras conclusões de Roger Biau, já iniciaram seus plantios de macieiras na região por meio da empresa Renar Agropastoril Ltda¹⁹.

O sucesso da técnica de cultivo desenvolvida pela SAFRA, a influência política dos Frey e o contexto político vigente possibilitaram o apoio do poder público ao desenvolvimento do setor no fim da década de 60 e início dos anos 70 (apoio do Governo Estadual, por meio do PROFIT, e do Governo Federal, com a Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento).

2.1.2.1 O Empresariado Catarinense e o Estado.

O Empresariado Agroindustrial Catarinense ocupava cargos importantes no Governo Estadual (ESPÍNDOLA, 1999); o principal deles para o nosso estudo, o de Secretário da Agricultura, foi ocupado por Luiz Gabriel, ligado ao grupo Perdigão, na segunda metade da década de 60. Para este, a iniciativa dos Frey era uma referência na consolidação de uma alternativa econômica para a região do Vale do Rio do Peixe, visto que, a atividade madeireira praticamente esgotara a sua matéria prima. Posteriormente, o cargo foi ocupado pelo Sr. Victor Fontana, diretor do Grupo Sadia, que indicaria para o cargo de Secretário Executivo da ACARESC um ex-coordenador do PROFIT e pleitearia junto ao Banco do Brasil a mudança de algumas normas para o financiamento da Fruticultura, conseguindo a dilatação do prazo, de 5 para 8 anos, nos empréstimos para aquisição de máquinas e implementos (SCHIMIDT, 1990).

Os ganhos obtidos pelos irmãos Frey e o desenvolvimento do local possibilitaram a emancipação do então distrito de Butiá Verde (atual Fraiburgo) do

¹⁹ Atual Renar Maçãs.

município de Curitiba. Uma vez que quase 100% do setor econômico pertencia à família Frey, “nada mais proveitoso para o povo que a mesma organização prevalecesse no meio social e político” (LOPES, 1987 p.127). Concorrendo como candidato único, René Frey foi eleito Prefeito de Fraiburgo, cargo que ocuparia até 1969; também se tornaria presidente do Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD) e, em seguida, ocupou também a presidência da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), cargos estes que estabeleciam importantes vínculos políticos para a busca pelas demandas relacionadas aos interesses da região, ou dos Frey (BRANDT, 2004).

Segundo SCHIMIDT (1990), podemos distinguir entre dois movimentos do grupo SAFRA em direção ao Estado: um, para incluir a macieira na Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento do Governo Federal e outro, para a criação de um programa amplo de apoio à fruticultura, buscando garantir a demanda pelas mudas a serem produzidas pelo grupo.

Durante a visita de Delbard a Fraiburgo em 1966, o viveirista francês se convence da possibilidade de se cultivar com sucesso árvores frutíferas de clima temperado no Brasil nas altitudes superiores a 1.000 metros. Restava, segundo ele, convencer o Governo Federal a apoiar o projeto; se inicia então, uma parceria entre o Grupo SAFRA e George Delbard.

Segundo Frey, “Delbard percorreu toda a Região Sul do Brasil, fazendo reuniões com proprietários rurais e incentivando-os ao plantio de macieiras.”(FREY, 2002 p.29). Como não dominava a língua portuguesa, Willy Frey o acompanhava como intérprete.

Ao retornar à França, Delbard faz contatos com o Ministério de Comércio Exterior da França, que envia uma carta ao Ministro do Planejamento Brasileiro – Roberto Campos, comunicando os projetos de Delbard para a fruticultura de clima temperado no Brasil. Pouco depois, Delbard seria convidado a retornar ao Brasil e teve uma audiência com o Ministro Roberto Campos e o Ministro do Comércio Exterior – Vilar de Queiroz; posteriormente foi recebido em outra audiência no Ministério da Agricultura (DELBARD, 1986 apud SCHIMIDT, 1990).

Em março de 1967, Delbard apresenta um estudo nomeado “Produção Industrial Brasileira de Frutas de Clima Temperado”, tendo como objetivo repercutir o assunto nos diferentes ministérios, associações, bancos etc. O documento dava grande destaque ao Grupo SAFRA, destacando os pomares de Fraiburgo e minimizando a fruticultura de São Joaquim. Na conclusão, Delbard deixava claro os objetivos do documento (DELBARD, 1967 apud SCHIMIDT, 1990 p. 71 e 72):

[...]Antes de ir muito avante é, para nós, entretanto, indispensável, conhecer a posição do Governo Brasileiro nesse sentido.

Com efeito, uma ação de tal envergadura exige investimentos que não poderão ser suportados, na totalidade pelos agricultores.

(...) Estará o Governo Brasileiro realmente disposto a encorajar e financiar a produção industrial de frutas européias no Brasil? [...]

Quando Castello Branco sancionara a lei nº 5.106 sobre os incentivos fiscais para reflorestamento, Willy Frey, filho de René Frey e representante de vendas do grupo Frey no Rio de Janeiro, volta a Santa Catarina e cria uma nova empresa, a Reflorestamento Fraiburgo Ltda (REFLOR). Essa empresa buscava a inclusão da cultura da macieira nas “árvores frutíferas” citadas pela lei, cujas quais poderiam ser utilizadas para obter os incentivos fiscais para reflorestamento. Vários contatos são feitos junto ao IBDF, tendo papel importante o Secretário da Agricultura Luis Gabriel, que mantinha excelentes relações com o presidente do IBDF, General Silvio Pinto da Luz (BRANDT, 2004).

2.1.3 OS PEQUENOS POMARES GAUCHOS E O INTERESSE GOVERNAMENTAL DE MODERNIZAR A PRODUÇÃO NO ESTADO

Ao contrário do estado vizinho, a gênese da produção de maçãs no Rio Grande do Sul não parece ter despertado a curiosidade de muitos acadêmicos, Klanovicz (2007) e Mujica (2001) abordam as transformações ocorridas no estado gaúcho e no município de Vacaria a partir de meados dos anos 70, quando a região passa a receber grandes investimentos de empresas de outras regiões e em alguns casos, sem relação anterior com a agricultura ou com a cultura da maçã.

Deve-se ao trabalho de Stédile (1974) realizado para a Unidade de Economia Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul as poucas informações disponíveis a respeito da situação da cultura no estado antes dos grandes investimentos. Segundo o autor:

“O estado produz cerca de 20% da produção total do Brasil, no entanto (...) ocupa 40% de área (...) isso deixa claro, que outros estados estão alcançando maior produtividade em seus pomares. A baixa produtividade da macieira no Rio Grande do Sul não se dá propriamente pelas adversidades climáticas, mas sim, pela falta de caráter empresarial nas propriedades (...)” (STÉDILE, 1974 p.12) .

O estudo então aponta os pomares de Fraiburgo/SC como exemplo para o futuro da cultura no Rio Grande do Sul:

“No estado de Santa Catarina técnicos Franceses e Argelinos estão operando ativamente, conseguindo a implantação através de modernas técnicas, de pomares planejados de grande rentabilidade. (...) estes técnicos estão em contínua pesquisa verificando novas variedades que melhor se adaptem a este clima, e de maior produtividade. Além disto, mantém um viveiro de mudas, infra-estrutura básica para o bom desenvolvimento dessa cultura” (STÉDILE, 1974 p. 12)

Até o início dos anos 70, a Serra gaúcha e o município de Veranópolis concentravam a maioria dos pomares, produção que iria se transferir para os campos de cima da Serra, em especial o município de Vacaria, com topografia, altitude e clima mais adequados para a implantação de pomares (AGAPOMI, 2006).

No estudo de 1974, Stédile ainda recomendava a realização de um plano de fomento da cultura da macieira na micro-região que incluía, entre outros, os municípios de Veranópolis, Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves. (STÉDILE, 1974) No entanto, segundo Klanovicz:

“No Rio Grande do Sul, a fruticultura de clima temperado não tinha a seu favor qualquer projeto semelhante ao PROFIT (...). Contudo, um dos instrumentos de divulgação dessa atividade econômica foi a Cartilha do Agricultor, editada a partir de 1970” (KLANOVICZ, 2007 p.92).

E citando uma entrevista concedida a Marlon Bradt (2003), a autora destaca o papel que a cartilha teve ao atrair para o Rio Grande do Sul capitais interessados em investir na produção de maçãs:

“Henri Evrard²⁰ lembra que a publicação da Cartilha do Agricultor realçou a representação de que o interior do Rio Grande do Sul era um ótimo espaço para a produção de maçãs com base em técnicas modernas, como já ocorria em Fraiburgo/SC: “ quando vi a cartilha, pensei que não podia perder tempo em tentar conseguir um terreno em Vacaria para plantar maçã.”” (KLANOVICZ, 2007 p.92)

Dessa forma, consideramos que, apesar de a produção de maçãs no Rio Grande do Sul ocorrer desde a década de 50, os grandes investimentos empresariais e o grande salto na produção gaúcha só viriam a ocorrer devido à combinação, a partir da segunda metade dos anos 70, de diversos fatores, dentre

²⁰ Do Grupo Safra.

os quais destacamos a disponibilidade de tecnologia já adaptada para o cultivo proveniente de Santa Catarina e o apoio governamental.

2.2 - 2ª FASE - ANOS 70: O ESTADO COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO.

"A luta entre os que acreditam que a mão invisível do mercado deixada a si mesma é capaz de produzir desenvolvimento e os que acreditam que ela precisa de uma mão visível do governo para fazê-lo vai continuar. Há importantes argumentos retóricos (disfarçados de ciência em letras gregas) manipulados pelos dois lados. O que não existe é um só caso histórico que suporte a primeira posição."

Antonio Delfim Netto

Ao longo dos anos 60, o crescimento da produção nacional de maçãs se mostrou bastante lento, não acompanhando o desenvolvimento econômico de outros setores da economia nacional. O aumento do consumo da fruta ocorreu principalmente no final da década, período conhecido como "milagre econômico".

TABELA 1: Produção nacional e importação de maçãs no Brasil - 1960-69.

Anos	Produção Nacional (t)	Importação (t)
1960	9.513	36.422
1961	9.981	43.232
1962	11.300	50.153
1963	11.620	64.194
1964	10.578	38.477
1965	11.987	58.583
1966	11.779	56.411
1967	12.392	88.234
1968	13.035	113.872
1969	14.432	113.878

Fonte: SEZERINO, 1982. Elaborado pelo autor.

Como nos lembra Rangel (1985, p.712):

[...] De fato, o que houve foi que, no período 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável, resultante da coincidência da fase A do seu ciclo endógeno com a etapa final da mesma fase A do quarto ciclo longo. [...]

O surgimento de um mercado consumidor nos centros urbanos provocou uma grande elevação no volume importado da fruta (Tabela 1). Segundo Olinger apud Schmidt (1990), a maçã era o 8º produto na pauta de importações em 1968. O prejuízo crescente na balança comercial justificava o interesse do Governo Federal em desenvolver a produção nacional.

Em 1965, o então Ministro do Planejamento, Dr. Roberto Campos, solicitou apoio técnico aos Estados Unidos e à França para implantar a cultura da maçã em escala ampliada no país. O Governo Americano enviou uma missão formada por técnicos da United States Department of Agriculture (USDA), que visitaram as regiões de Valinhos (SP), São Joaquim (SC), Vacaria, Veranópolis e Pelotas (RS); concluindo, estranhamente, que o Brasil não tinha condições climáticas para a cultura da macieira em bases comerciais.

No ano seguinte o Governo Francês enviou uma missão formada por técnicos e comerciantes ao Brasil, entre eles, o viveirista George Delbard, que havia fornecido mudas para a SAFRA em 62²¹; a equipe francesa foi levada às mesmas regiões visitadas pelos americanos, mas inclui a região de Fraiburgo no percurso por influência do Senhor Delbard. Ao visitar os pomares experimentais da SAFRA, foram encontradas macieiras com ótima produção, mostrando a viabilidade econômica da cultura no Brasil. Em setembro de 1966, Castello Branco sancionara a lei nº 5.106 sobre os incentivos fiscais para reflorestamento, o qual se tornaria, anos mais tarde, no “carro chefe da entrada dos empresários no setor” (FREY, 2003).

²¹ Além de ter enviado mudas para a SAFRA, Delbard se tornou sócio dos franco argelinos em 1972 na Frutícula Fraiburgo e era mestre de Roger Biau, Agrônomo responsável pelo pomar experimental da SAFRA.

No ano de 1968, já no governo Costa e Silva, é divulgado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que entre outras medidas, a que mais nos interessa é o detalhamento de uma Política Florestal, com base nos incentivos fiscais já aprovados sob o comando de um novo órgão, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

As medidas adotadas pelo Governo Federal no fim da década de 60 e executadas ao longo dos anos 70 incentivariam a implementação de uma grande quantidade de pomares de macieiras e a canalização de grandes investimentos empresariais na produção de maçãs no Sul do Brasil. Segundo a Associação Gaúcha dos Produtores da Maçã (AGAPOMI), com os incentivos, empresários que investiam parte de seu imposto de renda no Nordeste Brasileiro, passaram a aplicar recursos no Rio Grande do Sul, bem perto de seus negócios.

O Governo do Estado de Santa Catarina, em grande parte devido a influência política do empresariado agroindustrial catarinense, também se interessou pelo desenvolvimento da produção de maçãs, criando e executando o PROFIT, no final dos anos 60.

Com a inclusão da macieira na Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento e o início da execução do Profit, iniciaram-se os grandes investimentos na implementação de pomares em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conforme podemos constatar pelo grande aumento na produção de mudas pela Safra já na virada da década:

Tabela 2: Produção e comercialização de mudas de macieiras pela Safra S/A 1969-71

Ano	Quantidade/ano
1969	35.186
1970	143.833
1971	262.810

Fonte: SEDES SAPIENTIAE. Processo de criação do Curso Técnico em Agropecuária. Fraiburgo. 1973 apud BRANDT, 2003.

Como outras políticas agropecuárias adotadas após 1960 no Brasil, essas medidas tiveram como base a ampliação da política de crédito agrícola e a integração de diferentes capitais (agrário, comercial, industrial e financeiro), com objetivo de ampliar a produtividade dos fatores de produção (DELGADO, 1985) estando voltadas mais à modernização da estrutura de produção do que à alteração na estrutura fundiária (SANTOS, 1999).

2.2.1 - Os Incentivos Fiscais para Reflorestamento.

As iniciativas para a inclusão da macieira nas políticas de incentivos fiscais para reflorestamento são bem sucedidas, passando a ser o principal meio pelo qual os empresários investiriam no setor. A lei garantia que importâncias gastas comprovadamente em florestamento e reflorestamento poderiam ser usadas para abater até 50% do imposto de renda a pagar. Após o decreto 1.134, o abatimento poderia ser feito baseado em projetos aprovados pelo IBDF, ou seja, os investimentos poderiam ser feitos com os valores já descontados.

Para se obter recursos, as empresas apresentavam uma carta de consulta ao IBDF, onde constavam a área pretendida, sua localização, a espécie a ser plantada e a caracterização do projeto. Em função da existência de muitas solicitações, procurou-se priorizar os incentivos em projetos que pudessem contribuir para a política agrícola do país, tais como espécies frutíferas que substituíam importações e aquelas cujo mercado para exportação apresentavam boas perspectivas. (SCHIMIDT, 1990)

O primeiro projeto é entregue ao IBDF, em Joinville, em março de 1969. A Reflorestamento Fraiburgo (REFLOR) propunha que a Companhia Nodari S.A.²² se beneficiasse da Lei 5.106 com a implantação de 104,72 hectares de macieiras, além de outros tantos com araucária e pinheiros. A maior parte da área de 250 hectares do projeto, foi adquirida pela Nodari S. A. da Reflorestamento Fraiburgo Ltda. Caberia a REFLOR administrar a implantação, manutenção, condução e

²² Empresa importadora e agente de vendas de tratores Fiat.

colheita, num contrato de prestação de serviços. A venda das maçãs e da madeira também seria feita pela empresa dos Frey, a quem melhor pagasse. Além disso, as mudas seriam adquiridas nos viveiros do Grupo SAFRA, que garantia assistência técnica gratuita a esse que foi considerado um projeto piloto. Concluindo, o Grupo Frey vendia as áreas, recebia pelos serviços de plantio e administração dos pomares, vendia as mudas e ainda fazia a comercialização do produto.

2.2.2 - O PROFIT em Santa Catarina.

No início de 1969 são tomadas as primeiras medidas para a execução do PROFIT, criado pela lei 4.273 do Governo do Estado de Santa Catarina. Após uma série de negociações, firma-se um convênio entre a secretaria e a ACARESC, no início de 1970, quando o PROFIT é publicado e tem início a sua execução.

[...] Além dos recursos humanos e materiais necessários para racionalizar e intensificar a fruticultura de clima temperado, através de treinamentos, pesquisa, produção e assistência técnica, o Profit contemplava o financiamento dos produtores [...] (SCHIMIDT, 1990).

Segundo relatório do PROFIT, de 1972, o valor financiado cobria entre 60% e 80% do total de despesas com a implementação de pomares e com sua manutenção nos três primeiros anos. Para podermos avaliar a parcela de subsídios nos empréstimos, torna-se importante destacarmos as condições de financiamento para a fruticultura vigentes no período de execução do PROFIT: entre 1970 e 1976, juros de 10% a 15% ao ano; e nos anos de 1977 e 1978, juros de 10% a 21% ao ano, dependendo do valor do financiamento.

Os valores dos financiamentos podem ser vistos na tabela 3:

TABELA 3 – Valor dos Financiamentos para a fruticultura no período 1970 – 78, em 1.000 Cr\$.

ANO	No de Empréstimos	Valor 1.000 Cr\$	Valor Real no ano Base 77	Inflação anual (%)
1970	s.d	1.024	5.503	16,7
1971	s.d.	3.417	15.246	15,0
1972	256	6.810	25.979	17,5
1973	239	9.705	32.159	19,0
1974	112	7.703	19.835	29,4
1975	237	41.122	82.914	25,1
1976	344	43.141	61.573	43,0
1977	540	60.288	60.288	43,8
1978	449	77.834	56.116	37,8

Fonte: ACARESC/ PROFIT; SCHIMIDT, 1990; Conjuntura Econômica.

Nos parece claro o aumento do valor dos financiamentos na etapa final do programa, quando o aumento da inflação tornava os empréstimos mais baratos devido às taxas de juros praticadas. Provavelmente, o aumento também está relacionado a melhores definições quanto às cultivares mais adaptadas, além de ser o período onde ocorreu o maior investimento em pomares de macieiras na região de São Joaquim, caracterizada pelos pequenos e médios produtores, maiores dependentes do financiamento para cobrir os custos de implementação dos pomares.

Para os produtores que não tiveram problemas mais graves, as condições favoráveis dos financiamentos permitiram que estes fossem pagos com certa tranquilidade.

Porém, outras frutas de clima temperado incluídas no PROFIT apresentaram vários obstáculos em sua adaptação, tais como mostram os depoimentos colhidos por Brandt (2004) junto ao antigo Grupo SAFRA e entrevistas com agricultores realizadas por Schimidt (1990).

Conforme destacava a Secretaria da Agricultura, havia uma estreita vinculação entre o crédito e a assistência técnica, onde se condicionava a liberação do empréstimo à adoção, pelo mutuário, da moderna tecnologia nos pomares, pela aplicação dos recursos em mudas, fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas, construções e melhoramentos na propriedade rural.(SANTA CATARINA, 1978 apud SCHIMIDT, 1990).

O programa, que contava com uma certa autonomia vai perdendo aos poucos essa condição, processo que é concluído em 1978, quando a coordenação do PROFIT é transferida para Florianópolis e incorporada à Coordenação de Horticultura, causando a quase total diluição do programa.

2.2.3 - O surgimento das Agroindústrias.

Após a inclusão da macieira na Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento, a REFLOR, empresa de Willy Frey, passou a elaborar projetos de fruticultura na região de Fraiburgo, denominados como F-1, F-2, etc, chegando a implantar um total de trinta projetos, pomares estes que foram somados às áreas pioneiras plantadas pela empresa Renar dos irmãos Frey.

O primeiro projeto F-1 da REFLOR, teve como investidora a empresa Nodari S/A, importadora e agente de vendas de tratores Fiat. A Nodari foi ainda a responsável pelos pomares F-7 e F-13.

A REFLOR elaborou e executou projetos para as empresas Fischer, Navegação Aliança, Hubert Gregg (diretor presidente da Brahma na época), Egon Freitag (da fabrica de geladeiras Cònsul), entre outros (FREY, 2004).

A segunda metade da década de 70 e o início dos anos 80 marcaram também o início dos grandes investimentos em pomares de macieiras na região de Vacaria – RS. Em 1975, a Agrícola Fraiburgo implantou mais de 100 hectares de macieiras em Vacaria, dando inicio a uma seria de pomares que viriam a ser

estabelecidos na região. (KLANOVICZ, 2007) Em 1976, foi o Grupo Randon, aproveitando os incentivos fiscais, diversificou suas atividades criando a Randon Agrosilvo Pastoril Ltda - atual Rasip Agro Pastoril S/A, 5ª maior produtora de maçãs no Brasil.

Os plantios realizados nesse período de incentivos fiscais seriam as bases produtivas das agroindústrias que surgiriam no setor macieiro. Os pomares da Nodari seriam posteriormente vendidos a Flávio Brandalise, co-proprietário da empresa Perdigão; anos depois, os pomares e o packing-house da empresa Perdigão seriam adquiridos pela Fischer. Hubert Gregg venderia seus pomares a Porto Belo Azulejos e Açúcar, surgindo então a Porto Belo Maçãs, que na década de 90 seria adquirida pela Fischer.

O final dos anos 70 ainda viria a marcar o início das duas principais cooperativas do Planalto Serrano de Santa Catarina: a Cooperativa de Cotia, fundada basicamente por imigrante Japoneses e beneficiada pelo intercâmbio tecnológico com o Governo Japonês e a Cooperativa Regional Agropecuária Serrana (Cooperserra), associações de produtores que receberiam apoio do governo do Estado, por se localizarem nas regiões mais adaptadas ao cultivo da macieira.

2.2.4 – A Evolução dos Plantios

Os anos 70 contaram com grande apoio público para o aumento da área plantada com maçãs no Sul do Brasil. Os incentivos fiscais para reflorestamento, apontados por Frey como “carro chefe da entrada dos empresários no setor” (FREY,2004), foram concedidos entre os anos 1970 e 1982 e o PROFIT catarinense, do qual dependiam os pequenos produtores, foi executado entre 1970 e 1978.

Conforme podemos notar na Tabela 4, os incentivos fiscais foram utilizados em 27% dos novos pomares plantados em Santa Catarina até 1982, com

destaque para a primeira metade dos anos 70, quando mais da metade dos novos plantios eram realizados utilizando os recursos do IBDF.

TABELA 4 – Comparação das áreas plantadas com macieiras – ano a ano e acumulada – com incentivos fiscais e totais, em Santa Catarina, no período de 1970/1984.

Ano	Área plantada no ano (ha)		% IF / Total	Área Plantada acumulada (ha)		% IF / Total
	Total	Com IF		Total	Com IF	
1970	265	139,72	52,7	265	139,72	52,7
1971	209	106,50	36,5	555	246,22	44,4
1972	242	152,00	62,8	979	398,22	50,0
1973	578	258,83	44,8	1.375	657,22	47,8
1974	590	385,00	65,2	1.965	1.042,05	53,0
1975	703	88,00	12,5	2.668	1.130,05	42,3
1976	1.147	109,08	9,5	3.815	1.239,13	32,5
1977	1.472	154,00	10,5	5.287	1.393,13	26,3
1978	1.050	144,40	13,7	6.337	1.537,53	24,3
1979	817	230,0	28,1	7.154	1.767,53	24,7
1980	877	330,5	37,7	8.031	2.098,03	26,1
1981	1.005	295,0	29,3	9.036	2.393,3	26,5
1982	1.000	315,4	31,5	10.036	2.708,43	27,0
1983	773	136,2*	17,6	10.809	2.844,63	26,3
1984	1.138	23,7*	2,1	11.974	2.868,33	24,0

Fonte – IBDF, CEPA/SC, ACARESC apud SCHIMIDT, 1990.

* áreas de projetos aprovados para 1982, mas não totalmente implantados naquele ano.

Para melhor entendermos a evolução dos plantios demonstrada pela Tabela 4, vamos dividir esse período em três fases: sendo a 1ª entre os anos 1970 e 1974, a 2ª entre 1975 e 1978 e a 3ª entre 1979 e 1982.

Entre 1970 e 1974 o maior desenvolvimento dos plantios se deu na região do Vale do Rio do Peixe - SC, especialmente nos municípios de Fraiburgo e Videira. Metade dos plantios utilizou incentivos fiscais e foram implantados pela

Reflorestamento Fraiburgo; a outra metade estava dividida em pequenos pomares diversificados (maçã, ameixa, pêssigo e nectarina)(SCHMIDT,1990).

Nesses anos, a política econômica do Governo Médici era determinada pelo 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cujas prioridades incluía a “revolução na agricultura e abastecimento”. Nesse período são construídas diversas CEASAs e são lançadas as bases do Programa de Corredores de Exportação.

Considerando as teorias dos Ciclos Longos (Kondratiev) da Economia, Ignácio Rangel (1985, p.721) esclarece:

[...] A fase B do quarto Kondratiev abriu-se (1973) com a chamada crise do petróleo que, ao mesmo tempo, traduzia-se por forte crise no balanço de pagamentos de numerosos países importadores desse produto – especialmente no Terceiro Mundo – e na acumulação de saldos sem precedentes em muitos países exportadores do mesmo produto.[...].

Já no ano de 1975, o Governo Geisel lança o 2º PND, que cria um aparato institucional de crédito e incentivos visando aperfeiçoar o “pacote tecnológico” agroindustrial.(BELIK,1992), segundo Barros de Castro (1985, p.31):

“Na crise, (...) Há, pois, que combater a vulnerabilidade recentemente manifestada, mediante ações que se estendam da busca do auto-abastecimento, ao desenvolvimento de novas vantagens comparativas. É importante frisar, no entanto, que a mudança de rota é concebida como algo que não altera o objetivo ultimo: a construção de uma moderna economia industrial(...”

Apesar da mudança do cenário econômico mundial, o crescimento das áreas plantadas com macieiras em Santa Catarina atinge números elevados entre 1975 e 1978, apesar do decréscimo acentuado na utilização proporcional dos incentivos fiscais do IBDF. O desenvolvimento da produção nacional de maçãs sempre teve como objetivo o de suprir o mercado interno, substituindo a maçã

argentina; dessa forma, o desempenho da economia nacional continuava a incentivar novos investimentos no setor madeireiro. Segundo Rangel (1985, p.712):

[...] Até 1973, a economia brasileira, com seu juglar em fase ascendente, viu-se acelerada, invertendo-se a conjuntura mundial a partir daquele ano. Entretanto, como o período 1973-80 correspondeu, em grande parte, à fase ascendente do nosso ciclo breve, apesar do efeito depressivo do ciclo longo, tivemos um desempenho muito satisfatório [...]

Segundo Schimidt (1990) a menor utilização dos incentivos fiscais no período de 1975-78 para reflorestamento se deve às condições favoráveis do crédito rural, fortemente subsidiados em relação à alta inflacionária e devido ao fato de que, nesse momento se deu um grande aumento das implantações de pomares na região do Planalto Serrano, principalmente São Joaquim, Lages e Bom Jardim da Serra. Conforme detalha o mesmo autor, no ano de 1976, Fraiburgo teve sua área plantada expandida em 191,8 hectares, envolvendo 7 fruticultores; já São Joaquim aumentou sua área plantada em 435,9 ha, com 66 novos fruticultores e 19 expansões; como os números demonstram, os pomares implantados no planalto eram pequenos em relação aos implantados no Vale do Rio do Peixe; entretanto, os pomares do Planalto eram exclusivamente de madeiras, devido ao fato de terem sido implantados em um momento em que os técnicos do Profit apontavam a madeira como cultura preferencial para áreas acima de 900 metros de altitude.

Os números escondem alguns casos particulares: o principal deles é o da Vinícola Fraiburgo²³, a qual após as conclusões de Biau (2005) em 1975²⁴, implantou 500 hectares ao longo de 4 anos (1975/78) sem o uso de incentivos fiscais, dando início a uma grande expansão que tornaria a empresa a 3ª maior produtora de maçãs da atualidade.

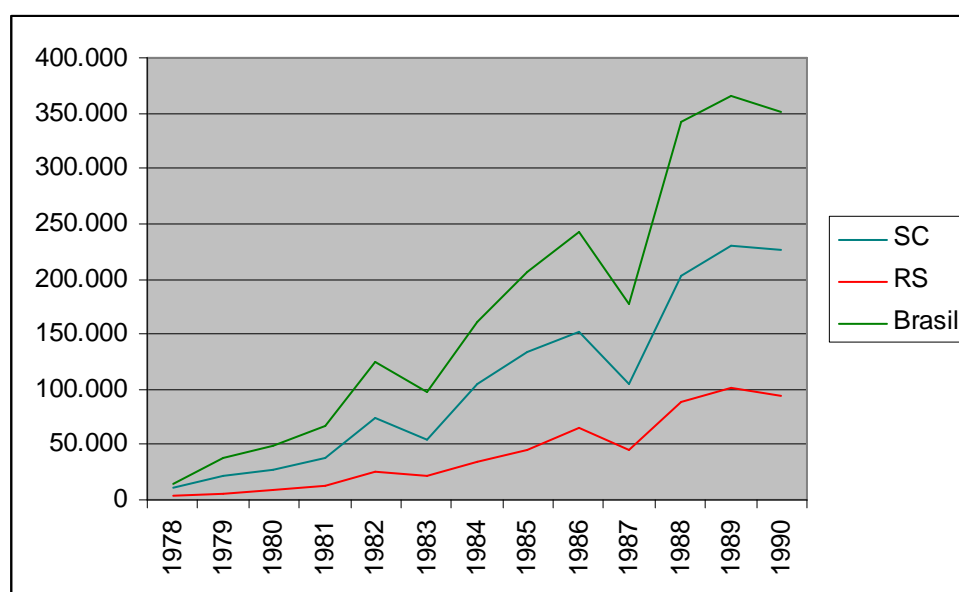
Já no terceiro momento, entre 1979 e 1982, há uma grande alteração no perfil dos plantios Catarinenses em relação à participação de pequenos e médios produtores e empresas, havendo o predomínio das últimas.

²³ Empresa formada pelos Franceses, atual Agrícola Fraiburgo

²⁴ Conclusões relacionadas às cultivares e porta-enxertos mais adaptadas à região.

Devido às características naturais de crescimento da macieira, o aumento dos plantios no período de vigência dos incentivos fiscais e do PROFIT só seria totalmente percebido nos dados de produção em anos posteriores, conforme demonstrado na Gráfico 1:

Gráfico 1: Produção de maçãs em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasil, 1978 – 1990.



Fonte: ABPM. Elaboração do autor.

Quando do fim dos incentivos fiscais (1982) e do Profit catarinense (1980), a produção nacional de maçãs ainda era bastante reduzida; entretanto, os pomares recém instalados e entrada no setor de diversos grupos econômicos viriam a aumentar enormemente a produção brasileira de maçãs na década seguinte, conforme analisamos no próximo tópico.

2.3 - 3ª FASE: DA RESERVA DE MERCADO AO LIVRE COMÉRCIO: O AMADURECIMENTO DO SETOR MACIEIRO.

2.3.1. – O declínio da intervenção do Estado.

O período de amadurecimento do setor macieiro se inicia no fim dos anos 70 e início de 1980, tempo de profundas alterações na Política Econômica Nacional. Para Rangel, “A situação mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do nosso ciclo breve, a do ciclo longo mundial (...)” (RANGEL, p.712). Após a economia mundial ser novamente abalada pelo 2º Choque do Petróleo - 1979, o período é marcado nacionalmente pelo abandono do 3º PND lançado pelo Governo Figueiredo, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) buscando o equilíbrio das contas públicas, o esgotamento das fontes de financiamento e a recessão econômica.

TABELA 5 – Situação dos pomares catarinense em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo em 1981.

Idade de plantio	Características	Área Ocupada (ha)	Percentual de área ocupada (%)
Plantios efetuados até 1974	Pomares adultos em plena produção.	1.965	22
Plantios efetuados de 1975 a 1978	Pomares em crescimento - produção inicial.	4.372	48
Plantios efetuados de 1979 a 1981	Pomares em fase de formação, improdutivo.	2.691	30
Total		9.028	100

Fonte: EMATER/SC – ACARESC (Profit) Extraído de ICEPA (1982)

Apesar dos grandes investimentos em novos pomares realizados ao longo dos anos 70, o Brasil ainda produzia cerca de 15 mil toneladas em 1978, importando a maior parte do consumo interno, cerca de 190 mil toneladas da fruta (OLIVEIRA, 1996). Da mesma forma que os grandes projetos realizados no período do 2º PND, os grandes pomares brasileiros ainda não estavam “amadurecidos” no início dos anos 80, conforme demonstrado na Tabela 5.

Com a necessidade de diminuir os valores gastos com a importação de maçãs Argentinas e considerando o esperado aumento da produção nacional a curto e médio prazo, o Governo Federal, apesar da mudança na política econômica, continuou a incentivar o setor macieiro até meados da década de 80.

Além dos problemas de balança de pagamentos pelo Governo Federal, as medidas adotadas para incentivar o setor macieiro estavam relacionadas às primeiras reivindicações dos empresários organizados na ABPM²⁵ ou, como esclarece um depoimento colhido por Wilson Schmidt, “o tiro inicial provocado pelas associações encontra o governo querendo a mesma coisa” (SCHIMIDT, 1990 p.153).

A primeira vitória da Associação foi em 1979, com a reserva de mercado realizada pela Carteira do Comercio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), que garantiu à maçã brasileira parte do mercado nacional e preços compensadores. No mesmo ano, eram iniciados os trabalhos que dariam suporte a elaboração e realização do Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã (1º PRONAMA), executado entre 1980 e 1984 com o objetivo de aumentar a produção e a participação da maçã nacional no abastecimento interno. O plano previa limitar a entrada da maçã Argentina nos períodos da safra nacional; dessa forma, até 1984, o Governo Brasileiro atuava via CACEX, que controlava a entrada de frutas no país através da liberação ou não de guias de importação.

Conforme destaca Schmidt (1990), no processo de pressão e convencimento do Governo Federal, a ABPM contava com o apoio do Governo de Santa Catarina, comandado na época por Esperidião Amin (1982/86), além de

²⁵ ABPM - Associação Brasileira dos Produtores de Maçã.

diversos deputados estaduais e federais que eram mobilizados para dar apoio político às reivindicações da Associação.

Com o término do prazo do PRONAMA e o início da safra 1984/85, a ABPM temia perder a parcela do mercado por ela conquistada, visto que acordos relativos à ALADI (MERCOSUL), previam o livre comércio entre os dois países. Inicialmente, o que ficou estabelecido foi uma taxação de 32% sobre a maçã importada, medida que se mostrou ineficaz, devido as ligações entre as empresas importadoras no Brasil e as exportadoras na Argentina (muitas do mesmo grupo) o que facilitava a manipulação de preços. Atendendo as reivindicações dos produtores, o Governo Brasileiro utiliza a cláusula de salvaguarda constante nos acordos da ALADI:

[...] Assim, a maçã Argentina ficou sujeita à imposição de uma tarifa de 32% - sobre o valor da importação do produto - nos três primeiros meses do ano - época em que é colhida essa fruta no Brasil. De abril a agosto essa sobretaxa não existiria, mas em compensação, a importação ficaria limitada a 280.000 caixas mensais [...] (SCHMIDT, 1990, p 203).

Em resposta, o Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín decide suspender as importações de café e banana do Brasil. Apesar dos protestos Argentinos, os números de 1985 apontam uma produção nacional de 206.420 toneladas e importação de 90.845 toneladas da fruta (ABPM).

Pressionado por produtores de banana e buscando um acordo diplomático com a Argentina, a saída encontrada pelo Governo Brasileiro foi a ampliação das importações de trigo, buscando equilibrar a balança comercial entre os dois países.

Os anos de 1985 e 1986 foram marcados por diversos encontros entre os Presidentes Sarney e Alfonsin para estimular o comércio entre os dois países. No entanto, a economia dos dois países era desigual e, para manter o equilíbrio na balança comercial pregada nos acordos, restava ao Brasil aumentar a importação de produtos agrícolas da Argentina, incluindo a maçã. No ano posterior, a ABPM

não conseguiu que o Governo Brasileiro firmasse posição nos tetos de importação defendidos pela mesma e nem o cumprimento do limite estimado pelo 2º PRONAMA (1987-90) (SCHIMIDT,1990). Os meses de colheita da safra brasileira continuavam a ter cotas limitando as importações; no entanto, elas eram maiores que as desejadas pela Associação e foram sendo gradativamente extintas.

Felizmente para o setor nacional, a abertura comercial se inicia em um momento em que a maçã brasileira já atingia um nível de qualidade significativo. Em entrevista a Revista Globo Rural (1986 p.31), o Agrônomo Roger Biau comentou:

[...] - A maçã Argentina está ultrapassada, não houve acompanhamento do que se faz hoje no mundo nesse campo. Quanto à maçã brasileira, falta sofisticar um pouco seu aspecto exterior, acrescentar-lhe um brilho, um perfumezinho. Mas no ponto em que está, já tem papel garantido e de honra em qualquer feira internacional [...].

As reivindicações da ABPM junto ao Governo deixaram de buscar a garantia de comercialização da fruta; em substituição, a associação defendia a manutenção dos preços da maçã no mercado, questionava o preço dos insumos (mais caros do que nos países vizinhos) e desejava a diminuição da carga tributária.

Na evolução das relações comerciais entre Brasil e Argentina, com relação ao mercado da maçã, as medidas de contingenciamento e salvaguardas deram espaço para tarifas progressivamente reduzidas²⁶.

No contexto de integração do Cone Sul, a questão da maçã mostrou-se um ponto sensível desde que o setor Brasileiro iniciou a conquista de seu próprio mercado, suprimindo importante espaço de comercialização da fruta Argentina. Tratava-se de uma quase completa falta de mercado alternativo para cerca de 100.000 toneladas de maçã da Argentina, a metade da quantidade exportada em

²⁶ Segundo Hentschke, a redução tarifária foi progressiva até 31/12/1994, no entanto, desde o início da década de 90 o ônus tarifário já não era significativo, por isso o setor brasileiro já vivenciava na prática uma condição de mercado aberto. (HENTSCHKE, 1990 p.60)

1987 (SCHMIDT, 1990). Além da perda gradativa do mercado Brasileiro, a produção Argentina começava a enfrentar um novo concorrente nas exportações, o Chile. Segundo Hentschke (1991 p.55):

[...] Tanto Brasil como Chile, pelo fato de terem expandido fortemente suas áreas de plantio mais recentemente (...) apresentam maior proporção de pomares mais densos, em sistemas de plantio mais modernos e apropriados à obtenção de maior produtividade [...].

A disputa pelos mesmos espaços no mercado internacional entre Chile e Argentina é citada, inclusive, como parte das causas iniciais da não participação do primeiro nas negociações do MERCOSUL.

2.3.2 – A evolução da Produção e a busca pelo aumento da produtividade.

Conforme destacamos anteriormente, os investimentos realizados em novos pomares no final da década de 70 e início de 80 tiveram grande alteração no perfil dos investidores. Ao analisarmos a tabela 6, podemos perceber a forte concentração dos novos plantios nas grandes empresas catarinenses ao longo dos quatro últimos anos de existência dos incentivos fiscais, lembrando que esses anos também marcaram a crise do crédito rural, do qual dependiam os pequenos e médios produtores, e o processo de diluição do PROFIT, o qual teve sua coordenação transferida para a coordenação de Horticultura da ACARESC em Florianópolis.

Ao contrário dos anos 1975-78, quando a maior parte dos pomares havia sido plantada na região de São Joaquim por pequenos produtores, os investimentos do período seguinte foram realizados em sua maior parte por grandes empresas

TABELA 6 - Participação dos pequenos e grandes fruticultores na expansão da área cultivada com maçã em Santa Catarina, período de 1979/1982.

Itens/ Anos	1979	1980	1981	1982	Total nos 4 anos
Área total com novos pomares(ha)	817,4	876,7	1.005	999,7	3.698,8
Área com novos pomares implantados por empresas (ha)	378,5	608	861	492,7	2.340,2
Número de empresas que expandiram a área com macieiras	4	5	7	5	-
Área com novos pomares implantados por pequenos agricultores (ha)	438,9	268,7	144	507	1.358,6
Número de pequenos agricultores que expandiram a área com macieiras	195	133	81	194	603
Participação das grandes empresas na expansão dos pomares com macieiras (ha)	46,3%	69,3%	85,7%	42,2%	63,3%

Extraído de Associação de Crédito e Assistência rural de Santa Catarina, 1983 apud SCHMIDT, 1990.

Se compararmos a Tabela 6 com os últimos anos da Tabela 4, vamos constatar que metade dos pomares plantados pelas empresas nesse período utilizou incentivos fiscais, sendo concentrados em apenas quatro empresas (Renar, Perdigão, Imaribo e Hemmer). O restante dos investimentos empresariais são explicados em sua maioria pelos franceses da Vinícola Fraiburgo – atual Agrícola Fraiburgo, que implantou cerca de 770 novos hectares, ou um terço da expansão total dos grandes pomares(SCHMIDT, 990).

Ao longo dos anos 80, os investimentos em novos pomares foram sendo gradativamente reduzidos, conforme demonstramos na Tabela 7:

TABELA 7 – Área acumulada e variação anual da área plantada com maçãs em Santa Catarina.

Ano	Área Acumulada (ha)	Variação anual da área plantada ^(a)	
		(ha)	(%)
1983	8.536,4	-	-
1984	9.748,0	+ 1.211,6	+14,2
1985	10.481,0	+ 733,0	+7,5
1986	11.148,7	+ 667,7	+6,4
1987	11.838,3	+ 689,6	+6,2
1988	12.223,0	+ 384,7	+3,2
1989	12.803,1	+ 580,1	+4,7
1990	13.305,9	+ 502,8	+3,9
1991	13.483,4	+ 177,5	+1,3
1992 ^(b)	13.634,6	+ 151,2	+1,1

(A) Variação anual mais área plantada no ano, menos área erradicada no ano.

(B) Levantamento feito por funcionários da EPAGRI através de Cadastro de Fruticultores, 1992.

Extraído de HENTSCHKE, 1994.

Esses dados servem de base para a argumentação de que, nessa nova fase de desenvolvimento da produção de maçãs em Santa Catarina, os investimentos foram sendo redirecionados de forma a buscar uma maior produtividade dos pomares e não apenas o aumento da área plantada – Tabela 8.

O aumento da produtividade está relacionado aos diversos avanços tecnológicos realizados ao longo dos anos 80 e 90, a uma certa “seleção” dos produtores e a grande substituição de pomares de cultivares antigas para plantios realizados com cultivares mais adaptadas às regiões produtoras. No início da década de 90, as cultivares “Gala” e “Fuji” já respondiam por 75% dos plantios, enquanto que as cultivares pioneiras tiveram seus plantios drasticamente reduzidos.

TABELA 8 - Área plantada e produtividade média da cultura da maçã em Santa Catarina.

Ano	Área Plantada (ha)	Produção ^(a) (t)	Produtividade ^(a) (t/ha)
1984/85	10.481	130.278	12,43
1987/88	12.223	179.189	14,66
1989/90	13.306	223.807	16,82
1994/95	14.245	261.253	18,34
1999/00	15.814	421.127	26,63

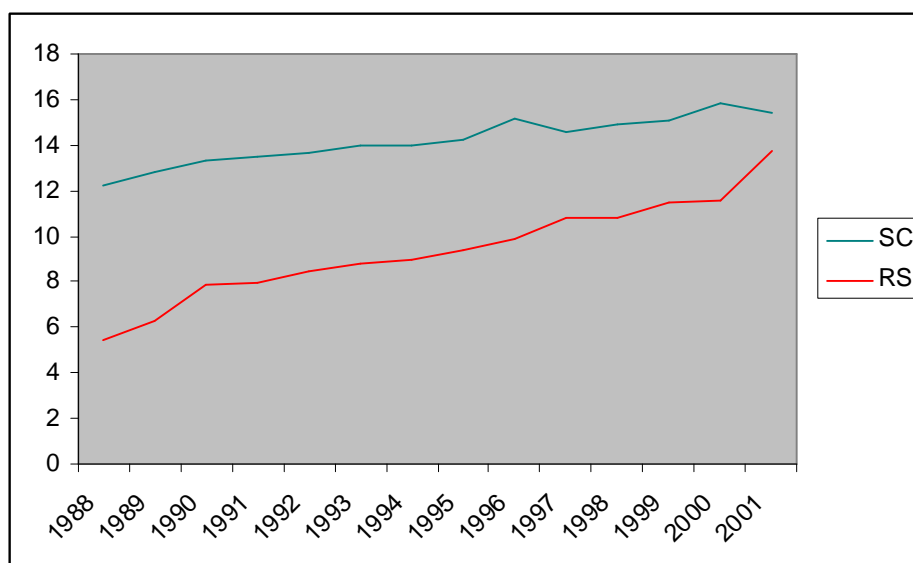
(A) Produção e produtividade calculada com base na média trienal (1+1+1) / área plantada.

Fonte: ABPM. Elaboração do autor

Os números camuflam a grande diferença entre os produtores e os pomares implantados; considerando apenas os pomares em idade produtiva e os municípios de maior expressão do setor, Fraiburgo e São Joaquim, os volumes médios de produtividade atingem níveis muito acima da média estadual, cerca de 24,7 e 29,7 t/ha respectivamente na safra 1991 (HENTSCHKE, 1994).

No estado do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento da grande produção de maçãs foi posterior ao estado catarinense, e os anos 80 e 90 presenciaram um grande aumento dos pomares gaúchos, conforme podemos analisar na Gráfico 2.

**Gráfico 2: Evolução na área plantada com macieiras
(em 1.000 hectares)**



Partindo de uma base instalada muito superior, o Estado catarinense aumentou seus pomares em 3.591 hectares entre a safra 1987/88 e a de 1999/00, já o Rio Grande do Sul teve um crescimento de 6.132 hectares nesse período. Com a implantação de pomares mais recentes, a produtividade e consequentemente a produção gaúcha deram um grande salto, superando a produtividade catarinense no final da década, conforme tabela 9.

TABELA 9: Área plantada, produção e produtividade da maçã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul:

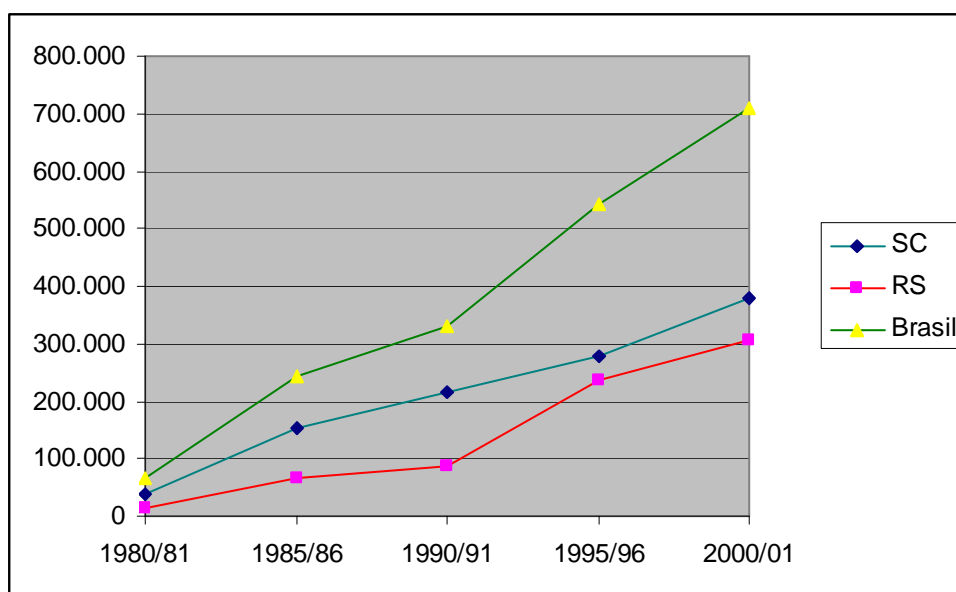
Safra / Ano	RS			SC		
	Área plantada (ha)	Produção ^(a) (t)	Produtividade ^(a) (t/ha)	Área Plantada (ha)	Produção ^(a) (t)	Produtividade ^(a) (t/ha)
1984/85	s.d.	48.333	s.d.	10.481	130.278	12,43
1987/88	5.450	66.000	12,11	12.223	179.189	14,66
1989/90	7.911	93.675	11,84	13.306	223.807	16,82
1994/95	9.410	207.430	22,04	14.245	261.253	18,34
1999/00	11.582	345.342	29,81	15.814	421.127	26,63

A)Produção e produtividade calculada com base na média trienal (1+1+1) / área plantada.

Fonte: ABPM. Elaboração do autor

Se considerarmos o período de dez anos entre as safras 1984/85 e 1994/95, a produção do Rio Grande do Sul teve um aumento de aproximadamente 429%; já o Estado de Santa Catarina viu sua produção crescer 200%. O crescimento da produção gaúcha, catarinense e brasileira de maçãs podem ser melhor quantificadas a partir do gráfico 3:

Gráfico 3: Crescimento da produção de maçãs em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasil. 1981-2001



Fonte: ABPM. Elaboração do autor

Com o progressivo aumento da produção nacional de maçãs, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, o mercado brasileiro foi gradativamente sendo ocupado pela maçã nacional, desalojando a maçã Argentina. Esse processo ocorreu de forma irregular, devido a diversos fatores (clima, câmbio e políticas econômicas), mas de forma progressiva, inclusive com o início das exportações brasileiras a partir de 1986, conforme dados da Tabela 10.

Na segunda metade dos anos 80, apesar da gradativa redução da proteção da maçã nacional, as importações se mostraram estáveis, com exceção de 1987, devido a quebra da safra nacional por fatores climáticos.

TABELA 10 - Produção nacional, importação, exportação e consumo aparente de maçãs no Brasil.

Ano	Produção (t)	Importação (t)	Exportação (t)	Consumo Aparente (kg hab/ano)
1985	206.420	90.845	-	2,22
1986	242.261	83.930	648	2,40
1987	178.202	123.810	851	2,20
1988	342.331	97.572	1.517	3,14
1989	364.830	130.400	3.071	3,49
1990	351.028	112.161	5.582	3,20
1991	330.751	94.263	2.277	2,91
1992	403.000	52.620	32.956	2,88
1993	513.387	48.580	24.170	3,63
1994	456.800	87.686	30.146	3,40
1995	495.400	245.031	12.085	4,74
1996	544.000	324.779	3.308	5,56
1997	669.102	120.281	20.713	4,86
1998	708.902	125.166	10.706	5,21
1999	726.083	66.377	57.427	4,59
2000	968.063	43.650	64.478	5,58

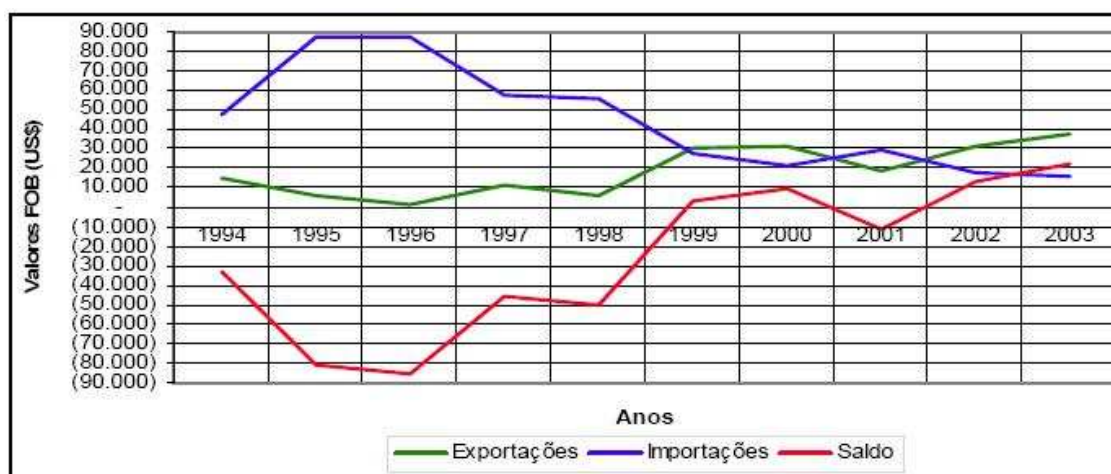
Fonte: ABPM. Elaboração do autor.

No período 1989-94, as importações foram bastante reduzidas e as exportações começaram a ganhar volume; no entanto, com a execução do Plano Real, o aumento do consumo e a política cambial levaram a um novo aumento das importação e a queda drástica nos volumes exportados.

A partir da desvalorização cambial, os últimos anos da década de 90 retomaram o processo que vinha se consolidando entre 1989-94, com a redução das importações e aumento das exportações. A safra 1999/00, atípica devido à conjunção de fatores climáticos favoráveis, gerou uma produção excepcional, uma conseqüente redução no preço do produto no mercado nacional, o aumento do consumo e, pela primeira vez, um volume exportado da fruta superior às importações.

Dessa forma, logo após 1994 e a grande valorização do Real perante o dólar, o processo de diminuição das importações e aumento das exportações foi interrompido, sendo retomado aos poucos, com o aumento da produção e a desvalorização cambial de 1998/99, conforme demonstrado no Gráfico 4:

GRÁFICO 4: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E SALDO COMERCIAL DA MAÇÃ NO BRASIL PÓS PLANO REAL. 1994 - 2003.



FONTE: BRDE, 2004.

A conquista de mercados para a exportação brasileira têm sido um processo lento e gradual comandado por algumas empresas e pela ABPM. Entre as dificuldades enfrentadas estão: o excesso de oferta no mercado mundial e as barreiras tarifárias, sanitárias e tecnológicas impostas principalmente pelos países do hemisfério Norte. A principal vantagem da produção Brasileira é a colocação da maçã Gala nos países do Norte no período de entre-safra da produção desses que são os maiores produtores.

No entanto, a diminuição do apoio estatal, do financiamento e as maiores exigências em relação ao capital investido e a qualidade da produção não passaram despercebidos pelos pequenos proprietários, pelo contrário, houve uma redução drástica na quantidade de produtores de maçãs.

Entre os produtores catarinenses com menos de 1 hectare, a redução entre 1985 e 1995 foi de 64,9%, quantificando os resultados devastadores da mudança

da postura governamental e das novas condições econômicas nacionais entre os pequenos produtores. Algumas grandes empresas também decidiram se desfazer dos investimentos no setor macieiro, vendendo seus pomares e packing house, o que explica a diminuição dos produtores com mais de 100 hectares demonstrada na tabela 11.

Tabela 11 – Produtores e produção obtida (t) por grupos de área da colheita de maçã no estado de Santa Catarina, nos anos de 1985 e 1995/96.

Grupos de Área de colheita.	Número de Produtores			Produção Colhida (t)*		
	1985	1995/96	Var.%	1985	1995/96	Var.%
Menos de 1	3.656	1.284	-64,9	2.197	1.693	-22,9
1 a 2	236	253	7,2	4.030	4.984	23,7
2 a 5	272	345	26,8	10.138	13.889	37,0
5 a 10	106	141	33,0	9.208	15.221	65,3
10 a 50	102	135	32,4	26.611	46.584	75,1
50 a 100	9	11	22,2	8.293	15.485	86,7
100 e mais	23	15	-34,8	66.467	234.405	252,7
Total	4.406	2.184	-50,4	126.942	332.260	162,7

Fonte: IBGE, apud SIMIONI & PEREIRA, 2001. p. 195.

* Produção obtida foi convertida em toneladas na proporção de 6 frutos/Kg

Segundo cálculos de Simioni & Pereira, a diminuição dos pequenos pomares no Rio Grande do Sul acompanhou a mesma tendência demonstrada para o estado catarinense, com uma grande redução dos produtores com menos de 1 hectare. Se considerarmos os dois estados, a redução do número de

unidades produtoras foi de 50,4%(SC) e 40,4%(RS) no período de apenas 10 anos.

No entanto, houve um crescimento de 4 para 17 o número de proprietários gaúchos com mais de 100 hectares, exemplificando o fato de que a grande produção de maçãs no Rio Grande do Sul se desenvolveu posteriormente ao do estado vizinho. Outro número que confirma a afirmação anterior é o aumento da representatividade dos grandes produtores, com mais de 100 hectares, na participação do total da produção colhida, em Santa Catarina: esse aumento foi de 252,7% entre 1985 e 1995; já no estado rio-grandense, os grandes produtores aumentaram sua participação em 1.652,3 % no mesmo período. (SIMIONI & PEREIRA, 2001).

2.3.3 Os produtores começam a se organizar.

A fundação, em 1975, da Associação Catarinense de Fruticultores de Clima Temperado (ACFCT), conhecida como “Catarinense”, fora incentivada pelas tradições extensionistas da ACARESC, tendo sua sede em Rio das Antas e como primeiro presidente o Eng. Agrônomo Luiz Borges Junior, diretor da Renar²⁷. Inicialmente a “Catarinense” teve pouca atuação, a primeira mobilização ocorreu em 1978, com a visita do Ministro da Agricultura à região.

Conforme Schmidt:

“O que se percebe é que a partir do momento em que o setor empresarial necessita não só das benesses diretas do Estado, mas de uma ação mais ampla deste, especialmente no campo da normatização do mercado, passou a valorizar organizações como esta, de onde ele podia falar em nome da “classe produtora de maçã” (SCHIMIDT, 1990 p.148)

²⁷ Os investimentos da família Frey no setor deram origem a empresa Renar, já os franco-argelinos originaram a Agrícola Fraiburgo.

A atual Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM), surgiu em 1978, na cidade de Porto Alegre; seu objetivo era coordenar a captação de incentivos fiscais das associações estaduais, a “Catarinense”, a AGAPOMI (gaúcha) e a FRUTIPAR (paranaense).

O início dos anos 80 marca o fim dos incentivos fiscais para reflorestamento, fato que provocaria o conflito entre os pequenos e grandes produtores em função da direção a ser tomada pelas associações. Os pequenos buscavam a inclusão da maçã na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e pela construção de armazéns frigoríficos com recursos a fundo perdido; para isso, aliaram-se a interesses político-partidários; os grandes defendiam ações independentes para resolver os problemas do setor; quando a “Catarinense” assume a luta por recursos de financiamento para armazéns, ocorre uma cisão na associação, os grandes decidem criar a Associação de Fruticultores da Região de Fraiburgo (AFRF), em 1982, além de passarem a se empenhar para tomar o controle da ABPM. Para tanto, apresentam como argumentos principais, nessa ordem, a necessidade de acabar com o caráter itinerante da ABPM e de afastar o estilo predominantemente político-partidário adotado pela “Catarinense”, considerado incompatível com os seus desígnios (OLIVEIRA, 1996).

A partir da retomada do controle da ABPM pelas grandes empresas do setor macieiro e com a diminuição dos incentivos e investimentos públicos, a Associação passa a ter papel ativo nas negociações que envolviam os interesses dos grandes produtores no desenvolvimento tecnológico e na organização e promoção da produção nacional de maçãs.

3. A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS.

"Without innovations, no entrepreneurs; without entrepreneurial, no capitalist returns and no capitalist propulsion. The atmosphere of industrial revolution - of "progress" - is the only one in which capitalism can survive."

Joseph Schumpeter

O período de apoio governamental ao setor macieiro foi suficientemente longo para que as grandes empresas e algumas cooperativas, pudessem sobreviver sem maiores incentivos na última década.

A conquista gradual de mercados externos e a substituição da fruta importada foram os objetivos adotados pelos empresários ao longo desse processo, os quais estão sendo atingidos graças a organização dos produtores, o desenvolvimento tecnológico e a conseqüente melhora na qualidade do produto.

Por fim, abordamos o tema da mão de obra, as transformações que esses trabalhadores vivenciaram nesse período, e uma breve relato e suas condições atuais.

3.1 - A PESQUISA.

O período de 1963 a 1969 foi marcado principalmente pelas iniciativas individuais; a pesquisa envolvendo a cultura da maçã ficou restrita ao campo experimental do Grupo SAFRA.

Como nos relatou Roger Biau (2005), nesse primeiro momento foram feitas unicamente experiências conduzidas principalmente no pomar experimental do Grupo SAFRA, de Fraiburgo. Segundo o autor, no fim da década de 60, o grupo

chegou a conclusão de que a maçã era a cultura de melhor resultado para produção comercial, mas ainda não havia definições quanto às cultivares, o porta-enxerto, a condução de pomares etc. Conforme relato colhido por Schmidt: “A tecnologia era desconhecida. Você tinha algo ali do Grupo SAFRA. (...) Mas você não tinha o pacote tecnológico da fruticultura” (SCHMIDT, 1990).

No início dos anos 70, a diretoria do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola (IPEAS)²⁸ se mostrava preocupada com os problemas que poderiam surgir devido à falta de tecnologia e o aumento das áreas plantadas. Combinando essa preocupação com os objetivos do PROFIT de dar suporte aos produtores, é firmado um acordo formal entre os dois órgãos. Em 1970 é feito um levantamento técnico da situação da fruticultura na área abrangida pelo PROFIT, era necessário para servir de instrumento orientador para o desenvolvimento do projeto.

Em julho do mesmo ano, em decorrência do acordo firmado, é elaborado um projeto para a realização de pesquisas aplicadas. Somavam esforços aos órgãos públicos os “particulares”: Cooperativa do Núcleo Colonial Celso Ramos²⁹, Reflorestamento Fraiburgo, Rogério Campos³⁰ e a Sociedade Agrícola Fraiburgo Ltda (SAFRA). O projeto buscava obter respostas para questões como: variedades de porta-enxerto para diferentes solos, melhores cultivares e meios de combate a algumas pragas, entre outros, num prazo de 5 anos.

Em setembro de 1970 a Secretaria da Agricultura do estado solicita ao Governo Japonês cooperação técnica na área de fruticultura de clima temperado, esse pedido baseava-se num acordo de cooperação firmado entre os Governos

²⁸ Órgão responsável pela pesquisa agrícola no sul do Brasil.

²⁹ Grupo proprietário de pomares de nectarina. Lembrando que o PROFIT não se tratava apenas da maçã.

³⁰ No ano de 1968, Rogério Campos plantou, em sua propriedade, 2.000 pés de macieiras das cultivares Starkinson, Goldem e Blackjohn. Tratava-se de um pomar utilizando cultivares “novas”, diferentes das tradicionais existentes na região. No ano seguinte são plantados mais 10.000 pés, com mudas adquiridas nos municípios de Farroupilha e Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). As novas cultivares possibilitaram uma melhor aceitação no mercado, com reflexos positivos para os produtores e o município. A iniciativa de Rogério Campos foi tomada com o objetivo de se obter uma alternativa econômica para a região, onde a atividade madeireira esgotava sua matéria prima (araucária). Ela se tornaria importante para o desenvolvimento da cultura na região pelo peso que recebeu nas negociações que levaram à instalação, em 1970, do escritório da ACARESC (com uma equipe do PROFIT) no mesmo município (SCHMIDT, 1990).

do Brasil e do Japão. Entre 1971 e 1977, seis técnicos japoneses tiveram passagens pelo estado, sendo o principal deles Kenshi Ushirosawa, especialista em Fitotecnia e que após os 6 anos em que esteve no Estado escreveu a monografia: “A cultura da maçã: A experiência Catarinense” publicado pela EMPASC³¹ em 1978.

A aproximação dos órgãos públicos com os Frey também tem seus exemplos na pesquisa. No início de 1972, a Estação Experimental de Videira solicitou aos irmãos Frey o empréstimo, por 20 anos, de uma área de 15 hectares para a realização de pesquisas com a macieira. A Reflorestamento Fraiburgo cedeu o pomar³² em troca de que a Estação Experimental informasse a empresa os resultados obtidos. Após alguns anos de pesquisa, Willy Frey faz um discurso no Encontro de Fruticultura de 1978 onde criticava o trabalho de pesquisa da estação, a qual “...não tem conseguido atender as necessidades expostas pelo desenvolvimento acentuado da fruticultura...”. No final dos anos 70, novamente foi Willy Frey que intermediou as relações entre a EMPASC e a GTZ³³ alemã, resultando num acordo de cooperação técnica e no envio de especialistas alemães para o Brasil.

As pesquisas com maçã ampliaram-se ao longo dos anos de existência da EMPASC (1975-90), com o surgimento de novas linhas de trabalho, aumento da equipe de pesquisadores, consultorias internacionais (Volcani Center – Israel; Rutgers University – EUA; Universitaet Stuttgart – Alemanha; Estação Experimental de Ottawa/Canadá) e cooperação técnica dos governos alemão e japonês (ISHIKAWA, 2001).

Com a mudança de governo, uma reforma no setor público agrícola promove a fusão, num só órgão, das atividades de pesquisa, extensão rural e pesqueira e de pesquisa e fomento apícola, criando a atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI). Constituída no

³¹ A EMPASC foi instituída em 1975, como resultado das pressões de vários segmentos do setor agrícola, entre eles os empresários do setor macieiro, reivindicando a criação de uma entidade de pesquisa que respondesse aos problemas da agricultura no Estado (ICHIKAWA, 2001).

³² Esses pomares também foram indenizados com recursos do IBDF.

³³ Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) Sociedade Alemã para Cooperação Técnica, ligada ao Ministério da Cooperação Econômica.

artigo 99 da Lei Estadual nº 8.245 de 1991, a EPAGRI “é uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações” (ISHIKAWA, 2001 p.112). Conforme destaca a mesma autora, apesar de aproximadamente 90% da receita anual da EPAGRI ser originária do Governo Estadual, 90% dessas se referem apenas a folha de pagamento do órgão; no referente ao custeio e aos investimentos, os recursos do governo estadual não passam de 6%, tendo a sua maior parte custeado por recursos Federais, em especial o Programa Nacional de Agricultura Família (PRONAF), além de outras fontes, referentes a convênios (associações e cooperativas, como por exemplo a ABPM) e recursos obtidos com a venda de sementes, produtos e publicações técnicas.

Os esforços de pesquisa realizados pela EMPASC e pela EPAGRI resultaram na geração de tecnologia de grande impacto econômico para o cultivo da maçã em SC. Podemos citar os resultados de pesquisa em quebra de dormência, polinização, poda verde, análise foliar, raleio manual, sistema de alerta para controle de doenças, redução do uso de defensivos, lançamento de novas cultivares mais adaptadas, entre outros (ISHIKAWA, 2001).

3.1.1 –A organização dos produtores e o desenvolvimento tecnológico.

A partir das primeiras constatações do pomar experimental da SAFRA, em 1967, o grupo continuou introduzindo novas cultivares e realizando experiências até 1975, quando o Agrônomo francês Roger Biau apresentou suas conclusões relativas as melhores cultivares, porta-enxertos e condução dos pomares. Biau já recomendava como cultivares mais adaptados àquelas que seriam as mais produzidas até a atualidade: Gala, Fuji e Golden. Nesse período, a cultivar mais plantada (principalmente nos pomares efetivados com a supervisão dos técnicos do PROFIT) era a Starkinson, que acabou sendo substituída devido à sua baixa produtividade.

No início dos anos 80 a Agrícola Fraiburgo S.A. importou os primeiros foguetes anti-granizo da Suíça e, mais tarde da França. Em 1983 a produção de

foguetes foi nacionalizada pela empresa Britanite, de Curitiba. Dois anos mais tarde, inconformado com o funcionamento do sistema, René Frey importou um sistema de radar marítimo de fabricação suíça, capaz de localizar a nuvem e determinar sua altura. Quando superior a 5 Km os foguetes eram disparados. Chegaram a ser lançados 16.000 foguetes em 1986, porém, sem os resultados esperados.

Com o surgimento das primeiras associações de produtores, as iniciativas particulares para o desenvolvimento tecnológico da cultura da macieira passaram a ser coordenados pelo grupo de empresários associados na Associação dos Fruticultores da Região de Fraiburgo (AFRF), posteriormente rebatizada de Associação dos Fruticultores de Fraiburgo (AFF). Entre as principais ações, o grande destaque deve ser dado à atuação organizada dos empresários para incorporação de tecnologia visando reduzir as perdas na produção ocasionadas pelo granizo.

Com o fracasso do sistema baseado no radar suíço, a AFRF visita a experiência Argentina com tecnologia russa na região de Mendoza, decidindo pela troca dos sistemas. Foi necessário um investimento de US\$ 2 milhões pra cobrir 100.000 hectares, sendo 7.500 deste com macieiras dos associados. Devido aos altos custos de manutenção, o sistema veio a ser desativado na safra 94/95. Informações do período dão conta de uma redução de danos em torno de 30 e 70% conforme localização dos pomares (OLIVEIRA,1990).

A partir de 1996, contando com o auxílio do radar meteorológico, a região de Fraiburgo passa a contar com um sistema químico de combate ao granizo; consiste na adição de Iodeto de Prata, na forma de gás, através de aparelhos denominados “geradores de solo”, nas nuvens potencialmente causadoras de granizo. Esse sistema é executado pela empresa Anti Granizo Fraiburgo (AGF) e custeado pelas grandes empresas.

Em sua dissertação sobre a gestão do risco de granizo em pomares de maçã em Santa Catarina, Yuri (2003) chegou aos seguintes dados quanto às práticas adotadas historicamente nos principais municípios produtores de Santa Catarina, conforme tabela 12.

TABELA 12: Estratégias historicamente adotadas na prevenção dos prejuízos causados por granizo nos principais municípios produtores.

Alternativa	Município	
	São Joaquim	Fraiburgo
Diversificação espacial	Existe algum conhecimento sobre as áreas do município onde a frequência de chuvas de granizo é maior e isso tem sido levado em consideração no processo de implantação de novos pomares e aumento de escala da atividade.	Devido às características das chuvas de granizo, que ocorrem em focos isolados, dentro da área dos grandes pomares já existe certa diluição de riscos. Com o auxílio do radar, porém, pode-se determinar de forma mais precisa as áreas onde a ocorrência do evento é mais freqüente.
Seguro Privado Agrícola	Oferecido aos produtores de maçã, por uma única empresa, desde a safra 1998/99, tem como principal proposta a garantia da renda do produtor e não somente o pagamento de custeio da safra. É uma alternativa importante para os pequenos agricultores, porém, considerada de alto custo.	Quase inexistência de áreas cobertas por seguro nesse município. Com a predominância das empresas que, de certa forma, já diluem o risco do granizo em suas grandes áreas, essa alternativa não foi adaptada de forma significativa nesse município.
Seguro Mútuo	Alternativa que existe na maior cooperativa do município desde a safra 1998/99, desativado apenas na safra 2000/01, quando houve a opção da maioria dos cooperados pelo seguro privado. É um seguro informal.	Não há informações sobre a existência de grupos de seguro mútuo agrícola nesse município.
Telas anti-granizo	Apesar de seu alto – custo, pelo fato de garantir a oferta da maçã ao final da safra, esse sistema constitui uma alternativa interessante para auxiliar o cumprimento de contratos comerciais pelas cooperativas. As áreas protegidas por esse sistema vêm aumentando ano a ano.	Não eram utilizadas pelas empresas desse município. No entanto, atualmente estão sendo desenvolvidos alguns projetos para proteção de pomares através desse sistema.
Geradores de solo	Devido à necessidade de trabalho em associações, existem certas dificuldades para sua implementação do município. A presença de muitos pequenos produtores nesse município dificulta o acordo sobre a forma como seriam divididos os custos do sistema.	Contando com auxílio de radar meteorológico, essa alternativa já vem sendo adotado no município desde 1996. O fato de quase a totalidade das maçãs do município ser produzida por poucas empresas facilitou o acordo sobre a forma como os custos do sistema seriam divididos entre elas.
Foguetes anti - granizo	Sistema de alto custo, testado no passado, não apresentou resultados satisfatórios.	1978-88: (fogete nacional) não apresentou resultados técnicos satisfatórios. 1989-95: (fogete russo com auxílio de radar meteorológico) apesar de apresentar resultados satisfatórios, foi abandonado devido aos altos custos.

Fonte: YURI, 2003 p. 37.

Paralelamente à questão do controle dos prejuízos causados pela chuva de granizo, o monitoramento de doenças e pragas também era preocupação da AFRF, que em 1982 implantava uma “estação de avisos fitossanitários” na cidade de Fraiburgo, em parceria com a EPAGRI.

Entre o período de 1988 e 1994, a responsabilidade do desenvolvimento tecnológico é transferida da AFRF para a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM); nesse período, as duas associações eram presididas por Luiz Borges Junior. Esse período de transição é marcado pela busca de tecnologia para controle da ocorrência do “lenho mole” (rubbery wood), em parceria do Agricultural Research Service (ARS), da USDA. Também consta desse período estudos de padrão de qualidade buscando a exportação encomendados à EMBRAPA.

Os anos 90 e o neoliberalismo apresentaram enormes desafios para o setor produtivo Brasileiro, entre outras posturas adotadas pelo setor macieiro; a ABPM tratou de prover condições a EPAGRI, assumindo definitivamente o papel de incentivar e conduzir o desenvolvimento tecnológico do setor. As principais linhas de pesquisa da parceria são: manejo de pragas, solos e nutrição vegetal, Fitotecnia e Genética (OLIVEIRA,1996).

Os recursos destinados pela ABPM ao financiamento do convênio com a EPAGRI, entre os anos agrícolas de 1989/90 até 1999/00 tiveram a seguinte configuração aproximada em dólares americanos:

TABELA 13: Recursos destinados pela ABPM a Estação Experimental de Caçador.

Ano Agrícola	Valor (em dólares)
1989/90	100 mil
1990/91	110 mil
1991/92	120 mil
1992/93	100 mil
1993/94	80 mil
1994/95	50 mil
1995/96	60 mil
1996/97	63 mil

1997/98	60 mil
1998/99	42 mil
1999/00	37 mil

Fonte: Oliveira (1996); ABPM (1999); Ichikawa (2001).

As variações abruptas do orçamento demonstradas na Tabela 13 são causadas pela incidência de fatores climáticos adversos à cultura da macieira, prejudicando os recursos da ABPM; a aparente diminuição dos investimentos em pesquisa não corresponde à realidade. A partir de 1997, outras instituições, como EMBRAPA e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), também se interessaram pelos recursos. Além dessa maior concorrência entre instituições, na safra 1998/99 a Estação Experimental de São Joaquim também passou a receber recursos da ABPM (cerca de 25 mil dólares no primeiro ano) (ICHIKAWA,2001).

No final dos anos 90, as exigências de qualidade para a exportação e a conquista de novos mercados levou a ABPM³⁴ a incentivar a implementação da Produção Integrada de Frutas (PIF).

A PIF vem de encontro ao desejo do consumidor (principalmente o europeu), que quer um produto seguro para o consumo e produzido em harmonia com o meio ambiente; ela representa um conjunto de técnicas para a produção de alimentos de alta qualidade, utilizando o mínimo possível de produtos agroquímicos, e que, os utilizados, sejam os menos prejudiciais ao homem e ao meio ambiente (ABPM). Segundo a EMBRAPA, na publicação que regulamenta a Produção Integrada da Maçã no Brasil: “Nesse contexto, a definição de um Sistema de Produção Integrada de Maçãs no Brasil, viável técnica e economicamente, significa no plano tecnológico equipararmos-nos aos países com agricultura mais desenvolvida; no plano mercadológico habilitarmos-nos para competir tanto no mercado interno quanto externo e no plano estratégico podermos projetar a consolidação do setor no cenário nacional e internacional”³⁵. Resumindo, a produção integrada será futuramente condição mínima para que o produto tenha remuneração e acesso aos mercados.

³⁴ A ABPM congrega produtores que compreendem mais de 75% da produção brasileira, são 37 associados, entre cooperativas, associações estaduais e regionais, bem como médias e pequenas empresas. O pequeno produtor é representado por suas associações e cooperativas.

³⁵ EMBRAPA, 2002 in ABPM, disponível em www.abpm.org.br.

3.2 - OS PROBLEMAS NA COMERCIALIZAÇÃO: INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM E PÓS-COLHEITA.

Na elaboração do PROFIT, a prioridade dos técnicos era o aumento da área plantada com macieiras e outras frutas de clima temperado; questões relacionadas à armazenagem e à comercialização das frutas deveriam ser pensadas futuramente. Quanto aos pomares implantados pela REFLOR, essa empresa ficava responsável também por comercializar a produção.

No início dos anos 70, o sistema de distribuição de frutas era bastante precário em Santa Catarina, mesmo para as empresas. A produção era toda colocada no Estado (Florianópolis, Joinville e Rio do Sul), distribuída por Kombis e caminhões que carregavam diretamente nos pomares e levavam aos mercados daquelas cidades.

A coordenação do PROFIT só viria a ter um levantamento sobre os problemas de comercialização a partir do treinamento do Eng. Agrônomo Reni Werner na Itália em 1972. O trabalho final deste técnico descrevia o processo de comercialização da produção como feito por intermediários que compravam os frutos dos agricultores a preços baixos, faziam uma classificação rudimentar, embalavam e revendiam nos centros consumidores, sem uma padronização ou marca. A partir desse momento, os técnicos do PROFIT passaram a defender um esquema de comercialização para o sucesso de qualquer região produtora de frutas(SCHMIDT,1990). Os coordenadores do PROFIT promoveram investimentos em cooperativas que organizariam a comercialização da produção. Uma das primeiras tentativas foi a constituição da Indústria Catarinense de Frutas (ICF) que, após problemas na sua constituição, foi assumida pela Vinícola Fraiburgo.

Enquanto o projeto da ICF era analisado, a Cooperativa Agropecuária Videirense (COOPERVIL) montava um esquema de classificação. Em 1973, com financiamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, são adquiridos os primeiros equipamentos classificadores de frutas. Na safra 73/74, a COOPERVILI

realizava a primeira comercialização organizada, englobando cerca de 36% da produção da sua região(SCHMIDT,1990).

A unidade de processamento (packing-house) da COOPERVILI entrava em funcionamento na safra 74/75, mesmo ano em que a empresa Renar iniciava as operações de suas unidades de classificação e armazenagem. De fato, apenas o packing-house da Renar era destinado unicamente à maçã; a COOPERVIL deveria processar, também, outras frutas de clima temperado (ameixa, pêsego e nectarinas). No balanço dos trabalhos da safra 75/76 da COOPERVIL, constatou-se grande perda de frutas deterioradas ainda no packing-house, principalmente dos pêsegos e nectarinas. Além disso, a falta de experiência de mercado fazia com que a maior parte das vendas fossem feitas a intermediários e a granel; todos esses fatores levaram a cooperativa a ser mal vista pelo fruticultor e também pelas empresas, devido a má qualidade do produtor colocado no mercado (SCHMIDT,1990).

No início de 1977, como resultado da atuação do PROFIT, era fundada em São Joaquim a Cooperativa Regional Agropecuária Serrana (COOPERSERRA), baseada na necessidade de organização dos produtores de maçã e batata semente da região (OLIVEIRA,1996). Durante a safra 77/78 foram montadas duas máquinas classificadoras na COOPERSERRA, cada uma com capacidade para 3.5 toneladas de maçã por hora.

Com relação à armazenagem, é fundamental destacarmos a importância da capacidade de estocagem da produção de maçãs em câmaras frigoríficas.

Considerando que a colheita da maçã se dá entre os meses de fevereiro e maio, podemos compreender as diferenças de preço obtidas pelos fruticultores ao longo do ano, recebendo menor valor na época de safra (super oferta) e maior na entre-safra (Tabela 14).

TABELA 14 – Volume Comercializado e preços médios da maçã nacional no atacado e varejo da CEASA/SC no ano de 1981.

Mês	Volume (t)	Preços Médios Cr\$/ha	
		Atacado	Varejo
Jan	600	65,00	100,00
Fev	54.670	56,00	66,00
Mar	144.275	50,99	58,58
Abr	202.550	49,48	60,49
Maio	179.862	53,07	71,79
Jun	111.550	60,03	71,00
Jul	64.050	74,06	82,78
Ago	68.200	84,47	97,75
Set	43.410	106,30	113,57
Out	s.d.	98,25	115,71
Nov	17.175	113,91	131,43
Dez	s.d.	s.d.	s.d.

Fonte: CEASA/SC apud ICEPA 1982.

O setor empresarial de Fraiburgo e região investiu desde o início na estrutura de armazenagem, não se tornando reféns da super oferta e conseqüente baixa remuneração do período de safra.

No início dos anos 80, o Governo Estadual atende às reivindicações da associação catarinense e constrói armazéns frigoríficos, entregues à gerência das cooperativas. No entanto, com exceção da Cooperserra, que recebia tratamento especial por estar na área prioritária de São Joaquim, as outras cooperativas do estado dispunham de pequena capacidade de armazenamento, o que obrigava a comercialização na safra reduzindo os ganhos dos pequenos fruticultores.

TABELA 15 – Capacidade estática disponível para armazenagem a frio de frutas, safra 78/79 – Santa Catarina.

Firma	Município	Capacidade (t)
RENAR	Fraiburgo	7.000
ICF	Videira	1.800
NODARI S/A	Fraiburgo	1.400
COOPERVIL	Videira	580

Fonte: CIBRAZEM apud SCHIMIDT (1990).

As câmaras frigoríficas e equipamentos de classificação e embalagem entregues pelo Governo Estadual à Coopercampos, Cooper Água Doce, Cooperlages e Cooperativa Videirense foram posteriormente desativadas ou privatizadas; devido à incapacidade das mesmas em gerenciá-las (OLIVEIRA,1996) restaram as instalações da Cooperserra, de São Joaquim.

TABELA 16- Estrutura de classificação e armazenagem a frio por cooperativa, ano de 1982 – Santa Catarina.

Cooperativa	Município/distrito	Capacidade de classificação (ton/h)	Capacidade de Armazenamento (t)
Cooperserra	São Joaquim	10	3.000
	Bom Jardim da Serra	06	1.000
Cooperlages	Urupema	04	250
	Lages	08	1.200
Coopercampos	Campos Novos	04	250
Cooperfruta	Água Doce	06	250

Fonte: ACARESC, 1983 apud SCHIMIDT, 1990.

No estado do Rio Grande do Sul, a grande produção de maçãs teve início posteriormente ao estado catarinense, em meados dos anos 1980. Quando

diferentes grupos empresariais começaram a se instalar em Vacaria para investir em pomares, esses investimentos já incluíam os custos com a estrutura para classificação, embalagem, armazenagem e comercialização.

Com o crescente aumento nos investimentos em câmaras frias, a capacidade de armazenagem na Região Sul aumentou consideravelmente, conforme a tabela 17:

TABELA 17 - CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE MAÇÃ NA REGIÃO SUL - 2003

Estado	Atmosfera controlada (t)	Convencional (t)	Total (t)
SC	192.166	124.259	316.425
RS	151.920	129.200	281.120
PR	1.350	16.650	18.000
Região Sul	345.436	270.109	615.545

Fonte: ABPM e Agapomi.

No entanto, precisamos ressaltar o fato de a maior parte das câmaras frias pertencerem a grandes empresas, numa distribuição bastante desigual, mesmo considerando apenas os grandes produtores-Tabela 18.

A capacidade de armazenar e conservar a produção permite a essas empresas maiores possibilidades na comercialização, garantindo a disponibilidade de frutas mesmo na entre safra, exatamente quando os preços recebidos são maiores. Aos pequenos e médios produtores, resta vender sua produção para as grandes empresas ou comercializar a produção durante o período da colheita com intermediários e atacadistas.

TABELA 18 – CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE MAÇÃ NAS MAIORES EMPRESAS DO SETOR - 2003.³⁶

Empresa	Região / Estado	Atmosfera controlada (t)	Convencional (t)	Total (t)
Schio	Vacaria / RS	80 mil	Não há	80 mil
Fischer	Fraiburgo / SC	50 mil	18 mil	68 mil
Agrícola	Fraiburgo / SC	22 mil	18 mil	40 mil
Sanjo	São Joaquim / SC	21 mil	6 mil	27 mil
Pomifrai	Fraiburgo / SC	16 mil	4,5 mil	20,5 mil
Renar	Fraiburgo / SC	11,1 mil	7,6 mil	18,7 mil
Rasip	Vacaria / RS	s.d.	s.d.	18 mil

Fonte: BRDE, 2003, elaborado pelo autor.

3.3 OS PRINCIPAIS ATORES: AS GRANDES EMPRESAS E COOPERATIVAS.

As maiores empresas no período de formação do setor são a Renar Maçãs, dos irmãos Rene e Arnoldo Frey e a Vinícola Fraiburgo - atual Agrícola Fraiburgo, de propriedade dos franco-argelinos.

O Grupo Renar inclui um conjunto de empresas que atuam na hotelaria, na produção madeireira, pecuária, apicultura e na produção e comercialização de maçãs. A Renar foi, sem dúvida, a empresa que mais se beneficiou dos incentivos fiscais, implantando ao todo cerca de 1.330 hectares incentivados.

Em 1975 há a separação do grupo Frey; a Renar passa a pertencer a René Frey, incluindo aí a Reflorestamento Fraiburgo. Os herdeiros de Arnoldo Frey ficam com as atividades madeireira e imobiliária, mas também com 193 hectares dos pomares de maçã implantados pela REFLOR, esses pomares seriam

³⁶ Entre as empresas destacadas, apenas a Sanjo pode ser considerada uma cooperativa. Em 2004, a Cooperserra, de São Joaquim, ampliou em 6 mil toneladas sua capacidade de armazenagem, totalizando 13 mil toneladas, a segunda maior entre as cooperativas do setor.

somados aos da Fructus Agrícola e Pecuária, dando origem a atual empresa Pomifrai Fruticultura S/A.

Na atualidade, a Renar Maçãs S/A possui 1.100 hectares de maçã, dos quais 60% de cultivares Gala e seus clones, 35% de cultivares do grupo Fuji e 5% de outras. A capacidade total do Packing House da Renar localizado em Fraiburgo permite a classificação e embalagem de 20 ton/hora de frutas, o processamento de 3.000 kg/hora de polpa da fruta e 500Kg de maçã desidratadas por dia. A classificação e embalagem são realizadas em duas máquinas eletrônicas em dois turnos de oito horas durante a colheita, através de um sistema operacional totalmente informatizado e de uma equipe de profissionais altamente treinados e capacitados. As máquinas operam em paralelo, o que permite grande flexibilidade; inclusive, há possibilidade de serem embaladas variedades distintas simultaneamente. A capacidade de armazenamento da Renar Maçãs é de 7.600 toneladas em frio convencional e 11.100 toneladas em Atmosfera Controlada distribuídas em 27 câmaras, possibilitando assim o abastecimento do mercado durante todo o ano (RENAR, 2007).

A Agrícola Fraiburgo é formada por um conjunto de empresas ligadas à produção e industrialização de frutas; o grupo é controlado pelas famílias Evrard e Mahler. Dos 48,30 hectares em 1975, a Agrícola teve um grande crescimento ao longo de poucos anos, chegando a 1.317 hectares em 1982. Esse crescimento se deu a partir das conclusões técnicas de Roger Biau em 1975 (variedades, condução etc), sendo a cultivar Gala responsável por cerca de 60% da produção.

Segundo dados atuais da Empresa, a Agrícola possui 438,85 hectares de pomares com macieiras em Fraiburgo, 229,9 hectares em Água Doce, 143,82 hectares em Vacaria (RS) e 118,59 hectares em Urupema, totalizando 931,16 hectares. A capacidade de armazenamento é de aproximadamente 40.000 toneladas, com 17.000 toneladas em sistemas de atmosfera normal e 23.000 em atmosfera controlada. Sua produção é comercializada principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pará; o montante destinado a exportação tem como destinos principais: Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Holanda, Espanha, França e Malta.

A Agrícola Fraiburgo foi a primeira empresa no país a adquirir uma prensa hidráulica de maçã "Bucher" - importada da Suíça, com capacidade de 70 t/dia de processamento, no ano de 1975. Na década de 80, chegou a processar 11.000.000 Kg. de uva. A partir daí passou a se dedicar exclusivamente aos produtos derivados da maçã. Até 1997, a empresa foi uma das maiores engarrafadoras de Sidra e Filtrado, chegando a atingir o volume máximo de produção de 600.000 cx. no ano de 1996, representando 19,8% do mercado interno. Atualmente, possui capacidade para armazenar 8.700.000 l. de fermentado de maçã em recipientes de concreto e capacidade de processamento de 120 t/dia (AGRÍCOLA FRAIBURGO, 2006).

Posteriormente, outras empresas surgiram na região de Fraiburgo, entre elas, estão a Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda, a Agropel Agroindustrial Perazzoli Ltda e a Pomagri Frutas Ltda.

A Fischer Fraiburgo pertence ao Grupo Fischer, que detém 36 empresas no Brasil, entre elas a Citrosuco Paulista (em associação com capitais alemães). Os Fischer começaram a investir em maçã nos primeiros anos da década de 70, quando implantaram 50 hectares de pomar administrados pela REFLOR. Segundo Schmidt (1990) a Fischer tinha como projeto a implantação de grandes pomares e, a partir de 1985, com a aquisição da estrutura da Perdigão é que esse projeto teria início. Ao longo dos anos 90 a empresa Fischer comprou a Porto Belo Maçãs (1997), o packing-house da empresa Imaribo (1990) e adquiriu a indústria de suco de maçãs da Tecnovin, tornando-se a maior empresa brasileira de produção, conservação e comercialização de maçãs na atualidade, com cerca de 3.600 hectares de pomares de maçã espalhados pelos municípios de Fraiburgo, Monte Castelo, Santa Cecília e Lebon Régis. A capacidade de armazenagem da empresa é de 68 mil toneladas, das quais 50 mil em atmosfera controlada (BRDE,2005).

No ano de 1987, a Fischer passou a aproveitar a estrutura de exportação e venda que tinha para citrus na Europa e fez as primeiras experiências de exportação da maçã brasileira.

A Agropel Agroindustrial Perazzoli (1977) iniciou suas atividades com o transporte de hortifrutigranjeiros aos centros consumidores, envolvendo-se depois com a produção e a implantação de packing-house; possui na atualidade 1.000 hectares de pomares com macieiras, outras frutas de caroço, pêras e uvas. Seu packing-house pode processar até 36 toneladas de frutas por hora e sua capacidade frigorífica de 40 mil toneladas em atmosfera controlada permite à empresa a comercialização de seus produtos na entre-safra, obtendo preços mais vantajosos. A empresa possui ainda cerca de 700 empregados regulares, número dobrado em períodos de colheita (AGROPEL, 2007).

A Pomagri Frutas Ltda(1984) foi fundada pelo Agrônomo francês Roger Biau, que após comandar os experimentos do Grupo SAFRA nos anos 60 e 70 e trabalhar na Pomifrai, implantou seus próprios pomares na região de Fraiburgo.

A região de São Joaquim tem como principal característica os pequenos e médios produtores, parte deles associados em cooperativas que organizam, classificam e vendem a produção. Entre as principais podemos citar Cooperativa Agrícola São Joaquim Ltda (Sanjo) e a Cooperativa Regional Serrana (Cooperserra).

A SANJO foi fundada em 1993 por antigos cooperados da extinta Cooperativa Agrícola de Cotia, possui na atualidade 78 cooperados que produzem em média 34 mil toneladas numa área plantada de cerca de 920 hectares, dos quais 70% com cultivares do grupo Fuji. A Sanjo foi a primeira empresa a atingir a certificação de 100% da produção com as normas da PIF, o que garante maior qualidade, rastreabilidade e controle de resíduos de agrotóxicos na produção. Além da maçã, a SANJO recentemente passou a trabalhar também com a produção e comercialização da goiaba.

A Cooperserra foi fundada em 1977 devido ao grande aumento dos pomares com macieiras nos municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urupema, tendo grande importância, nessa decisão os incentivos da antiga ACARESC. A cooperativa possui hoje 107 cooperados com 417 hectares de maçã, dos quais 65% com clones da cultivar Fuji (BRDE,2005), duas unidades (São Joaquim e Urupema) e capacidade para armazenagem frigorífica de até

13.000 toneladas. Além da classificação, armazenagem e comercialização da produção, a associação oferece aos cooperados assistência social, técnica e três lojas de produtos agropecuários.

Os investimentos na produção de maçãs no Rio Grande do Sul tiveram início em 1975, quando sócios da Safra expandiram seus pomares para a região de Vacaria, contando com o apoio do poder público municipal, que doou terras para a empresa.

Segundo Klanovicz:

“A expansão da fruticultura para Vacaria por meio da Safra S/A representava um sinal de fortalecimento dessa atividade dentro do cenário comercial brasileiro da época. Em certa medida, a Safra S/A (...) já representava uma empresa forte no ramo da fruticultura, detendo maior parte da produção de maçãs no final da década de 1970. Fraiburgo, por sua vez, tornava-se o centro irradiador de uma nova forma de fruticultura de clima temperado (...) concentrando na década de 1970, os principais produtores de macieira no país” (KLANOVICZ, ano pg. 115)

A instalação de pomares de macieiras em Vacaria se intensificou a partir da década de 80, com a chegada de grupos franceses (Mudelândia), argentinos (Agriflor e Rubifrut) italianos (Valentino e Lazerri), que investiram na região juntamente com algumas empresas gaúchas, como a Rasip (Caxias do Sul), a Gala (Canoas) e com maior destaque ao grupo Schio. (MUJICA, 2001)

Originário de Vacaria, o grupo Schio trabalhava no meio de transportes de alimentos desde 1969, ingressando em 1987 na produção de maçãs, com grandes investimentos em pomares, centrais de classificação, embalagens, e câmaras frias para o estoque da produção. Segundo levantamento recente, a Schio é a segunda maior produtora de maçãs do Brasil, com o processamento de cerca de 130 mil toneladas, das quais 60% de produção própria. (BRDE, 2005) Juntamente com a Fischer Fraiburgo, maior produtora nacional de maçãs, a Schio atua intensamente na região de São Joaquim, negociando a compra da produção de pequenos e médios produtores.

A Rasip Agro Pastoral S/A teve origem em 1976 através da diversificação das atividades das empresas Randon, de Caxias do Sul, quando esta ingressou no setor do agronegócio através de aproveitamento de incentivos fiscais e obteve a aprovação do seu primeiro projeto de macieiras. No ano de 2005, a Rasip processou cerca de 50 mil toneladas de maçãs, sendo a grande maioria de produção própria.(BRDE, 2005).

Apesar da instalação de empresas de capital externo na região de Vacaria, sua participação na produção da região é reduzida, predominando empresas de capitais originários do próprio estado, como Schio, Rasip e Gala. Entre as de capital externo, destaque para a italiana Lazzeri Fruticultura, instalada na região em 1983, que hoje processa cerca de 20 mil toneladas de maçã.

Tabela 19 – Área colhida (ha), Produção e Produtividade, por grupos de área de colheita em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, na safra 1995/96.

Grupos de área de colheita	SC			RS		
	Área	Produção	Produtividade (t / ha)	Área	Produção	Produtividade (t / ha)
Menos de 5	1.415	20.556	14,52	1.400	20.983	14,98
5 a 10	916	15.221	16,61	669	13.031	19,47
10 a 100	3.170	62.069	19,58	3.977	80.577	20,26
100 e mais	7.847	234.405	29,87	3.655	97.181	26,58
Total	13.348	332.260	-	9.701	211.772	-

Fontes: IBGE, Censos Agropecuários, Simone & Pereira 2001. Elaboração do autor

Além das grandes empresas e das cooperativas, muitos pequenos e médios produtores atuam no setor de forma isolada. Esses produtores foram muito afetados pela diminuição do apoio estatal durante a década de 1980.

Conforme podemos analisar na Tabela 19, os pequenos produtores possuem menor produtividade por área plantada em relação as grandes

empresas³⁷, isso se deve especialmente ao baixo capital investido e a falta de assistência técnica qualificada³⁸. Com menor produtividade e dificuldades na comercialização (vide cap. 4), o número total de produtores de maçã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul caiu de 30.298 para 17.617 entre os anos de 1985 e 1995, uma redução de 58% ou 12.681 produtores que abandonaram o setor da maçã (CENSO AGROPECUÁRIO, 1985 & 1995/96)

3.4 A INDUSTRIALIZAÇÃO

Até o final dos anos 80, a industrialização de maçãs em Santa Catarina e no Brasil era inexpressiva, predominando a idéia de que maçãs industriais eram sinônimo de frutas podres ou de refugo. Esse fato ocorria devido ao baixo preço pago pelas poucas indústrias e pela facilidade de se colocar no mercado as frutas de pouca qualidade comercializadas a granel, para mercados de baixo poder aquisitivo. Nesse momento o percentual da produção catarinense destinada a industrialização raramente ultrapassava os 8% (HENTSCHKE, 1994).

Esses aspectos começaram a mudar no final dos anos 80 e início da década de 90, quando surgiu o interesse por parte de grandes indústrias em aproveitar a demanda crescente por sucos concentrados de maçãs no mercado externo. Desde então, algumas empresas começaram a oferecer preços mais compensadores para os produtores em troca de frutas de melhor qualidade.

Segundo a ABPM, o que determina o volume da industrialização de maçã no Brasil é o tamanho da safra e a qualidade da fruta produzida, percentual que na atualidade atinge aproximadamente 20% da produção.

A produção de suco concentrado no Brasil destina-se quase que totalmente ao mercado externo, onde enfrenta forte concorrência com Argentina e Chile. Segundo Bonetti et al (2002), o suco brasileiro tem menor cotação no mercado

³⁷ Existem exceções à regra. Na região de São Joaquim, alguns pequenos produtores chegam a alcançar 40 toneladas / hectare plantado, no entanto, o grau de capital investido nesses pomares nos impede de considerarmos os mesmo como pequenos produtores, apesar da pequena propriedade.

³⁸ As necessidades atuais dos pequenos produtores de São Joaquim podem ser analisadas, segundo conclusões tomadas pelos mesmos, nos anexo 3.

internacional devido à baixa acidez das cultivares Gala e Fuji, pois o mercado está mais acostumado com o suco produzido com cultivares de característica mais ácida, como a Granny Smith e Red Delicious (muito cultivada na Argentina).

Segundo o mesmo autor, há demanda reprimida por outros produtos industrializados, como purês, chips, maçã desidratada, doces, geléias e alimentos infantis.

Conforme estudo do BRDE, as principais empresas processadoras de maçã do Brasil são:

TABELA 20 – Principais empresas e volume de maçã processado no Brasil em 2004.

Empresa	Localização	Produto derivado de maçã	Volume processado de maçã (t/ano)
Tecnovin do Brasil	Caxias do Sul / Vacaria (RS)	Suco concentrado	100.000
Fischer Sucos Ind. e comércio.	Fraiburgo (SC)	Suco concentrado e aroma	100.000
Agrícola Fraiburgo	Videira (SC)	Sidra, vinagre, maçã crocante	20.000
Renar Maçãs	Fraiburgo (SC)	Polpa congelada e desidratada	5.000
Sociedade de Bebidas Panizzon	Flores da Cunha (RS)	Fermentado	1.500
Gerino Rossoni	Garibaldi (RS)	Suco, sidra e vinagre	1.500
Vitivinícola do Sul	Caxias do Sul (RS)	Fermentado	1.000

Fonte: BRDE (2005).

Podemos notar que a quase totalidade das frutas processadas são destinadas a produção de suco concentrado nas duas maiores empresas, localizadas nos dois maiores pólos produtores de maçã no Brasil – Fraiburgo (SC) e Vacaria (RS). Na região de São Joaquim, caracterizada pelos pequenos e

médios produtores, encontramos apenas a Yakult S/A³⁹ com uma unidade produtora de suco concentrado, no entanto, de produção irrelevante, comparada com as grandes empresas.

3.4. A MÃO-DE-OBRA

“Confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista”.

Lênin

De acordo com a ABPM, estima-se que em cada 1,5 hectares de maçã em idade produtiva ocorre a geração de um emprego direto. A mão de obra é utilizada no campo, desde a produção de mudas, na colheita, na área de classificação e armazenagem, no packing house das empresas, e no setor administrativo. Além disso, ainda existe a mão de obra temporária, utilizada principalmente pelas grandes empresas no período de raleio e da colheita, resultando em aproximadamente 23.500 empregos diretos e 6.800 indiretos ligados ao setor no Brasil (EPAGRI, 1999).

Segundo Osenir Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo, no município há cerca de 7 a 8 mil trabalhadores envolvidos com a produção de maçã, dos quais aproximadamente 70% estão ocupados diretamente nos pomares e, o restante em postos de trabalho nos packing houses de empresas da região. Além desse grande número de trabalhadores permanentes, o Sindicato estima em um aumento de 100% dos postos de trabalho em períodos de colheita e raleio, quando diversos trabalhadores de outras regiões são trazidos à cidade para os trabalhos temporários nos pomares. (RIBEIRO, 2008)

³⁹ A unidade da Yakult em São Joaquim não foi listada na Tabela 15 elaborada pelo BRDE devido a pequena produção.

Na região de São Joaquim o número de trabalhadores rurais é menor, devido à dimensão dos pomares e a característica da região de pequenos e médios produtores que, em muitos casos, ocupam mão de obra familiar não registrada. Segundo Sindicato dos Trabalhadores rurais de São Joaquim, o número de empregos permanentes relacionados à maçã é de cerca de 3.000, aumentando em aproximadamente 2.000 postos nos períodos de raleio e colheita. (PEREIRA, 2008)

Em ambas as regiões, as empresas contratam agenciadores que fazem contato com os trabalhadores em suas cidades de origem. Os chamados “gatos” costumam ser responsabilizados pelas empresas quando há algum problema em relação às expectativas e propostas feitas aos trabalhadores e a realidade que eles encontram no trabalho dos pomares. No entanto, segundo os sindicatos rurais, em diversas ocorrências a fiscalização realizada em conjunto com Ministério do Trabalho responsabiliza as empresas, ocorrendo casos de empresas obrigadas a fornecer o transporte de retorno aos trabalhadores para suas cidades, ou o pagamento de quantias devidas.

Na região de São Joaquim, os trabalhadores temporários são recrutados principalmente no interior do Rio Grande do Sul, em cidades como Bagé, Três Passos e Vacaria. Os safristas paranaenses são minoria em São Joaquim, mas trabalham em grande quantidade na região de Fraiburgo, onde predominam em relação a trabalhadores gaúchos e alguns casos de paulistas, vindos do trabalho com a cana de açúcar.

Em Vacaria, segundo estudo de Mujica (2001), os postos de trabalho nos pomares também despertam os interesses de muitos trabalhadores:

“Na região de estudo, observa-se a realidade de trabalhadores, sejam estes rurais ou urbanos, à disputa palma a palma, por um posto de trabalho nas empresas de maçã durante o período da safra, ficando o problema do desemprego para entre-safra.” (MUJICA, 2001 pg. 25)

A mão de obra temporária vinda de outras cidades fica instalada em alojamentos cedidos pelas empresas, construídos junto aos pomares. Segundo o Sindicato de Fraiburgo, os alojamentos do município são cuidados pela própria empresa, sendo considerados de boa qualidade na atualidade. Em São Joaquim, ainda segundo o Sindicato, os alojamentos tem problemas de limpeza, que é de responsabilidade dos trabalhadores na época da safra. A opinião de Sebastião da Silva, trabalhador do município de São Joaquim, coincide em parte com a do sindicato, mas demonstra uma certa incoerência :

“Os alojamentos são coisa de primeira, o pessoal fala lá que os gaúchos mesmo que são muito relaxados. (...) Tem um que tem que limpar (...) **Eu graças a Deus nunca fui lá**, dizem q é um horror (...) Eles mesmo dizem que tem uns que não se lavam (SILVA, 2008 grifo nosso)

Não se trata aqui de encontrarmos culpados pela boa ou má condição dos alojamentos dos trabalhadores, mas considerarmos a situação que eles se encontram em nossa análise sobre o setor macieiro. Não conseguimos entrar em um alojamento em nossas visitas a região, não podendo confirmar as opiniões colhidas nas entrevistas. Externamente, uma grande parte deles podem ser vistos pelas estradas, acompanhando as maiores áreas de pomares



Alojamentos para trabalhadores temporários ao lado de pomares de macieira cobertos com tela anti-granizo. São Joaquim/SC. Acervo do autor

Alguns trabalhadores de outras regiões acabam se instalando permanentemente nas casas das empresas realizando, no restante do ano, trabalhos de manutenção dos pomares.

No caso da mão de obra residente nas regiões produtoras, as empresas fornecem o transporte para as áreas de colheita e, em alguns casos, quando o trajeto é coberto por linhas de transporte coletivo, o vale transporte. Conforme podemos presenciar em São Joaquim durante a safra 2007/2008, o transporte é feito de diversas formas, dependendo da propriedade em que o trabalhador atua.

Em pomares maiores, os funcionários são transportados por ônibus próprios. Já os trabalhadores empregados em pomares menores, geralmente pertencentes a pequenos proprietários, precisam se aventurar em outras formas de condução, de características mais precárias. Em nossas viagens pelas regiões produtoras, podemos constatar a utilização de todo tipo de transporte possível para o deslocamento dos trabalhadores, desde aquelas apresentando bom estado de conservação até os que não apresentavam nenhuma forma de segurança aos transportados.



Ônibus da empresa Melro Brasil, desembarcando trabalhadores no bairro Nossa Senhora Aparecida- São Joaquim/SC . Safra 2007/2008. Acervo do autor



Transporte dos trabalhadores da maçã para suas residências no bairro Madre Paulina – São Joaquim/SC Safra 2007/2008. Acervo do autor

Na região de Vacaria, segundo Mujica (2001), as condições de transporte e trabalho não diferem muito das que presenciamos nas regiões produtoras catarinenses.

“A imagem do “trabalhador rural da maçã” revela condição de “bóia-fria”, deslocando-se para os pomares em condições precárias, geralmente transportados em caminhões sem nenhuma segurança, saindo bem cedo de sua casa para cumprir longas jornadas de trabalho, enfrentando as intempéries do clima e fazendo as refeições a céu aberto, retornando depois de quase doze horas para sua casa.” (MUJICA, 2001 pg. 31)

Uma opinião recorrente entre os entrevistados é que a situação do trabalhador da maçã melhorou com o tempo; entre os relatos colhidos, situações de trabalhadores correndo da fiscalização por não terem carteira assinada e de problemas de saúde envolvendo o grande uso de agrotóxicos estão ficando mais raros.

No caso dos agrotóxicos, devido às iniciativas de exportação da maçã brasileira, os pomares precisam seguir diversas exigências para terem seus frutos aceitos, em especial, no mercado Europeu. O principal resultado desse processo é a diminuição do uso de produtos químicos, com a Produção Integrada de Maçãs, ou em menor quantidade, a maçã ecológica.

Quanto ao registro em carteira dos trabalhadores, novamente segundo relatos dos sindicatos, a fiscalização se tornou muito mais constante na última década, com maior atuação do Ministério do Trabalho, em conjunto com os sindicatos de cada município. Esse trabalho visou combater principalmente a prática de terceirização da colheita, processo em que os proprietários contratavam outra empresa, que contratava os trabalhadores, não se responsabilizando pelas condições de trabalho desses; a falta de registro em carteira, quando muitos recebiam por dia trabalhado, não mensalmente; e a fixação de um rendimento base em cada município.

A remuneração dos trabalhadores é acertada em acordos entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato Rural, patronal, de cada município. Em

Fraiburgo o rendimento médio na safra 2007/2008 ficava entre 400 e 450 reais, incluindo fixo e porcentagem pela produção; já em São Joaquim, o mínimo estipulado em acordo pelos sindicatos ficou em 410 reais mensais. (RIBEIRO, 2008 e PEREIRA, 2008).

Outro fato bastante comum envolvendo os relatos sobre a mão de obra, é a referencia a trabalhadores temporários que chegam as cidades no período de safra e de alguma forma acabam se alojando permanentemente no município. Em muitos casos, alega-se que, mesmo só possuindo ocupação durante alguns meses no trabalho com a maçã, em seus municípios de origem a situação seria pior. Alguns bairros são apontados pelos entrevistados como de crescimento recente e ligados principalmente a trabalhadores da maçã, como Madre Paulina em São Joaquim e o Nossa Senhora Aparecida em Fraiburgo. (RIBEIRO, 2008 e PEREIRA, 2008) Segundo presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fraiburgo, as empresas transportam os trabalhadores de volta a suas cidades, mas após criarem alguns contatos no município, retornam de em safras seguintes. (RIBEIRO, 2008)

O treinamento dos trabalhadores é realizado basicamente pelas próprias empresas e, no caso dos pequenos produtores, a Estação Experimental de São Joaquim oferece curso de profissionalização em maçã, na qual os fruticultores são treinados em aspectos relacionados desde a implantação de pomares até a comercialização.

Além dos dados oficiais divulgados pela ABPM, Sindicatos e órgãos oficiais, buscamos informações sobre a realidade da mão de obra no setor da maçã em fontes pouco ou nada lembradas pela bibliografia já disponível sobre o tema. Entre conversas informais com trabalhadores e antigos moradores das regiões produtoras, destacamos a longa entrevista realizada com o Senhor Sebastião da Silva, filho de agregado em grande fazenda da gado da região, Sebastião trabalha a mais de 20 anos em pomares de maçã no município de São Joaquim.

Segundo nos relatou:

“o pai era empregado, eu trabalha assim 1 ou 2 dias por semana quando precisava, ajudava o pai na roça (...) naquele tempo, nós vivíamos melhor que hoje com o salário, porque daí produzia pra nós o queijo, as vacas eram do fazendeiro, mas o leite era nosso (...) nos plantávamos lavoura, tinha feijão, milho (...)

Meu pai morou 42 anos com eles, quando vieram embora pra cidade, tinha umas 12 cabeça de gado, 15 ou 20 ovelhas. Gado não podia ter mais de 10, mas passava um pouco, se passava muito tinha que vender.” (SILVA, 2008)

Apesar das lembranças positivas do período na fazenda, quando indagado sobre as diferenças entre os trabalhos na fazenda de gado e os pomares de macieiras, Sebastião nos responde prontamente:

“é melhor trabalhar no pomar porque a gente tem hora pra pegar e largar, no sitio saltava 3:30h pra tirar leite (...) você saia pro campo, se não achava uma vaca, não tinha hora pra voltar (...) a vida na fazenda é mais explorada, quem trabalha na fazenda envelhece mais cedo” (SILVA, 2008)

Se, por um lado, o primeiro relato destaca a vantagem de possuir parte da produção obtida com seu trabalho, comum nas relações produtivas que vigoravam na região durante um longo período, sua segunda resposta, relativa às vantagens do trabalho nos pomares, prioriza certas “regalias” do trabalho assalariado, além de apontar uma opinião pessoal quanto a qual forma de trabalho seria mais desgastante ao longo dos anos para os trabalhadores.

Após sair da fazenda de gado aos 27 anos, Sebastião arrumou trabalho na Hiragami, empresa de imigrantes japoneses que produziam principalmente batata e hoje atuam no setor da maçã. Após um período recebendo apenas pelas horas trabalhadas e trocando de empregos, foi trabalhar nos pomares de macieiras da Amarely, onde permanece nos últimos 17 anos. Segundo ele, “lá é “pegado”, mas nós estamos acostumados com o sitio (...)chegava em casa precisava fazer massagem nas costas porque não aquetava” (SILVA, 2008).

Entre outros relatos que demonstram pontos importantes para nossa pesquisa, Sebastião se lembra de quando seu pai deixou a fazenda de gado, após 42 anos de trabalho, sendo aconselhado por pessoas da cidade para que processasse seu antigo patrão, pois não obterá nenhuma forma de indenização ou semelhante; apenas o gado, ovelhas e galinhas que lhe pertenciam foram levados como herança do trabalho na fazenda. No entanto, para seu pai, as pessoas não entendem que a relação entre o patrão e ele era diferente. Recorda também que todo período de final de ano, próximo às festas, o antigo patrão ordena o abate de uma cabeça de gado, ou porco, e a entrega para o seu pai, de idade bastante avançada, em forma de agradecimento, demonstrando essa forma diferente de entendimento entre o fazendeiro e seu ex-agregado, bastante distinta da relação patrão e empregado atual. (SILVA, 2008)

Quanto à mão de obra temporária, Sebastião, que chefia um grupo de aproximadamente 50 na colheita, relata:

“Agora estão vindo umas 4 vezes por ano, vem ficam 40 ou 50 dias, daí voltam e já trazem outra equipe, no mesmo agenciador. Ficam uns 5 dias em casa, depois voltam pra colheita da fuji, uns 120 gaúchos pra colheita da fuji. Daí da uma parada de 15 dias, daí tem a poda, vem uns 35 ou 40 pra poda (...)” (SILVA, 2008)

Entre os problemas enfrentados pelos “gaúchos”, Sebastião aponta o difícil acesso a mercadorias simples, como cigarro ou erva mate, que precisam ser compradas de seus chefes, com acréscimo médio de 30 a 40% do valor normal. Prática bastante comum⁴⁰ e diversas vezes relatada em estudos sobre o trabalho no campo brasileiro.

⁴⁰ Apesar de freqüente, não consideramos aqui uma prática justa ou aceitável, trata-se apenas de focar em nossos objetos de análise. Consideramos que a situação dos trabalhadores do setor madeireiro, por si só, poderiam ser objeto de estudos mais detalhados no futuro.

4. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO

“Nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período histórico, como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço.”

Milton Santos

4.1 DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS PRODUTORAS DE MAÇÃ NO SUL DO BRASIL

A diferenciação regional utilizada nesse estudo é distinta daquelas definições utilizadas pelo IBGE ou mesmo pelos Governos Estaduais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, portanto, consideramos necessário um maior esclarecimento sobre os fatores que foram levados em consideração em nossa divisão regional.

Segundo dados do IBGE, a produção de maçãs no ano de 2006 estava distribuída, segundo a Tabela 21, entre os municípios produtores de Santa Catarina. Comparando esses dados com um mapa de localização dos municípios, demonstramos como a produção da maçã catarinense está organizada principalmente em duas regiões produtoras polarizadas pelos municípios de Fraiburgo e São Joaquim.

No entanto, consideramos que a diferenciação regional é mais complexa do que a simples localização geográfica próxima de algumas cidades e pólos de produção; essa diferenciação ocorre por fatores climáticos, estrutura fundiária, estrutura produtiva, a distribuição das cultivares e suas distintas formações sociais⁴¹.

⁴¹ Conforme demonstrado, em parte, no tópico anterior.

Na região de Fraiburgo, o cultivo da macieira é geralmente realizado em propriedades de grande porte, no entanto, em pequenas parcelas com menos de 10 hectares cada. Os plantios são mistos, com cultivares diferentes, utilizando basicamente os espaçamentos 4,5m x 1,5m (1.480 plantas/ha) e 4,0 m x 1,0 m (2.500 plantas/ha). As cultivares predominantes são Gala e Fuji, com uma tendência à diminuição da segunda devido à baixa adaptação ao clima da região. Já os pequenos produtores possuem em média de 1 a 5 hectares e plantam variedades como Condessa, Eva e Princesa, bem adaptadas à região e de colheita precoce, o que garante a colocação da produção no mercado no início da safra, quando ocorre uma baixa oferta do produto. (EPAGRI,2003)

TABELA 21 – Produção catarinense de maçãs por município, 2006.

Município	Produção (t)
Fraiburgo	181.435
São Joaquim	118.450
Lebón Regis	33.531
Bom Jardim da Serra	29.044
Monte Carlo	27.872
Água Doce	22.080
Bom Retiro	20.484
Urubici	12.478
Urupema	10.000
Lages	7.942
Santa Cecília	7.524
Outros	25.825
Total Santa Catarina	496.665

Fonte: IBGE.

Em São Joaquim, os cultivos também são mistos, com as variedades Gala e Fuji, mas com uma maior proporção da segunda, bem adaptada ao clima da região. Os plantios utilizam os espaçamentos de 6,0m x 4,0m (417 plantas/ha) e 6,0m x 3,0m (555 plantas/ha), no entanto existe uma minoria de pomares com espaçamentos

de 5,0m x 2,0m (1.000 plantas/ha) e 4,0m x 1,0m (2.500 plantas/ha), geralmente pertencentes a médios proprietários associados a cooperativas ou empresas de outras regiões (Vacaria-RS e Fraiburgo-SC) (EPAGRI,2003).

Quanto aos produtores, os municípios de São Joaquim, Urupema, Bom Jardim da Serra e Urubici contavam com 1.211 produtores em 2003; desses, apenas cerca de 300 estão ligados a alguma cooperativa.

Na região produtora de Vacaria – RS predominam os médios e grandes plantios, atualmente em processo de reconversão⁴². Devido ao grande aumento da área plantada entre 1986 e 1992 na região, muitos pomares já possuem idade avançada, perdendo em produtividade para os pomares adultos em plena produção.

Os novos plantios também são feitos com cultivares mistas e com predomínio de clones da cultivar Gala, incluindo aqui maior presença de cultivares modernas e de grande aceitação em mercados externos, como por exemplo, Kiku Brak, Pink Lady, Mollies e Braeburn. Há predomínio de plantios no espaçamento 4,5 m x 1,5 m (1.480 plantas/ha) e 4,0 m x 1,0 m (2.500 plantas/ha), além de elevada proporção de pomares em Alta Densidade (2.500 a 4.000 plantas/ha), principalmente no eixo Vacaria – Bom Jesus. (BRDE, 2005)

⁴² Substituição de pomares antigos por pomares novos.

**MAPA 1 – PRODUÇÃO DE MAÇÃS EM SANTA CATARINA:
AS REGIÕES DE FRAIBURGO E SÃO JOAQUIM.**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE
MAÇÃ EM SANTA CATARINA, SAFRA 2006

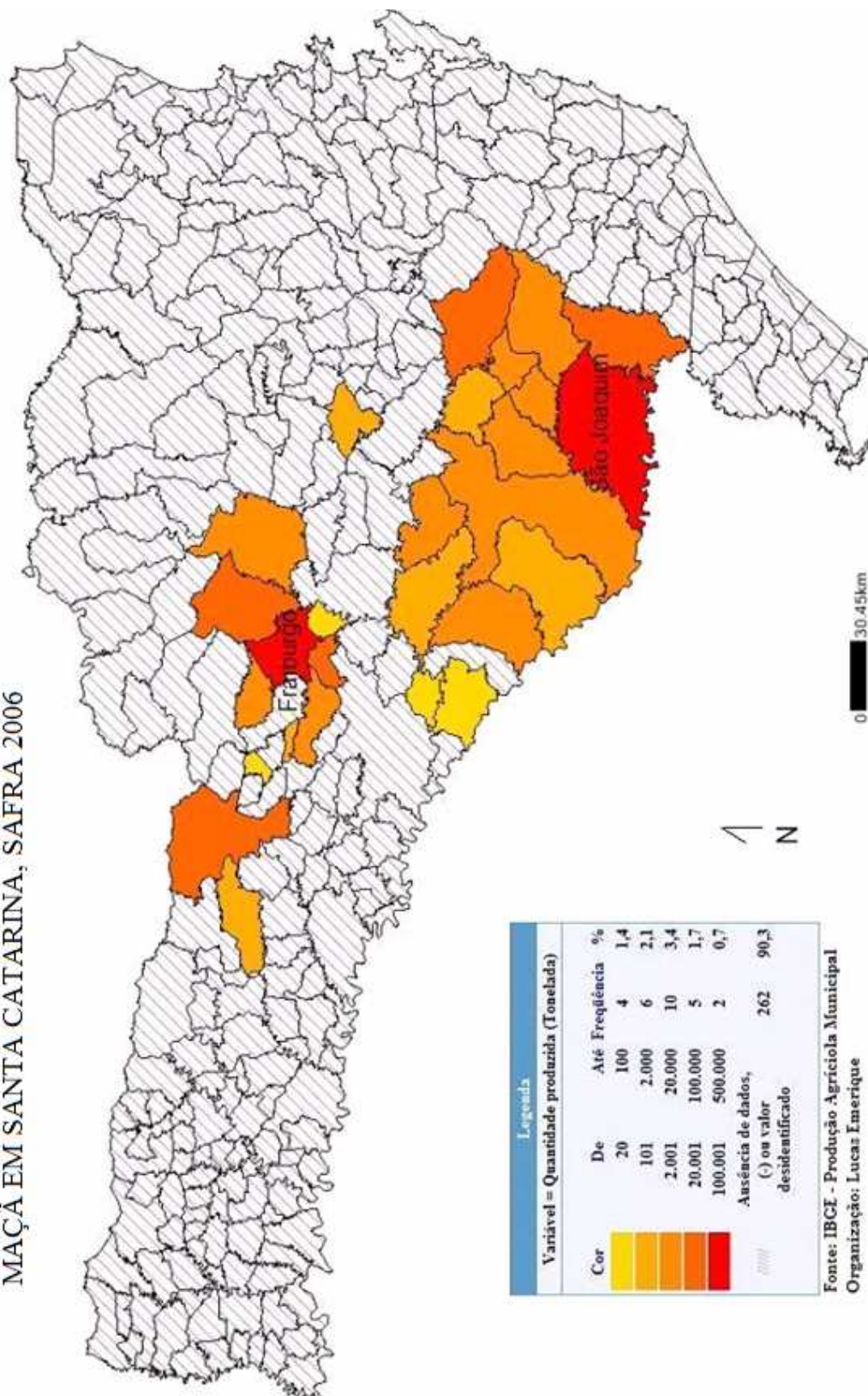


TABELA 22 – Produção gaúcha de maçãs por município, safra 2006

Município	Produção (t)
Vacaria	145.248
Caxias do Sul	66.300
Muitos Capões	30.000
São Francisco de Paula	13.750
São José dos Ausentes	13.350
Bom Jesus	11.700
Monte Alegre dos Campos	11.700
Outros	35.663
Total Rio Grande do Sul	328.091

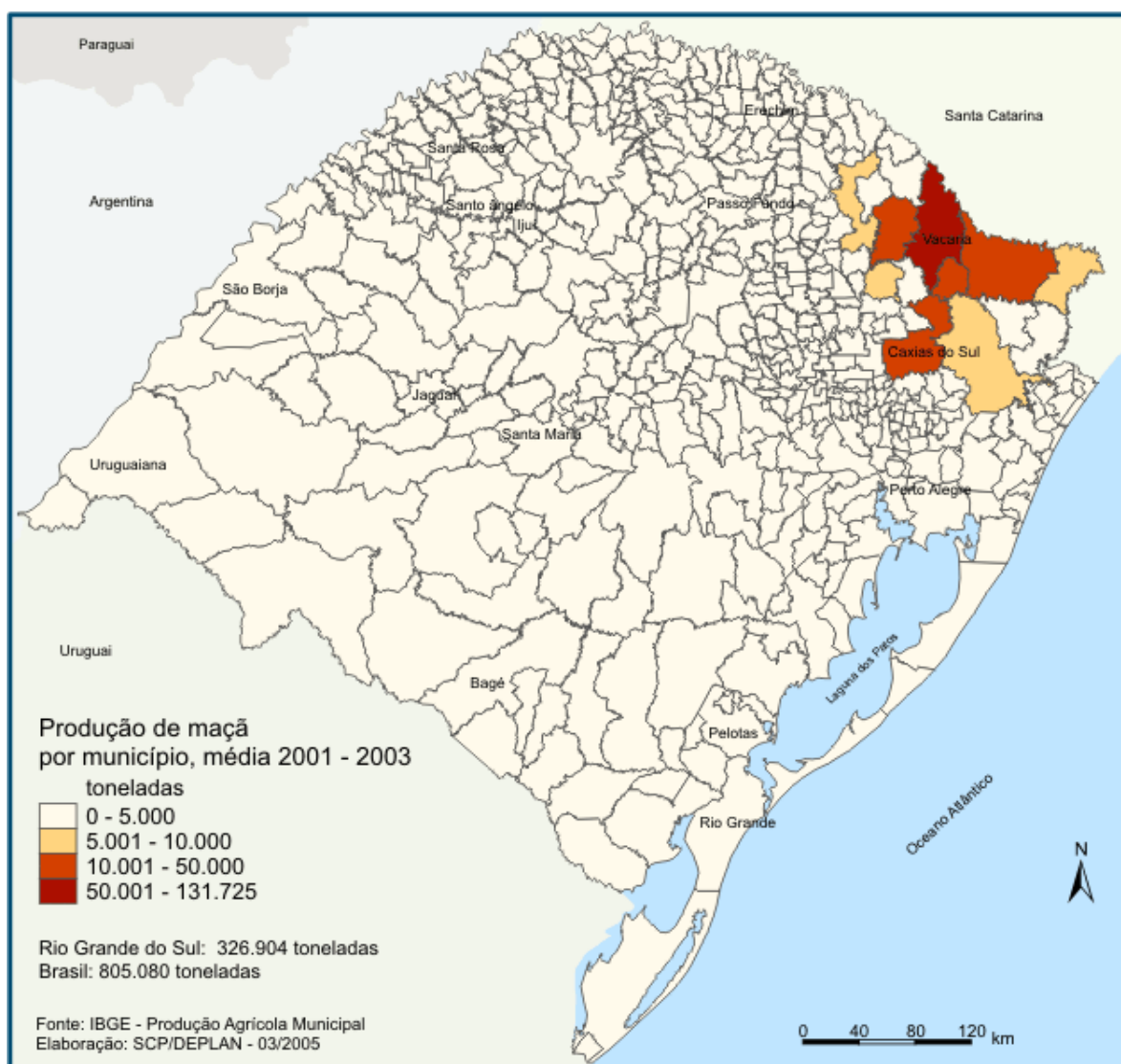
Fonte: IBGE

Exceção à regra de “região agroindustrial”, o município de Caxias do Sul parece desenvolver em suas terras uma pequena produção de maçãs também em terras gaúchas. Segundo levantamento da Secretaria da Agricultura de Caxias do Sul, citado pelo BRDE em seu recente estudo (2005), dos mais de 200 produtores de maçã do município, segundo maior produtor de maçãs do estado, 55% possuem menos de 5 hectares de macieiras e apenas 2,8 % deles possuem mais de 50 hectares. (BRDE, 2005).

No entanto, Caxias do Sul não recebeu de nosso estudo tamanha atenção quanto àquelas três grandes regiões⁴³ produtoras que tentamos caracterizar aqui, devido a alguns fatores, como a pequena representatividade na quantidade produzida; por não formar, junto a algum município vizinho uma região produtora de características semelhantes as demais; e devido ao fato de o setor macieiro e a riqueza gerada pela sua produção, não afetar, nem influenciar, de forma tão significativa, o desenvolvimento econômico e social desse município. Consideramos assim, ao longo desse estudo, a região de Vacaria como representante das áreas produtoras de maçã no estado do Rio Grande do Sul, sem esquecermos a heterogeneidade dessa região.

⁴³ Fraiburgo, São Joaquim (SC) e Vacaria (RS).

MAPA 2 – PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO RIO GRANDE DO SUL: A REGIÃO DE VACARIA



4. 2 - AS DIFERENTES FORMAÇÕES SOCIAIS DAS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS E AS ESTRATÉGIAS LOCACIONAIS DAS EMPRESAS.

As duas principais regiões produtoras de Santa Catarina, Fraiburgo e São Joaquim, responsáveis pela maior parte da produção de maçã no estado, são muito diferentes em relação à estratificação das propriedades. Segundos levantamentos da Epagri de 1999, Fraiburgo e alguns municípios vizinhos⁴⁴ caracterizam uma região marcada pela presença das agroindústrias, com maior área plantada (8.323 ha) e menor número de proprietários, cerca de 352, propiciando uma área média de 23,6 ha/prop, diferentemente da região de São Joaquim, local de pequenos e médios produtores, que possuía 4.475 ha de área plantada e 1.119 produtores, tendo uma área média de 5,2 ha/prop (EPAGRI, 1999).

A região de São Joaquim possui um clima típico de montanha, com grande amplitude térmica entre o dia e a noite, propiciando a produção de frutos de ótima qualidade e maior produtividade. As plantas são bem adaptadas, com bom desenvolvimento foliar e produtivas. Entretanto, a região possui topografia bastante acidentada e com afloramento de rochas, o que dificulta a instalação de grandes áreas contínuas de macieiras.

A região de Fraiburgo, por outro lado, detém uma topografia levemente ondulada, com solos profundos e pouca formação de rochas, muito adequado a pomicultura. Assim, foi possível a implantação de pomares extensivos, alguns com mais de 1000ha, que pertencem as grandes empresas. Devido ao inverno menos rigoroso, os produtores da região dependem de produtos químicos para viabilizar a produção. As plantas, por sua vez, são menos adaptadas.

Após um período de acumulação de capitais em Perdizes (atual Videira), os irmãos Frey adquirem as terras do Campo da Dúvida (atual Fraiburgo) da família Ramos. Os antigos posseiros foram expulsos e os investimentos em reflorestamento, urbanização e fruticultura, realizados nos anos 60, foram todos controlados diretamente ou indiretamente pela firma dos irmãos. A chegada dos

⁴⁴ Destaque para Monte Carlo e Lebon Régis.

Frey representou o investimento de capitais acumulados em uma região de pequena produção mercantil em uma área de transição entre o latifúndio e a pequena propriedade (atual município de Fraiburgo), ou seja, a entrada de uma mentalidade empreendedora-capitalista representada pelos Frey num local caracterizado por relações não capitalistas de produção.

A atuação do Grupo Frey também favoreceu o desenvolvimento da cultura da maçã na região devido o surgimento da Safra (em parceria com os franco-argelinos), a inclusão da maçã na Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento e na execução, pelo Governo Estadual, de um programa amplo de apoio a Fruticultura – PROFIT. Com o apoio político dos Frey e os incentivos governamentais, a região de Fraiburgo passou a receber diversos investimentos na implantação de pomares com macieiras, realizados por grandes empresas como Nodari S/A , Perdigão, Tecnovin, Porto Belo, Fischer entre outras.

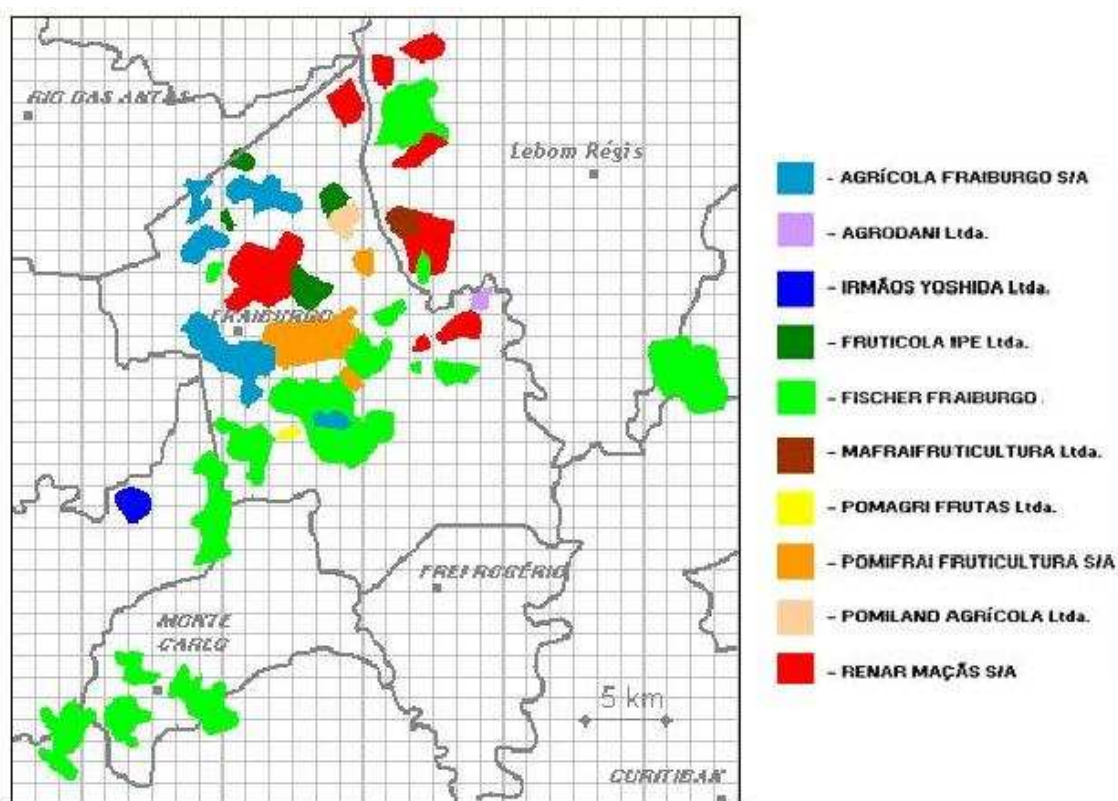
No período posterior, de abertura econômica e incentivos gradativamente reduzidos pelo Poder Público, algumas empresas se retiraram do setor, enquanto outras puseram em prática uma estratégia de aquisição de companhias de forma a aumentar a escala de produção. Utilizando seus contatos empresariais, os Frey intermediaram algumas transações de propriedades na região, como a aquisição dos pomares pertencentes a Perdigão pela empresa Fischer e a compra das terras de Hubert Gregg pelo grupo Porto Belo, ambos os negócios intermediados por Willy Frey (FREY,2004).

Em meados dos anos 90, quando o Grupo Fischer despertou o interesse de produzir suco de maçãs, a Tecnovin já possuía uma indústria de suco concentrado em Fraiburgo (além das unidades no Rio Grande do Sul); como a implantação de uma segunda fábrica poderia comprometer um suficiente fornecimento de matéria prima para as duas empresas, a Fischer adquiriu as estruturas da Tecnovin em Fraiburgo, a qual passou a operar apenas no Rio Grande do Sul. Controlando a maior parte da produção brasileira de sucos concentrados de maçã, a Fischer e a Tecnovin têm suas fábricas abastecidas com frutas de suas respectivas regiões (Fraiburgo e Vacaria), além de adquirirem parte da matéria prima de pequenos e médios produtores da região de São

Joaquim, onde não existe nenhuma empresa de grande porte de industrialização da maçã.

Devido ao trabalho da Anti Granizo Fraiburgo, existe um levantamento das áreas de pomares na região de Fraiburgo, algo ainda inexistente em outras regiões, esses pomares estão organizados conforme a seguir:

Mapa 3: Pomares da região de Fraiburgo segundo empresas:



Fonte: Anti Granizo Fraiburgo, 2008.

O desenvolvimento da produção na região de São Joaquim está relacionada ao forte apoio estatal (PROFIT), à facilidade de acesso ao crédito rural na década de 70 e às condições naturais propícias à cultura da macieira. Região outrora caracterizada apenas pelas grandes fazendas de gado, viu seu perfil parcialmente alterado devido ao processo de sucessão da propriedade, também acentuada com a chegada de correntes migratórias de origem japonesa. As alterações econômicas na região viriam a aparecer mais decisivamente com a atividade madeireira e posteriormente com a fruticultura de clima temperado.

Sua caracterização como região dos pequenos e médios produtores foi mantida, apesar da relativa diminuição do número de produtores, graças ao surgimento de cooperativas que organizaram e garantiam a comercialização da produção, com destaque para a Sanjo e a Cooperserra. Devido à localização privilegiada de seus associados, essas cooperativas conseguem atingir altas taxas de produtividade e de qualidade em seus produtos, principalmente em maçãs da cultivar Fuji, que, segundo alguns relatos, tem melhor desempenho em São Joaquim do que nas áreas produtoras do Japão, local de onde a cultivar é originária.

Com o sucesso das técnicas aplicadas em Fraiburgo e São Joaquim, a produção de maçãs passa a receber investimentos de diversos grupos econômicos, de origens diversas. Na região Nordeste do Rio Grande do Sul, especialmente no município de Vacaria, a tradicional pecuária extensiva começa a ter suas áreas ocupadas por grandes pomares de macieiras. Segundo Mujica (2001 pg.20):

“Os pecuaristas, na sua maioria produzem gado de corte de forma extensiva, que é passada de forma tradicional de pai para filho (as queimadas de campo). Os fruticultores, principalmente os produtores de maçã, embora sendo um cultivo novo, têm um rendimento por hectare dez vezes maior que a pecuária(…)”

Dessa forma, o aumento dos grandes pomares em Vacaria ocorre paralelamente à crise da pecuária no final dos anos 1980, quando as facilidades de financiamento acabaram e muitos fazendeiros quebraram.

Do mesmo modo que as áreas latifundiárias catarinenses, os grandes capitais investidos no setor da maçã no Rio Grande do Sul tiveram origem externa à região, ou, no caso da Schio (que iniciou no setor de transporte), de atividades distintas da tradicional pecuária.

Anteriormente reduto de pequenos pomares caseiros e de baixa produtividade, as áreas produtoras gaúchas passam por grande transformação

nas décadas de 1980 e 1990, com a instalação de grandes empresas e passando a representar uma média de 40% da produção nacional em diversos anos, com maior produtividade que os pomares catarinenses.

4.3 - COMERCIALIZAÇÃO E MERCADOS

Embora a maçã brasileira venha gradativamente ganhando espaço no mercado internacional, cerca de 85% da produção nacional destina-se ao consumo interno, dos quais, aproximadamente quatro quintos ao consumo *in natura*, sendo comercializada em todo o País, principalmente pelas grandes redes de supermercados e pelas centrais de abastecimento.

Segundo classificação baseada em Araújo (2003) realizada pelo BRDE (2004), o processo de comercialização da maçã brasileira se dá em sete níveis:

- 1) Produtores: normalmente sem acesso ao consumidor final
- 2) Intermediários: aos quais os pequenos produtores, não associados a cooperativas ou agroindústrias, vendem sua produção. Os intermediários estabelecem o preço, geralmente baixo, e sem classificação, aproveitando a dificuldade que pequenos produtores têm para comercializar sua produção. Geralmente o produto é comercializado em cidades de pequeno e médio porte, além de bairros populares das grandes cidades.
- 3) Agroindústria: com produção própria e a aquisição da produção de pequenos produtores melhor localizados, possuem toda a estrutura de classificação e armazenagem para garantir a disponibilidade da fruta durante todo o ano. As agroindústrias se dividem em:

- a) Cooperativas: processam e comercializam a produção de seus associados, possuindo marcas próprias.
 - b) Grandes empresas: grandes produtoras de maçã, e grandes compradoras da produção de pequenos e médios produtores. Possuem equipamentos modernos e são as maiores responsáveis pelo volume comercializado, tanto no mercado interno, principalmente Região Sudeste, como exportação.
 - c) Indústria: adquire a produção que não possua qualidade para venda in natura, utilizadas para fazer vinagre, suco, etc.
- 4) Centrais de abastecimento: onde às médias e grandes empresas comercializam parte da produção. A principal delas, historicamente, é a CEAGESP.
 - 5) Redes de supermercados: geralmente abastecidos pelas grandes empresas ou pelas maiores cooperativas.
 - 6) Mercado externo: utilizando de parcerias para a comercialização, inclusive com grandes redes de supermercados, as agroindústrias exportam a melhor parte da sua produção.
 - 7) Consumidores: são abastecidos principalmente pelos agentes que atuam a partir do nível 4 de comercialização.

Fonte: BRDE, 2004

Conforme abordamos no capítulo 2 e 3, as agroindústrias possuem grande estrutura de armazenagem a frio para garantir a comercialização ao longo de todo o ano. Já os pequenos produtores ficam sujeitos aos preços oferecidos no período da safra, sempre os menores do ano.

A produção dos pequenos produtores pode ser adquirida por grandes empresas, no caso de eles possuírem localização privilegiada ou acordos de

integração (ainda raros) com as empresas. A produção passa por um processo de classificação e o produtor recebe conforme a qualidade do produto.

Os pequenos produtores mais isolados acabam por comercializar toda sua produção com intermediários, que podem ser distribuidores autônomos ou atacadistas, a produção é vendida posteriormente a granel, sem classificação, geralmente em regiões de baixo poder aquisitivo.

No vídeo “A realidade do comércio da maçã da Serra Catarinense” realizado pela AMAP – Associação de Produtores de maçã e pêra de Santa Catarina (2007) denuncia-se a grande diferença de preços pagos para os produtores em relação ao preço final da fruta para o consumidor. Segundo a AMAP, no ano de 2006 o preço médio da Gala Categoria 1 pago aos pequenos produtores de São Joaquim foi de R\$ 0,34, enquanto o preço médio da venda do mesmo chegava a R\$ 2,63. (AMAP, 2007)

No mercado brasileiro o aumento do consumo de maçã enfrenta dois obstáculos importantes: a alta disponibilidade de outras frutas frescas (banana, laranja, mamão, manga, abacaxi etc), que chegam ao mercado em volumes maiores e preços mais acessíveis; e por outro lado, o baixo nível de renda da população, que impede um maior consumo.

Segundo estudo de Hoffman, (2000 apud BRDE, 2004) o consumo da maçã é mais influenciado pela variação de renda do consumidor do que outras frutas frescas, como banana e laranja. A maçã é um tipo de fruta que o consumo cresce mais rapidamente depois de o consumidor atingir certo nível de renda.

Por possuir maior valor, a maçã se destaca na comercialização nos centros atacadistas em relação a outras frutas. Em 2006, na CEAGESP, a maçã foi a 1ª fruta em valor de comercialização, aproximadamente 235 milhões de reais, perdendo em volume apenas para o tomate. Os altos preços praticados no varejo, comparados aos que são pagos aos produtores, indicam uma alta taxa de lucro na comercialização (AMAP, 2007).

A substituição das importações, conforme já abordado no capítulo 2, aconteceu gradativamente, acompanhando o grande aumento na quantidade e na

qualidade da produção nacional. No entanto, no período 1994-98, devido à valorização cambial do Real perante o dólar, as importações tiveram grande impulso, com o aumento do consumo e baixo preço.

TABELA 23: Importação e consumo brasileiro de maçãs 1994 - 2004

Ano	Importações		Consumo Kg Hab/Ano
	Volume (t)	Valor FOB (US\$ mil)	
1994	87.686	47.784	3,40
1995	245.032	87.550	4,74
1996	324.780	87.618	5,56
1997	120.281	57.253	4,86
1998	125.166	55.442	5,21
1999	66.377	27.183	4,59
2000	43.651	21.136	5,58
2001	80.374	29.232	4,38
2002	53.487	17.957	4,80
2003	42.363	15.764	4,60
2004	42.478	19.893	5,00

Fonte: DECEX, SECEX SERPTO, BRDE, FAO

Conforme os dados apresentados, o volume de importações que já era bastante reduzido em 1994 apresentou forte alta nos anos seguintes, atingindo o recorde histórico em 1996, com 324.780 toneladas e consumo de 5,56 Kg Hab/Ano. Os dois anos seguintes mantiveram o alto consumo, mas já demonstram uma grande queda nas importações, devido em parte ao aumento da produção nacional.

A partir de 1999, com a desvalorização cambial, o volume e os valores gastos com a importação retomaram seu processo histórico, reduzindo gradativamente, com oscilações causadas pelas condições climáticas que as safras brasileiras enfrentavam ano a ano.

Após ocupar o mercado interno com a fruta nacional, desalojando as importações, reservando a elas pequenos nichos de mercado, e devido ao grande aumento da produção, a maçã brasileira passou a disputar mercados internacionais com seus antigos concorrentes. Nas grandes safras de 2000 e 2004, o volume de exportação foi responsável por segurar os preços da fruta no

país a níveis razoáveis e garantir a colocação do excesso de produção nos mercados.

Conforme constatou estudo do BRDE (2004), considerando o mercado interno e a capacidade de produção dos pomares brasileiros, a expansão da área plantada só se justifica em função dos incrementos nas exportações.

As exportações brasileiras concentram-se no primeiro semestre de cada ano, durante a safra brasileira e a entre safra dos produtores do hemisfério norte. Após 31 de Julho, a exportação torna-se menos rentável com o início da colheita na Europa.

As exportações destinam-se principalmente aos países da União Européia, concorrendo com as frutas da Argentina, África do Sul e, principalmente, Nova Zelândia por esse mercado. Esses países se agilizam para na primeira metade de cada ano, ocupar uma parte do limite imposto por normal da OMC – Organização Mundial do Comércio, de 650 mil toneladas de maçã, as quais a Europa importa de países do hemisfério Sul sem incidência de tributação. Dessa forma, problemas de infra-estrutura e de logística⁴⁵ nas exportações costumam resultar rapidamente em perda na participação e remuneração menor da maçã brasileira. (BRDE,2004)

TABELA 24: EXPORTAÇÃO DE MAÇÃS BRASILEIRAS, 2003 – 2007

Ano	Produção (t)	Exportação		
		Volume (t)	Valor FOB (US\$)	Preço Médio (US\$/Kg)
2003	841.821	76.467	37.836.864	0,49
2004	980.203	153.043	72.549.960	0,47
2005	850.535	99.332	45.771.992	0,46
2006	863.019	57.153	31.918.839	0,56
2007	848.280	112.070	68.612.615	0,61

Fonte: IBGE/SECEX/AGAPOMI. Elaboração do autor.

⁴⁵ Os problemas de logística vem se agravando nos últimos anos, como a falta de contêineres refrigerados para a exportação.

As barreiras impostas pelos países do Hemisfério norte para as exportações brasileiras se dividem em três categorias: tarifárias, sanitárias e tecnológicas. Dentre essas, as sanitárias são as que impõem maior dificuldade, devido à dificuldade de garantir um produto 100% livre de determinadas pragas (BRDE,2004)

Os frutos destinados a exportação devem possuir ótima qualidade, tanto em coloração quanto calibre, o que nem sempre é obtido no país. Em 2004, por exemplo, a Agropecuária Schio não atingiu suas metas de exportação por falta de frutas que atendessem ao calibre exigido pelos europeus (BRDE, 2004).

Em 2007 o valor alcançado pela fruta nacional (0,61 US\$/Kg) foi o maior da história, no entanto, devido ao baixo valor cambial esse resultado não foi tão sentido pelos exportadores brasileiros. A recente valorização do Real perante o Dólar se mostrou preocupação freqüente entre os entrevistados.

A maior participação nas exportações é da variedade Gala, com cerca de 78%, seguida da Fuji com 18%, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul representaram juntos 99,48% das exportações, participando com 50,72% e 48,77% respectivamente. (AGAPOMI, 2008).

Entre as empresas exportadoras, destacam-se, seguindo a proporção da fruta própria exportada: Frutirol (100%), Renar (42%), Schio⁴⁶ (30%), Lazzeri (25%) Fischer (20%), Rasip (20%), Pomifrai (19%) e Agrícola Fraiburgo (15%).(BRDE,2004). Com exceção da Frutirol, uma empresa relativamente nova e pequena, criada em Vacaria no final dos anos 90 para atender o mercado externo, as grandes exportadoras são as agroindústrias do setor macieiro, com reduzida participando das cooperativas de São Joaquim.

⁴⁶ Maior exportadora brasileira em volume total, tem parceria na Europa com a empresa TFC Holland D.V.

Tabela 25 - Os principais destinos da maçã exportada, em 2007

País	Participação (%)
Holanda	30,20%
Inglaterra	15,04%
Espanha	11,11%
França	7,52%
Portugal	7,29%
Outros	28,84%

Fonte: AGAPOMI

Além da União Européia, as exportações tem aumentado para o mercado Asiático e para o Canadá, o qual passou a importar maçãs brasileiras em 2004, após longo processo de negociação.

A produção é escoada historicamente pelos portos de Itajaí-SC e Rio Grande-RS, com participação de 44,80% e 33,12% respectivamente, com crescimento recente de Paranaguá-PR (15,38%) e pequena participação de São Francisco do Sul-SC (6,7%), considerando a safra de 2007 (AGAPOMI,2008).

Segundo estudo anual “Word Trade Report” sobre a competitividade dos países produtores de maçã, o Brasil ocupou, em 2007, no Ranking geral, a 14ª posição⁴⁷, subindo duas posições em relação a 2006. Comparando a colocação brasileira com seus principais competidores do Hemisfério Sul, Chile, África do Sul e Nova Zelândia possuem situações mais favoráveis, enquanto a Argentina ocupa uma posição abaixo do Brasil (AGAPOMI,2008).

O processo de substituição da maçã importada no mercado interno e a conquista de mercados para a exportação resultaram na inversão da tradição histórica de déficit na balança comercial brasileira correspondente a maçã⁴⁸, considerando o período 1994-98 como atípico devido ao cambio, o setor macieiro vem demonstrando uma tendência de superávits constantes, mesmo considerando a grande variação ano a ano causada pelas condições climáticas.

⁴⁷ Nessa avaliação, o Brasil teve um bom desempenho nos itens de eficiência de produção e infraestrutura (7º lugar) e apresentou pior desempenho no item financeiro e mercado (20º lugar).

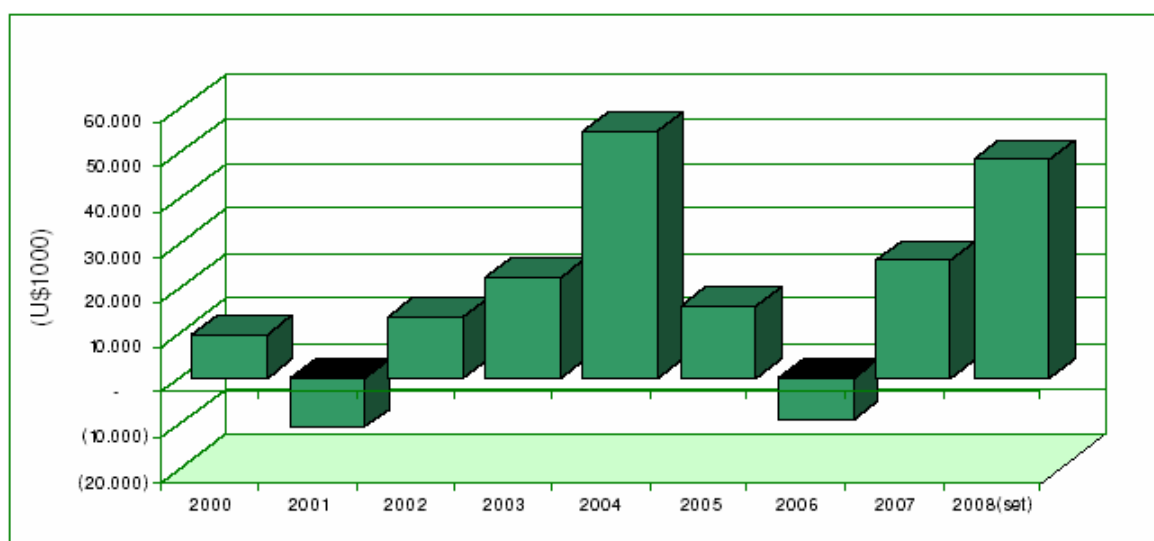
⁴⁸ Conforme já demonstrado no gráfico 1 do capítulo 2.

TABELA 26: Evolução das exportações, importações e saldo comercial da maçã brasileira pós plano Real.

Ano	Exportações		Importações		Saldo Comercial	
	Volume (t)	Valor FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor FOB (US\$ mil)	Volume (t)	Valor FOB (US\$ mil)
1994	30.146	15.046	87.686	47.784	-57.540	- 32.738
1995	12.085	6.190	245.032	87.550	- 232.947	- 81.359
1996	3.309	1.787	324.780	87.618	- 321.471	- 85.831
1997	20.713	11.291	120.281	57.253	- 99.568	- 45.962
1998	10.706	5.667	125.166	55.442	- 114.459	- 49.775
1999	57.428	30.148	66.377	27.183	- 8.949	2.965
2000	64.479	30.756	43.651	21.136	20.828	9.620
2001	35.786	18.132	80.374	29.232	- 44.588	- 11.100
2002	65.927	31.403	53.487	17.957	12.441	13.446
2003	76.182	37.720	42.363	15.764	33.819	21.957
2004	153.043	72.550	42.478	19.893	110.565	52.658

Fonte: DECEX, SECEX SERPTO, BRDE, FAO.

GRÁFICO 5: Saldo comercial da maçã no Brasil 2000 - 2008

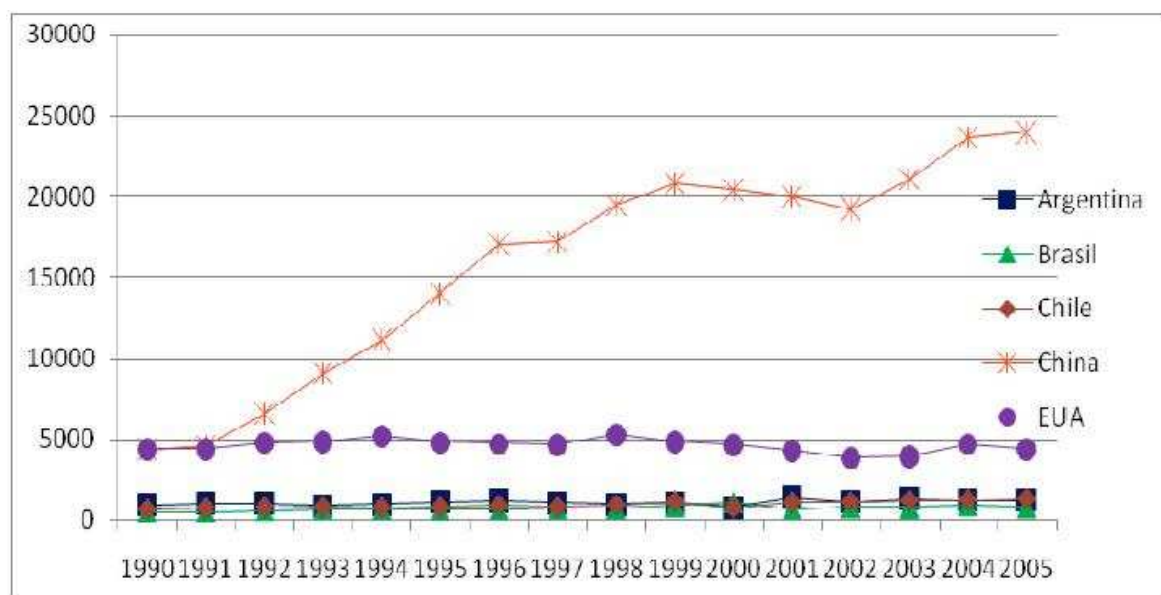


Fonte: MDIC/Secex e Epagri/Cepa.

4.3.1 Produção e comercialização de maçãs no mundo

De acordo com a FAO (2006) o mundo produziu em 2005, 63,4 milhões de toneladas de maçã. O Brasil ocupou o décimo quarto lugar na produção mundial, com 1,33% da produção do planeta. A China é a maior produtora mundial, seus pomares produziram 39,4% de toda a produção global. Os Estados Unidos são o segundo maior produtor com 6,7 % do total. Na América do Sul ocupamos a terceira posição, logo atrás do Chile e da Argentina.

GRÁFICO 6 – Crescimento da produção de maçãs por país selecionado 1990 – 2005.



FONTE: BITTENCOURT & MATTEI, 2008

Conforme o gráfico 6, a China tem se destacado nas duas últimas décadas pelo grande crescimento na produção. O país lidera com folga a produção mundial, com aproximadamente 38,6% do total produzido, mas, apesar de crescente, possui produtividade bem abaixo dos demais grandes produtores (cerca de 13,7t / ha, contra 29,5t/ ha do Brasil). Situação que pode resultar, para o futuro, em um crescimento ainda maior da produção chinesa, quando superadas as deficiências técnicas na produção do país. (ICEPA, 2008)

Em 2004 o comércio internacional de maçãs in natura gerou 4,3 bilhões de dólares, com aproximadamente 10% da produção mundial (FAO, 2006). Apesar de a fruta ser junto com a banana, os citros e a uva, responsável por grande parte do comércio internacional de frutas, 90% das maçãs produzidas no mundo são consumidas no país de origem ou industrializadas, o que acontece com a maior parte das frutas e hortaliças. A China foi a principal exportadora, com 7,7 milhões de toneladas em 2004, seguida bem de perto pelo Chile, que enviou para fora das fronteiras, no mesmo ano, 7,4 milhões de toneladas. O Brasil ocupa a décima terceira posição com 206 mil toneladas em 2004. Os maiores importadores mundiais são, na seqüência, Alemanha, Rússia e Reino Unido. (FAO, 2006)

CONCLUSÃO

Uma das principais questões levantada por esse projeto se refere às diferenças entre as três regiões produtoras de maçã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, polarizadas pelos municípios de Fraiburgo, São Joaquim (SC) e Vacaria (RS). Busca-se entender as distinções entre a organização produtiva do setor em cada região.

A região de Fraiburgo foi inicialmente colonizada por posseiros em forma de pequenas fazendas, suas terras pertenciam oficialmente à Família Ramos, que pouco conhecia a região. A chegada dos irmãos Frey representou o investimento dos capitais acumulados em uma região de pequena produção mercantil em uma área de transição entre o latifúndio e a pequena propriedade (atual município de Fraiburgo), ou seja, a entrada de uma mentalidade empreendedora-capitalista representada pelos Frey num local caracterizado por relações não capitalistas de produção.

A influência econômica e política que os Frey passaram a ter, no distrito de Butiá Verde, posteriormente município de Fraiburgo, permitiram ao grupo atuar diretamente ou indiretamente nas atividades econômicas que viriam a ser desenvolvidas ali, entre elas a produção da maçã, atraindo grandes investimentos empresariais e intermediando negociações envolvendo grandes propriedades no município. Esse processo caracterizaria a região como sede das agroindústrias do setor macieiro, além de também sediar a principal associação do setor na atualidade, a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM).

A Região produtora de São Joaquim foi por muitas décadas caracterizada pelas grandes fazendas de gado. O processo de sucessão da propriedade viria a alterar esse perfil, fato também acentuado com a chegada de correntes migratórias de origem japonesa. As alterações econômicas na região viriam a aparecer mais decisivamente com a atividade madeireira e, posteriormente, com a fruticultura de clima temperado. Essa última contou com decisivo incentivo do poder estadual e as ótimas condições climáticas da região. A região produtora de

São Joaquim é caracterizada pelos pequenos e médios produtores, sendo que os mais organizados desses estão reunidos em algumas cooperativas

A região de Vacaria também integrou a grande formação pecuária e latifundiária que se desenvolveu nas áreas do planalto meridional brasileiro. Inicialmente seus campos naturais serviram como vastas pastagens para as tropas de gado, que posteriormente eram enviadas para comercialização na feira de Sorocaba (SP); já os pinheirais nativos abasteceram durante anos a indústria madeireira extrativa, até que suas reservas naturais se exaurissem.

O bom desempenho alcançado na produção de maçãs no estado catarinense, a disponibilidade de terras e as condições climáticas adequadas atraíram para Vacaria grandes investimentos em pomares de macieiras, inicialmente realizados pelos empresários de Fraiburgo, com apoio do poder municipal, seguidos por diversos grupos econômicos que procuravam diversificar suas atividades.

Com o forte desenvolvimento do setor em Vacaria, a região se transformaria no segundo maior pólo produtor nacional, com grandes empresas que atuam juntamente, em alguns casos competindo, com as instaladas em Fraiburgo, negociando a compra da produção de pequenos e médio produtores, e na conquista de mercados externos.

Municípios vizinhos a Vacaria presenciaram o desenvolvimento da produção de maçãs por pequenos e médios produtores, lembrando que muitos já possuíam pomares domésticos antes mesmo das experiências de Fraiburgo; no entanto, a atividade não possui para essas regiões a mesma importância que a maçã assume em São Joaquim. Em Caxias do Sul, por exemplo, a maioria dos pequenos produtores possui produção diversificada, não sendo totalmente dependentes da maçã. Da mesma forma o município, que possui uma maior diversidade econômica.

Ao ressaltar as diferenças entre as três regiões produtoras de maçã, procuramos explicitar a forma regionalizada (não homogênea) pela qual o setor macieiro se desenvolveu no Brasil, ou seja, o desenvolvimento desse setor

econômico foi fortemente influenciado pelas diferentes formações sócio-espaciais (articulada com a visão de “combinações” geográficas) onde ele ocorreu, confirmando a idéia de que a análise das especificidades de cada formação sócio-espacial ajuda a compreender melhor as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção das especificidades regionais da economia.

Outro fator destacado ao longo da pesquisa foi o papel do poder público no desenvolvimento econômico.

As políticas econômicas adotadas nacionalmente nos anos 70 e início dos 80 criaram um ambiente propício aos investimentos em novos setores, principalmente aqueles destinados à exportação ou a substituição de importações. Os incentivos fiscais para reflorestamento e o crédito rural subsidiado tiveram influência decisiva na implantação dos grandes pomares de maçã em Santa Catarina.

As políticas nacionais também influenciaram na adoção de políticas de desenvolvimento pelo Governo do Estado de Santa Catarina, centralizadas nesse setor pela coordenação do Profit, que realizava investimentos em pesquisa, extensão rural e financiamento de novos pomares.

Entre os anos de 1970 e 1982, o Estado de Santa Catarina passou de alguns poucos pomares isolados para cerca de 10.000 hectares plantados com macieiras, a maior parte destas em fase de crescimento ou iniciando a produção. Esses pomares seriam a base produtiva das próximas décadas.⁴⁹

Não podemos esquecer que o poder público foi em diversos casos utilizado pelos Frey para atingirem seus objetivos de forma a aumentar o lucro do grupo e facilitar novos investimentos na produção da maçã, tanto dos Frey como de outros grandes grupos econômicos. No entanto, a atuação do Estado no setor macieiro não se deve apenas às vontades do grupo Frey e sua influência política. O desejo

⁴⁹ De 1982 até o final da década de 90, o aumento da área plantada foi de aproximadamente 50%, no entanto o grande aumento se deu na produtividade, devido aos resultados das pesquisas. Se, em 1982 a produtividade não chegava a 10 t/ha colhidos, no fim dos anos 90 ela superava as 30 t/ha com alguns pomares beirando as 40 t/ha.

das diversas escalas de governo em promover o desenvolvimento da cultura da maçã no Brasil é anterior às experiências do grupo Safra e se baseava nos prejuízos gerados pela importação da maçã na balança comercial brasileira.

As transformações na economia brasileira, a partir dos anos 80 provocaram o fim de muitos incentivos aos produtores de maçã, forçando os pequenos produtores, e algumas grandes empresas, a abandonarem essa atividade. Assim, o setor entrou em um processo de permanente concentração e especialização da produção.⁵⁰

A diminuição do apoio estatal não impediu o grande aumento dos pomares na região de Vacaria, crescimento comandado por grandes empresas, que utilizaram as tecnologias desenvolvidas, para implantarem pomares de alta produtividade. Se a produção de maçãs em Santa Catarina teve um violento aumento na chamada década perdida (1980), o “salto” da produção gaúcha deu-se mais tarde, na década de 1990, apesar da abertura de mercado e do cambio desfavorável.

Com a gradativa diminuição dos investimentos estatais, os produtores criaram associações e passaram a atuar independentemente ou em parceria com os órgãos públicos nas políticas de desenvolvimento tecnológico.

Na busca por novas técnicas de produção que poderiam ser adaptados à realidade das regiões produtoras brasileiras, o setor nacional raramente buscou soluções na Argentina, produtora tradicional da fruta e sua principal concorrente, mas sim em centros de pesquisa espalhados pelo mundo (Japão, Israel, Itália, EUA etc) que desenvolviam as mais modernas técnicas de produção. O rápido avanço tecnológico da produção nacional permitiu ao setor manter seus níveis de comercialização no mercado nacional mesmo após o encerramento das políticas protecionistas e a total abertura a comercialização da fruta Argentina (MERCOSUL) no início dos anos 90.

⁵⁰ [...]A concentração no âmbito das empresas em relação à produção de maçãs medidas pelo C4 (...) foi de 31,11% na safra 1998/99. Cabe ressaltar que esse nível de concentração não é tão elevado quando comparado a outras cadeias agroindustriais[...] (SIMIONI & PEREIRA 2001 p.196).

O aumento das exportações enfrenta diversas dificuldades, tais como: o excesso de oferta no mercado mundial e as barreiras tarifárias, sanitárias e tecnológicas impostas principalmente pelos países do hemisfério Norte. Porém vem crescendo continuamente, com exceção aos períodos de grande valorização do Real, que vem prejudicando a competitividade do setor nacional recentemente, da mesma forma que no período 1994-97.

Ao longo de todo o processo de desenvolvimento apresentado no decorrer dessa pesquisa, a produção não parou de crescer, e quarenta anos depois da implantação do pomar experimental em Fraiburgo, o Brasil atingiu a marca de 152,77 mil toneladas de maçãs exportadas (15% do total produzido), gerando uma receita de US\$ 68,8 milhões(2004).⁵¹

Em seu percurso, o setor macieiro alterou diversas paisagens, vem transformando as relações sociais nas áreas do planalto meridional e permitiu o acesso de um percentual muito maior da população ao consumo da maçã, graças ao preço acessível, se comparado ao produto importado.

Importante lembrarmos que a cultura da maçã não possui, e nem poderia, realidade distinta da observada no rural brasileiro, onde encontramos a gradativa expulsão do homem do campo, a concentração da propriedade e as más condições da mão de obra. No entanto, ao contrário de outros estudos que preferem criticar o desenvolvimento do capitalismo e suas conseqüências, preferimos nos empenhar em sua compreensão e no papel progressista desempenhado por ele na superação de velhos sistemas, da mesma forma que já o fizeram, Marx (Inglaterra), Lênin⁵² (Rússia e Estados Unidos) e Rangel (Brasil).

⁵¹ Marca atingida no ano de 2004, segundo notícia do Diário Catarinense de 03/07/2004.

⁵² Na conclusão de seu estudo sobre a Rússia, Lênin destaca a “missão” do capitalismo, o seu papel histórico no desenvolvimento econômico: “(...) o reconhecimento do caráter progressista desse papel é perfeitamente compatível com o pleno reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios do capitalismo, com o pleno reconhecimento das contradições sociais profundas e multilaterais que são inevitavelmente próprias do capitalismo e revelam o caráter historicamente transitório desse regime econômico (...)” (LENIN, 1982 pg.373)

REFERÊNCIAS

- ABPM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ. **Desenvolvimento de tecnologia na cultura da macieira para o sul do Brasil.** Fraiburgo, outubro de 1995. 175p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ.** Disponível em <<http://www.abpm.org.br>> Acesso em: 25 de Novembro de 2004.
- BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas. 1992.
- BIAU, R. Depoimento, Novembro de 2005
- BITTENCOURT, C.C & MATTEI, L. F. **Panorama da cadeia da maçã no estado de Santa Catarina: algumas evidências no segmento da produção.** II Encontro de Economia Catarinense. 2008.
- BRANDT, M. **“Frey”burgo: acumulação de capital no setor macieiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História). Centro de Educação-UDESC, 2004. 142p.
- BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Agência de Porto Alegre. Superintendência de Planejamento. **Cadeia produtiva da maçã: produção, armazenagem, comercialização, industrialização e financiamentos do BRDE na região sul do Brasil.** Porto Alegre: BRDE, 2005.
- CAMPOS, Í. **Os colonos do Rio Uruguai – Relação entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense.** Campina Grande, 1987.
- CASTRO, A. B. **A economia brasileira em marcha forçada.** Antonio Barros de Castro, Francisco Eduardo Pires de Souza – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos.** In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, CNG, nº 179 e 180, 1964.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** Editora Atica, São Paulo 2002.
- DELGADO, G. da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** Campinas: Unicamp/ícone, 1985.
- EMERIQUE, L. P. **Gênese e desenvolvimento da produção de maçã em Santa Catarina.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Geociências, UFSC. 2006. 70p.
- EPAGRI. **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Maçã.** Florianópolis, 1999. 94p.

_____. **Avaliação de cultivares para o Estado de Santa Catarina 2002/2003**. Florianópolis. 2002. 140p.

_____. **Manual da Cultura da macieira**, Florianópolis, 1986

ESPINDOLA, C.J. **As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPINDOLA, C.J & SILVA, M. A. da. **Formação Sócio-Espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização (notas)**. Experimental, n. 3, p61-67, setembro, 1997.

FETT, M. S. **Análise Econômica de sistemas de cultivo de macieiras no município de Vacaria / RS**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural. UFRGS. 2000.

FREY, W. **Fraiburgo, Berço da Maçã Brasileira**. Curitiba: Lítero-técnica, 1987. 157p

GONÇALVES, M. W; STADNIK, M. J. **O sistema de produção de maçãs da empresa Pomifrai Frutricultura na cidade de Fraiburgo - SC**. Florianópolis, 2004. 62 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia - UFSC

HENTSCHEKE, R. **Maçã: estudo da situação catarinense frente ao MERCOSUL**. Florianópolis, EPAGRI, 1994. 70p.

HOFFMANN, R. et al. **Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira**. Relatório de Pesquisa, Piracicaba: FEALQ, 1985, 4v., 780p.

IBGE, **Geografia do Brasil. V.5 Região Sul**. Rio de Janeiro SERGRAF-IBGE, 1977

ICEPA, **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, Florianópolis, vários anos.

ICHIKAWA, E. Y. **O Relacionamento Instituto de Pesquisa – Setor Produtivo: Um caso de mudança organizacional na pesquisa agrícola em Santa Catarina**. Tese em Engenharia de Produção – UFSC. 2001

KLANOVICZ, L. **Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)**. Tese - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2007.

LEITE, I. P. **Análise do sistema anti-granizo do Município de Fraiburgo / SC**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção – UFSC. 2003

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. (Os economistas) Abril Cultura. 1982.

_____. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América:** Novos dados sobre leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo. Ed. Brasil debates, 1980.

LOPES, G. P. **Gloria de Pioneiros. Vale do Rio do Peixe 1930-1984.** Editora lítero-técnica. Curitiba. 1984.

McCRAW, T. K. **Prophet of innovation: Joseph Schumpeter an Creative Destruction.** The Belknap Press of Harvard University Press. 2007.

MAMIGONIAN, A. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau.** In: Revista Brasileira de Geografia, nº 3. RJ: IBGE, 1965.

_____. **Indústria,** in Atlas de Santa Catarina. Florianópolis, 1986, p.105

MARX. K. **O capital** . livro I, vol. II. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989

MEYER, G. de A; SILVA, A. L. da. **Produção integrada de frutas de clima temperado - maçã.** Florianópolis, 1999. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia.- UFSC.

MUJICA, F. P. **A alternativa de desenvolvimento rural sustentável em Vacaria/RS.** Dissertação em sociologia política. 2001

NETTO, A. D. **A política industrial.** Revista Carta Capital de 16 de Janeiro de 2008. Ano XIV Nº 478 pg. 16

OLIVEIRA, M. M. **O Empresariado e a incorporação de progresso técnico ao processo produtivo do agronegócio – Estudo de caso da Maçã no Brasil.** Bioex/CNPQ. Brasília, 1996.

OLIVEIRA, H. J. de; GUERRA, M. P. **A cultura da maca em Santa Catarina.** Florianopolis : UFSC/CCA, 1995. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia.

PARRÉ, J. L & GHILHOTO, J. J. M. **A importância econômica do agronegócio para a Região Sul do Brasil.** s.d. disponível em www.escoladegoverno.pr.gov.br

PELUSO J. **Fazenda do Cedro: Planalto de São Joaquim.** In Boletim Geográfico ano VI No 72

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral; VIEIRA, Maria Graciana E. Deus. **Geografia e Marxismo: o caso da formação sócio-espacial do Brasil**

Meridional (notas). In: Geografia da Região Sul: sociedade e natureza - Relatório de Pesquisa CNPq (Coord. ArmenMamigonian), 2001. p. 6-23.

PEREIRA, M. N. Depoimento. Fevereiro de 2008.

PEREZ, L.H. **Maçã: evolução da produção e do comércio internacional no Brasil e no mundo na década de 90**. Informações econômicas, SP. V.32, no 9, 2002.

RANGEL, I. **Economia: milagre e antimilagre**. (1985) in RANGEL, Ignácio. Obras Reunidas / Ignácio Rangel. Rio de Janeiro : Contraponto, 2005.

RECH FILHO, A; GUERRA, M. P. **A produção e o processamento de maçã na moderna agroindústria catarinense** : estudo de caso da empresa Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda. Florianópolis, 2002. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia.- UFSC

ROCHA, I. O. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. FFLCH – USP. 2004.

SAMPAIO, M. H. A. de. **Agropecuária do Rio Grande do Sul — 1990-00**. Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2002. - (Documentos FEE ; n. 53).

SANTO, E. E. **A Agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó. Editora Grifos, 1999. 170p.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Antipode, no 1, vol. 9, jan/fev de 1977.

_____ **Por uma geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHIMIDT, W. **O setor madeireiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um Complexo Agroindustrial**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) UFRRJ. 1990. 258p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril Cultural. 1985.

_____ **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

_____ **Business Cycles: A theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. Volume 1 e 2. Bartleby's Books and Martino Publishing. 2005

SERENI, E. **La categoría de Formación Económico-social**. Cuadernos de Pasado y presente. Córdoba, Argentina, Siglo XXI. 1976

SEZERINO, M. de L. **As condições climáticas e o cultivo da maçã em São Joaquim – Santa Catarina.** Dissertação (Mestre em Ciências) Unesp-Rio Claro.1982.

SILVA, M. A. da. **A indústria de equipamento elétrico do nordeste catarinense: um estudo de geografia industrial.** FFLCH – USP. 1997

_____ **O processo de industrialização no Sul do Brasil.** Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina. Nº 15. Maio de 2006.

SILVA, S. da. Depoimento. Fevereiro de 2008.

SILVEIRA, M. R. **A importância geoeconômica das Estradas de ferro para o Brasil e para Santa Catarina: Um estudo de Geografia dos transportes.** Qualificação de doutorado. Unesp - Presidente Prudente. 2003.

SIMIONI, F. J. & PEREIRA, L. B. **Desempenho da produção brasileira e catarinense de maçã:** crescimento, concentração e exclusão. In PEREIRA L. B. & Cario A. F. Padrão produtivo e dinâmica econômica competitiva: estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

TAGLIARI, P. S. **Produção Integrada de maçã (PIM): mais qualidade e proteção ambiental.** In Agropecuária catarinense. V.18, nº 1, 2005.

USHIROZAWA, K. **A cultura da maçã.** Florianópolis, EMPASC. 1978.

VIEIRA, M. G. E. de D. & PEREIRA, R. M. F. do A. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: Notas Preliminares.** In Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. 1996.

YURI, H. M. **Gestão do risco de granizo pelo seguro e outras alternativas: estudo de caso em pomares de maçã de Santa Catarina.** Dissertação de mestrado em Ciências, Área de concentração: Economia Aplicada. ESALQ - USP 2003.

Anexo 1:

**Relatório do Trabalho em Grupo do 1º Seminário
Regional Sobre os Desafios da Agricultura Familiar
na Cultura da Maçã**

16 de setembro de 2005.

São Joaquim -SC

Obtido junto ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Joaquim

Nº1 - CRÉDITO

1. Crédito custeio – não liberação pelo Banco do Brasil:

Quais justificativas que o banco apresenta?

- Falta de liberação de recursos por parte do governo.
- Valor limitado pelo banco (exemplo 4.000,00 reais para batata no grupo D) diz ser cultura de risco.
- Atendimento feito por estagiários que trocam de função varias vezes, diz ser norma do banco.

2. Aval: Quais problemas?

- Dificuldade de encontrar avalistas.
- No caso de contratos o banco exige que o avalista seja o dono da terra.

Soluções?

- Fundo de aval
- Sem aval

3. Cartório:

Problemas?

- Custo de serviços caros
- Não existe tabela, é pela aparência do agricultor.

Soluções?

- Isenção de taxas
- Exibir uma tabela de custos
- A não exigência de documentos do cartório

4. Crédito de investimento:

Problemas?

- Falta de programa de credito adequado para cooperativas de produção na armazenagem da maçã.
- Garantias
- Demora na liberação
- Burocracia

Propostas?

- Credito do pronaf para cooperativas, especifico para armazenagem e de frutas, com juros de 3% e prazo de 20 anos para pagamento e com valor adequado.

- Credito para moradia

Nº2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Quais os problemas que temos na assistência técnica da maçã?

- Falta de assistência técnica pública
- Altos custos da assistência técnica privada
- Dificuldade na interpretação da assistência pelo agricultor
- Poucas visitas pelo responsável técnico contratado
- Desorganizado
- Sem compromisso

2. Como tem que ser a assistência técnica da maçã?

- Maior número de técnicos disponibilizados pelo poder público
- Valores mais acessíveis da assistência privada
- Realmente comprometida
- Visitas com mais frequência
- Com trabalho de conscientização (saúde, meio ambiente etc.)

Nº3 - PESQUISA

1. Quais as necessidades do agricultor em pesquisa?

- Desenvolvimento de praticas para reduzir o uso de agrotóxico;
- Desenvolvimento de variedades de floração mais tardias;
- Pesquisa em agroecologia;
- Pesquisa métodos físicos para controle de moscas (telas e outros)
- Pesquisa de custos de produção e analise de mercado

2. Como ela tem que ser feita?

- Pesquisa participativa
- Exploração do micro climas diferentes
- Diversificação de frutas
- Outras atividades de renda agrícola como: floricultura, silvicultura, pecuária e outras.

Nº4 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Em que pontos a legislação ambiental afeta o produtor de maçã?

- Vai afetar economicamente 90% dos agricultores familiares;
- Orientação dos agricultores;
- Legislação diferenciada para região serrana
- Os agricultores precisam de mais tempo para se enquadrar.

2. Como a produção de maçã afeta o meio ambiente?

- Uso abusivo de agrotóxico;
- Desmatamento para implante de pomar.

3. Como produzir sem afetar o meio ambiente?

- Produção agroecológica;
- Pesquisa de novas alternativas.

Nº5 - QUESTÕES TRABALHISTAS

1. Como a legislação trabalhista afeta a produtor?

- Filhos membros da unidade familiar, que a DTR exige bloco de notas ou carteira assinada;
- Falta de orientação antes da fiscalização.

2. Propostas para melhorar a situação.

- Permissão para que os filhos menores 14 anos trabalhem, respeitando o período de aula;
- Orientações sobre as leis trabalhistas.

Nº6 - INFRA-ESTRUTURA

1. O que precisa ser considerado na construção de armazéns de maçã?

- Agricultor organizado em cooperativas;
- Diminuir as garantias exigidas para obter o crédito;
- Liberação de recursos dos governos Estadual e Federal a fundo perdido;
- O financiamento deverá ser a longo prazo (20 anos) com juros baixos, fixos e carência de oito anos.

2. Como poderiam ser resolvidas as questões relativas das estradas, energia elétrica no campo e da 'área industrial'?

- *Estradas*: maior apoio da prefeitura e secretária regional, com destinação de mais recursos orçamentários para compra de mais máquinas, com atendimento no mínimo três vezes ao ano.
- *Energia Elétrica*: maior empenho por parte da Celesc para atender quem realmente necessita, sem distinção partidária.
- *Área Industrial*: incentivo por parte do poder público municipal e estadual para preparação da área para construção de câmara fria e agroindústrias.

Nº7 - COMERCIALIZAÇÃO

1. Quais os problemas que o produtor encontra na comercialização?

- Falta de garantia no preço;
- Sem prazo;
- Intempéries (geada, seca, Granizo);
- Falta de organização dos produtores;
- Estradas em condições precárias;
- Falta de armazenagem;
- Falta de crédito.

2. Como poderiam ser resolvidos estes problemas?

- Selo de qualidade;
- Organizando-se em cooperativas;
- Associação organizada.

Nº8 - SEGURO AGRÍCOLA

1. Quais as dificuldades que os produtores estão tendo no acesso ao seguro para maçã?

- Os Bancos não informam sobre o seguro do PRONAF;
- Não cobriu as perdas deste ano (safra 2004/2005), ainda o agricultor pagou o laudo do banco e do técnico particular;
- Há desencontro de informações;
- Agricultor que não contrata o PRONAF não tem o seguro.

2. Quais as soluções?

- Maiores informações sobre seguro, tanto por parte do Banco do Brasil como do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco Central.

Nº9 - AGREGAÇÃO DE VALOR

1. Quais as oportunidades de agregar valor na produção de maçã?

- Raspas
- Vinagre
- Suco
- Geléia
- Doce de corte
- Maçã crocante
- Licor

2. Quais as dificuldades para implementar estas formas de agregação de valor?

- Burocracia do crédito;
- Legislação inadequada para comercialização dos produtos artesanais da agricultura familiar;
- Falta de unidade de ensino;
- Divulgação.

Nº10 – ASSOCIATIVISMO

1. Quais as vantagens em se organizar em associações cooperativas?

- Possibilidade de armazenar o produto;
- Melhor comércio;
- Maior contrapartida para financiar infra-estrutura;
- Busca de alternativas.

2. Quais os problemas que produtores vêm nas organizações associativas (cooperativas)?

- O custo alto da infra-estrutura de armazenagem;